CARLOS HERMENEGILDO DE SOUSA
Licenciado em Direito
e em Ciências Económicas e Financeiras

Política Económica Internacional

VOLUME I

— Noções Fundamentais
— Definições
— Relações com outras ciências

PARTE I — A evolução histórica dos sistemas de Política Económica Internacional

DEPOSITÁRIA:
Livraria Portugália
LISBOA

CARLOS HERMENEGILDO DE SOUSA

Licenciado em Direito
e em Ciências Económicas e Financeiras

Política Económica Internacional

VOLUME I

Noções Fundamentais
Detinições
Relações com outras ciências
A evolução histórica dos sistemas
de Política Económica Internacional

DEPOSITÁRIA:
Livraria Portugália
LISBOA

A meus Pais

ÍNDICE

ÍNDICE

Pág.

A PROPÓSITO... A SITUAÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL DE HOJE 9

— Noções fundamentais 13
— Definições 23
— Relações com outras ciências 33

PARTE I — A Evolução Histórica dos Sistemas de Política Económica Internacional.

CAPÍTULO I — *O sistema mercantilista:*

— Como se desenvolveu o Mercantismo 41
— As críticas ao sistema mercantilista 50

CAPÍTULO II — *O sistema livre-cambista:*

— As causas que levaram ao livre-câmbio 60
— O livre-câmbio e a divisão do trabalho 66

CAPÍTULO III — *O sistema proteccionista:*

— Uma nova modalidade liberal 71

CAPÍTULO IV — *A grande Crise Económica Internacional:*

— A génese da grande crise 80
— As novas características da Grande Crise 89
— O desmoronar do liberalismo económico 93

CAPÍTULO V — *Os nacionalismos económicos:*

— O derruimento e desprestígio da cooperação económica internacional 100
— Os esforços dos nacionalismos económicos para vencer a crise . 103

CAPÍTULO VI — *Novos princípios de cooperação económica internacional:*

— A influência da política cambial 112
— O inquérito da S. D. N. sôbre os acordos de Clearing . . 118
— As dificuldades de interpretação das Estatísticas 124

CAPÍTULO VII — *O sistema das compensações recíprocas:*

— A disparidade entre a Ciência da Economia e a política económica 132
— A questão do ouro como padrão universal de valores . . . 138
— O problema das matérias-primas 147
— A futura colonização da África 151
— A evolução do regime das compensações recíprocas . . . 158

BIBLIOGRAFIA 165

A propósito... a Situação Económica Internacional de hoje

À primeira vista deve parecer despropósito na hora que decorre, incerta e dolorosa, escrever um livro sôbre a Política Económica Internacional. A nós, porém, foram precisamente os acontecimentos que se estão desenrolando no Mundo, e muito especialmente na Europa, que nos forçaram a traçar o quadro dêste importante ramo da Economia.

E por um dêstes paradoxos da vida, o facto que mais nos ressaltou à razão assentou precisamente no enfraquecimento das relações internacionais, mòrmente económicas, e muito especialmente na ineficácia das leis económicas conhecidas, e na necessidade, portanto, de refundir tôda uma ciência, como a Economia.

Nesta ordem de ideias, escrever hoje um livro sôbre Economia é traçar, em primeiro lugar, um plano de destruição, de demolição dum edifício velho, caduco, roído nos seus mais potentes alicerces.

Vai já longa a senda da crise da vida económica da humanidade. Um quarto de século, neste vertiginoso correr da vida, é algo importante para vislumbrar um pouco novas tendências, futuras directrizes duma ordem económica mundial. Mussolini, já em 1933, há sete anos portanto, num dos seus primeiros e mais conhecidos discursos, afirmava: "A crise penetrou de tal forma no

sistema, que se tornou uma crise do sistema". E distinguindo três períodos na história do capitalismo — que bem poderemos dizer do liberalismo — período dinâmico, período estacionário e período da decadência, em que começa a era dos cartéis, dos sindicatos, dos trusts, etc., e em que deixou de haver a luta pela vida, a concorrência livre e a selecção do mais forte, preconizou a necessidade de novos princípios que viessem nortear as relações dos povos.

E assim, no esfôrço fascista, e hoje mais realçadamente na fôrça demolidora do nacional-socialismo alemão, sente-se e compreende-se que a vida económica começa a orientar-se de forma estruturalmente diferente daquela que, até agora, o liberalismo tem mantido, e por mais razões aduzidas e esforços empregados, a nova ordem económica é já um facto, se não na aceitação formal e legal dos Estados, pelo menos pela fôrça irresistível das circunstâncias e pelo arreigado no espírito de muitos.

Se olharmos ao que se passa no Mundo de hoje — sem paixões, desnecessárias e inúteis, porque não será com elas que nós iremos desviar a rota dos acontecimentos, mas pela observação fria e racional, sofocando dentro do nosso coração, se tanto fôr preciso, ideais preconcebidos e louváveis — encontramos duas fortes correntes debatendo-se, num anseio, uma, de impor uma nova ordem política e económica no Mundo, transmudando tudo o que nêle antes existia, sobretudo na consecução de novos e diferentes imperialismos, e a outra, de defender arreigadamente a ordem antiga, o statu quo *político e económico, ou, pelo menos, reformando as coisas, sem causar graves atritos ou mudanças imperialistas. Duma luta de nações, passou-se a uma luta de continentes. Na Europa, a Alemanha, na América, os Estados Unidos da América do Norte, na Ásia, o Japão. E o Mundo passará a conhecer três continentes: o euro-africano, o americano e o asiático.*

Debatem-se, desta forma, encarniçadamente, êstes três grandes imperialismos do futuro, do qual o americano é o único que, gozando, desde há muito, duma preponderância sôbre a velha Europa, segue ou defende antigas fórmulas políticas e económicas, particularmente para uso externo, com a Europa sobretudo.

É cedo talvez, na hora em que escrevemos, para profetizar a

vitória dêste ou daquele, mas cremos que é talvez já tempo para afirmar que a luta deixou já de existir entre o imperialismo inglês e o germânico, para passar a travar-se entre o americano e o germano-nipónico. A Grã-Bretanha poderá ganhar a guerra, mas a sua vitória já deixou de ser a da Europa, para passar a ser a da América sôbre a Europa. Quererá isto dizer que profetizo, como tantos que hoje a defendem, a decadência da Grã-Bretanha? Não: o que eu profetizo é a decadência do imperialismo britânico. Imperam apenas aquêles Estados que nunca sofreram revezes, que nunca deixaram de se impor aos outros Estados. E neste momento, a Inglaterra precisa do auxílio americano, sem o qual não ganhará a guerra.

Alguns talvez queiram ver, neste modo de ver de hoje, um "virar de casaca", quando é, antes, o complemento das ideias por nós expostas no livro "A Aliança Anglo-Portuguesa". *Nada do que aí se disse temos a retirar, mas apenas que completar, pelo desenrolar dos acontecimentos.*

A Grã-Bretanha, vitoriosa ou derrotada, não vai decair, porque são vastos os seus domínios, e mesmo que êles se afastem completamente dos ténues laços que ainda os prendem à metrópole, a verdade é que não deixarão de ser anglo-saxões, de falar a mesma língua, de ter a mesma índole. É forte, muito forte mesmo, a coesão da raça, e o povo britânico há de saber encontrar a forma de melhor e mais depressa se erguer.

A vitória alemã e italiana representará uma nova ordem europeia, o afastamento do predomínio americano. E a menos que ela não venha a depender muito da fôrça do Japão, a Europa, com o domínio sôbre o continente africano, realizará uma unidade económica completa.

Longe, portanto, de tôdas as paixões — que, felizmente, nunca nos prejudicaram o raciocínio —, se tivéssemos que tomar qualquer partido, afoitamente declararíamos que o nosso único partido é o bem-estar da Nação Portuguesa, e que a vitória venha a pertencer Àquêle que melhor nos garantir a nossa independência de oito séculos, firmada à custa de muito sangue e de muito suor, e justificada por tôdas as razões históricas e geográficas. E como já afirmámos um dia, a melhor política esperada é aquela que o

Govêrno da Nação entender seguir, pois à frente do mesmo encontra-se uma Figura a quem, estamos certos, Portugal deve o período mais áureo da sua história.

A verdade, porém, é que qualquer das correntes promete ao Mundo, na hora da paz, uma nova ordem económica. E é interessante recordar que foram precisamente os Aliados que, ao traçarem, em 1919, a nova ordem política da Europa, destruíram os clássicos princípios da economia liberal. Defendendo, em teorias, êsses princípios, na prática, contrariavam-nos, impondo os mais graves entraves ao Comércio internacional.

Desta maneira, quer a vitória seja duns ou doutros, não resta qualquer dúvida que a Humanidade se encontra na encruzilhada duma nova época histórica, de efeitos tão consideráveis como a invasão dos bárbaros, a queda de Constantinopla, ou as descobertas de Portugueses e Espanhóis.

É chegada a hora de traçar de novo as doutrinas económicas, de vasculhar as antigas e de organizar a nova Economia.

A emprêsa é árdua e bastante ingrata. Os velhos do Restêlo têm muito que censurar, os detentores da velha ciência da economia política terão muito que desdenhar, mas o certo é que, pelo Mundo, vão aparecendo coisas novas.

Doutrina e crítica é, portanto, o que se vai ler, apenas no desejo de estudar, meditar e compreender uma nova política económica internacional, que começa a aparecer.

Aveiro, 5 de Outubro 1940.

POLÍTICA ECONÓMICA INTERNACIONAL

1 — *Noções fundamentais*

A par do troar de canhão, ou mais precisamente dos bombardeiros aéreos e dos diversos e magnificentes engenhos mecânicos que, para intimidação das nações e matança rija dos seus povos, se ouvem desde os fins do ano de 1939, e continuam a ouvir-se neste inquieto ano do nosso centenário de Nação livre e independente, soa aos nossos ouvidos com mais retumbância ainda o espectro do bloqueio económico, a guerra económica, em suma. Pretende-se fazer calar êsses canhões, parar a marcha dêsses maquinismos infernais que o progresso humano criou para a própria destruição da Humanidade — a não ser que esta, por um natural instinto de vida, que Deus lhe insuflara, se tema de os empregar, pelas represálias esperadas — com a arma, hoje mais do que nunca invencível, do bloqueio económico.

Que nos demonstra, não apenas a história passada das guerras entre os homens, mas sobretudo a da guerra de hoje? Que a vida social chegou a uma culminância tal, causa e efeito do progresso da ciência, que esta, paradoxalmente, sai da prestidigitadora Terra, em avalanches sem fim, desdobrando-se da antiga ciência da astronomia e matemática, aos princípios sociais a que chegou hoje; depois da natureza, que rodeia e enquadra a vida do homem em sociedade, o estudo dêste, nas suas diversas actividades: relações políticas, religiosas, morais, jurídicas e por último económicas. E estamos certos que Augusto Conte, se vivesse hoje, não saberia defender a sua ciência única, a clássica

Sociologia, englobando todos os princípios e leis por que se regem tôdas as actividades humanas.

Como foram aparecendo, através dos Tempos, principalmente nestes dois últimos séculos, tantos ramos autónomos da ciência social, que depressa tomaram corpo e se separaram da ciência-mãe? Para responder a esta pregunta, necessitamos compreender o fatalismo humano agarrado à Terra.

O homem, afirmou-o Vallaux ([1]), é por excelência um poderoso agente geográfico, por ser um ente comedor, e o quadro físico em que êle desenvolve a sua acção tanto pode ser nas florestas e estepes ricas, como na frialdade dos gelos ou na aridez dos desertos, por ser factor de inumeráveis condições climáticas, orográficas, etc. No entanto, nesse quadro físico, deparam-se-nos concentrações humanas, activas e passivas, o que nos deve elucidar que o homem escolheu, primeiramente, as zonas de mais fácil acesso, ou de mais fácil vida, aplicando assim sem o saber o princípio edonístico, do menor esfôrço, que alguns pretendem informar a própria Economia Política. Mas, em contacto permanente com a Terra, foram através o demorado desenrolar dos séculos, descobrindo-a, e ela, como mãi criadora que é, permeabilizou-se à curiosidade do homem, até chegarmos ao século XIX, e sôbre ela se estabelecer o verdadeiro Império do Homem. Quantos anos foram necessários!

E, à medida que a Terra ensinava ao Homem o desígnio de tantas coisas, êste ia podendo multiplicar-se, e a imperiosa, natural e fatal existência da vida em sociedade foi criando necessidades, desenvolvendo situações, estimulando ambições, boas ou más, conforme a diversidade das tendências humanas, e tornando cada vez mais exigentes as condições da vida humana, adaptando-se esta mesma, biológica e fisiològicamente, às novas condições que se descobriram. E assim se criou um conjunto de normas, imperativos da própria existência humana, dando lugar à ciência sociológica, imposta a todos, donde pouco a pouco se foram desintegrando numerosos ramos, até que se passou a estu-

---

([1]) *La Géographie de l'Histoire*, de Jean Brunhes e Camille Vallaux.

dar os fenómenos sociais sôbre dois aspectos, geral e especial: conforme se tomassem no seu conjunto e nas suas relações, ou na individualidade própria. E assim, temos a sociologia, que estuda as leis fundamentais da evolução social, e as outras ciências sociais particulares, que estudam, por sua vez, as diferentes ordens de fenómenos sociais, no que nêles existe de especial e individual.

Mas, na ordem cronológica, podemos expressar-nos assim, por que essas ciências particulares foram aparecendo, a ciência económica, pròpriamente dita, assoma em último lugar.

É de recente data o estudo da clássica Economia Política como ciência, embora date de 1615 o célebre *Traicté de l'Œconomie Politique*, de António de Montchrétien, que, segundo se julga, foi o descobridor do nome da ciência que o classicismo, na sua conhecida inércia, tem conservado, em detrimento de muitas outras denominações bem mais compreensíveis, como a de Economia — que serviu de título à obra de Xénofonte e que a antiguidade consagrou. Não nos seduz entrarmos na contenda, em que muitos nomes bem ilustres na Economia não lograram fazer-se entender, ou ver aceite a sua argumentação. Contudo, como neste Trabalho precisamos de focar todos os aspectos da ciência económica, sentimo-nos na obrigação de enfrentar todos os problemas que a Economia põe e pressupõe. Quando afirmamos que a Economia Política é uma ciência recente, partimos das premissas do tempo em que se obteve a sistematização dos factos ou, talvez melhor, dos fenómenos económicos, concatenando-os num encadeamento lógico que, sem espèculações desnecessárias, nos levou a relações constantes, que apelidamos leis. E só então entramos na ciência. Se levamos, porém, a extremos desusados êste domínio científico, com mágua, mas sem relutâncias, afirmaremos que, ainda hoje, a ciência da Economia Política se encontra na sua infância. E por quê?

Porque não se tornou possível, ainda, dar à ciência económica aquela exactidão de princípios aceites por todos.

E não nos servimos, para defender esta nossa asserção, dos princípios reconhecidos pelos fisiocratas, os primeiros que compreenderam que entre os fenómenos económicos existia

uma relação constante, semelhante à que existia no mundo exterior, "o govêrno natural das coisas", nem daqueles reconhecidos pelos economistas, como Leroy-Beaulieu, das leis naturais, que se deram ao enorme esfôrço intelectual de descobridores de leis económicas: lei da oferta e da procura, lei da renda, lei da divisão do trabalho, lei monetária de Gresham, lei da concorrência, lei dos valores internacionais, e de tantíssimas outras que se estudam hoje, apenas pelo seu valor histórico. Não devemos acreditar que a decadência, nos nossos dias, de tôdas essas leis que quebraram a cabeça a tantos economistas, é a razão da decadência da ciência económica. Não. Essa concepção, que para todo o efeito existe uma causa, está hoje suficientemente esclarecida, que essa causa não é a que a ordem natural das coisas estabelece, mas antes a que a ordem social quere. E se dos fenómenos económicos derivam certos efeitos, são recìprocamente influenciados por êsses efeitos, quere dizer, que os mesmos fenómenos podem ser recìprocamente causas e efeitos. Aceitamos, sem custo, a opinião de Charles Gîde ([1]), quando nos ensina que a palavra lei, em ciência, não nos deve sugerir outra ideia que a duma relação constante entre certos factos, de forma que verificando-se um dêstes factos, se deve ter por certo que os outros o acompanham ou o seguirão.

E aceitamos esta opinião porque ela vai, até certo ponto, ao encontro da nossa maneira de pensar.

Realmente, os fenómenos sociais verificam-se debaixo do domínio do homem. Foi êste que criou as leis morais, as leis jurídicas, as próprias leis religiosas, pois, pela nossa própria e verdadeira Religião, Jesus Cristo, verdadeiro Filho de Deus, desceu à Terra e, para isso, fêz-se Homem — e da mesma forma criou as leis económicas. Mas a criação destas leis sociais deu-se não pela observação intangível do Mundo que o rodeia, mas antes pela necessidade da própria vida em comum. O homem fêz aqui as leis para si, estabelecendo princípios, que melhor se coadunem com a sua própria vida.

([1]) *Cours d'Économie Politique*—Tomo I.

Pela incessante evolução da vida, a par e passo tem de evolucionar a ciência social, e é precisamente o que se está a verificar nos nossos dias. A partir do século XIX, a vida humana tomou um império quase absoluto sôbre os domínios da ciência. As descobertas do vapor e da electricidade transformaram por completo a vida do homem, e no campo da ciência abriu-se um horizonte quase infinito, que, por vezes, se torna impossível transformar em realidade, pela própria fôrça das coisas.

Nesta ordem de acontecimentos deve residir a causa mediata da crise assoberbante que avassala o Mundo.

E, se assim é, perguntamos: que princípios informam a Economia Política, que expliquem ou pudessem explicar, ou melhor, que nos indiquem as melhores leis a aplicar a determinados factos? É difícil a resposta.

A Economia Política pròpriamente dita, pode-se dizer, é do tempo de Montchrétien, dos princípios do século XVII, e adaptou-se na sua denominação, bem, ao período em que veio a completar-se, período dos grandes Estados modernos, em que terminava a ideia acanhada de economia doméstica, para se olhar melhor à economia dos Estados. Daí o compreender-se o que fôsse Economia Política, em vez de simples Economia, como referiam os Antigos.

Mas, a vida económica, desde há muito, ia-se desenvolvendo, pela influência da descoberta da América e do Caminho Marítimo para a India, e o sistema mercantil, que um italiano António Serra, talvez pela primeira vez, espalhou numa sua obra, trouxe uma directriz à mesma.

E foram, concomitantemente, as ideias filosóficas do século XVIII, e mais concretamente a Revolução Francesa, que completaram essa ciência, informando-a dos seus próprios princípios: os da liberdade.

E tôdas as suas leis, numa metodização dedutiva, passaram a ser um corolário das leis políticas do liberalismo, defendendo-se o sistema individualista.

E nestes têrmos se construiu todo um sistema científico económico. Verificava-se, assim, que o homem, na sua liberdade de acção, actuava sempre de uma certa e determinada forma, e

que a essa sua actuação correspondiam sempre os mesmos efeitos: a uma maior oferta de produtos correspondia uma menor procura; e que no jôgo dos preços, o mesmo se verificava, quanto maior fôsse a oferta, menor seria o preço.

Ajustava-se plenamente ao liberalismo político.

Era uma política conveniente e adaptável aos países mais fortes, e portanto mais adestrados na luta da concorrência.

A esta fase mais perfeita, aliás, da ciência económica, já não deveria convir a denominação de Economia Política, mas antes de Ciência Económica, porque se não tratava da Economia de um Estado, mas antes de qualquer Estado, além de que a permuta fazia-se de idêntica forma, entre os indivíduos, quer do mesmo Estado, quer de Estados diferentes. A palavra Economia deveria referir melhor ainda o fenómeno.

Mas queremos fugir a uma espèculação de palavras, que parece não ter importância alguma, para concluirmos.

A ciência económica passou a ter um âmbito mais elevado e mais extenso. Da economia restrita dos mercantilistas, passou-se à economia mundial dos livre-cambistas e proteccionistas. E não fazia sentido que como um ramo da Economia Política nos aparecesse a Economia mundial.

Logo, à semelhança do que se passa nas outras ciências sociais, melhor se coaduna o nome de Ciência Económica. Nesta têm de se compreender vários ramos: a economia doméstica, a economia nacional e a economia mundial.

Mas, como as ciências sociais se denominam por uma única expressão, o que deve trazer conveniências de vária ordem, pois ciência são todos êsses princípios, que os homens descobriram na sua relação constante, dentro dum determinado e idêntico círculo da vida humana, optamos pela expressão — Economia.

E se notarmos que esta ciência, do século XIX para cá, tomou um incremento extraordinário, a par do progresso social, não nos chega apenas essa genérica denominação de ciência, para nela englobarmos o estudo de muitas das suas doutrinas, referentes a ramos distintos da sua sistematização. E como na moral, e particularmente no direito, criaram-se, numa vertiginosa

evolução que distingue o nosso século, outras ciências derivadas directamente da Economia, com os seus princípios e teorias destacados; e desta forma, temos: a Economia Nacional e a Economia Mundial. Se êstes dois ramos científicos se encontram ligados de facto à ciência que nós apelidamos simplesmente de Economia, isso é natural, visto a interdependência de todos os fenómenos económicos, e poderíamos dizer sociais. Apesar dêste progressivo decorrer da Economia, não compreendemos ainda, na acepção tomada pela política ou pelo direito, uma ordem económica nacional, e muito menos internacional.

As ciências, política e jurídica, têm uma formação mais longínqua, e conseguiram, por êsse facto, alcançar um desenvolvimento científico mais perfeito e portanto duradoiro.

Pertence, pois, aos economistas criar uma ordem económica, que redunde assim num melhor prestígio para a Economia e numa maior certeza para a ciência. Talvez nessa falta resida um dos segredos da falência da Economia Política clássica. No entanto, como atrás frisámos, esta ciência, arreigadamente ainda hoje estudada nos moldes clássicos, faliu por completo, por não representar hoje, na sua doutrina e teoria, a resposta aos fenómenos económicos que a cada passo se nos deparam. E êsse facto deve-se por a mesma ter sido constituída nos moldes liberalistas — individualistas, e que, não obstante a dosagem recebida pelas escolas socialistas, ainda hoje mantém e pretende manter. Já referimos o suficiente para se compreender o carácter tendencial das leis económicas e como estas, portanto, feitas pelo homem para o homem, necessitam de se refazer, como se refazem na ordem política e jurídica as suas leis respectivas, sem deixar, no entanto, de haver um ordenamento constante da ciência. O problema funcional das leis económicas deve residir em tornar estas, tanto quanto possível, bem exactas. Em suma, a Economia Política, mãe de tôdas as actuais ciências económicas, e a que nós damos a expressão de Economia, necessita, para se compreender, ser totalmente refundida. Não é esta nossa afirmativa produto da imaginação ou do desejo de nos celebrizarmos em audaciosas fantasias. É, antes, produto da nossa observação constante, dum estudo, desde há muitos anos, realizado e maduramente meditado.

E para fàcilmente se alcançar o nosso raciocínio, basta traçar o quadro da obra — notabilíssima, e a que devemos a maior parte dos nossos conhecimentos de economia internacional — do trabalho vastíssimo da Organização Económica e Financeira da Sociedade das Nações. Ora, desde a constituição dêste Alto Organismo, os comités financeiro e económico (e depois da Conferência Económica Internacional de 1927, o Comité Consultivo Económico) não têm feito mais do que estudar as causas das permanentes e sempre variáveis crises económicas mundiais, e para seu remédio, recomendam sempre os princípios clássicos da Economia Política. Não pretendemos negar que todo êsse trabalho contribuiu em grande para atenuar muitas das medidas restritivas do Comércio internacional ou antes, das trocas internacionais. O seu combate constante ao exclusivismo económico de alguma coisa serviu para refrear as medidas egoístas de alguns governos. Mas, o certo é que nunca êsses Comités encontraram na sua observação constante e directa do que se passava no domínio económico mundial qualquer princípio, qualquer fórmula, que pudesse ser estudada em conjunto numa Conferência de todos os Estados, e que viesse a servir de norma, de princípio orientador, da política económica dos Estados. Deveriam pelo menos ter verificado que a autarquia económica, longe de representar um exclusivismo de nacionalismo económico asfixiante da economia internacional, deveria ser considerada como um sintoma de que a política económica internacional não mais poderia ser baseada numa troca habilidosa, e em detrimento dalgumas nações, menos ricas e mal administradas. A autarquia económica deveria ser antes estudada como a possibilidade de melhor se aproveitar tôda a riqueza dum Estado, num sentido equitativo do seu comércio com o exterior. A igualdade política dos Estados, que o Congresso de Vestfália pela vez primeira inscreveu no direito internacional dos povos, precisa de se extender à igualdade económica, nos seus precisos têrmos, é certo, de todos os Estados. O que não pode continuar é umas nações viverem à custa de outras, os povos agrícolas morrerem à míngua para sustentarem os povos industriais na abastança. E foi isto que a S. D. N. não soube ou não pôde ver.

Agora, recomendar princípios clássicos para se aplicarem a necessidades novas da vida social será fazer história económica, mas nunca ciência económica. Os homens, que ainda hoje se encontram no segrêdo das chancelarias e da própria ciência da Economia, sofrem da influência dos princípios que fizeram o seu tempo. Assim explicada a falência da Economia, e traçada a sua divisão em Economia Nacional e Mundial, procederemos na mesma ordem de ideias, para chegar ao objectivo do nosso estudo — A Política Económica Internacional.

A terminologia económica sofre do mesmo mal que a própria doutrina: a anarquia dos nomes.

Encontramos expressões, para concatenar certos fenómenos, dos mais variados, assim como para fenómenos diversos, encontramos expressões idênticas. Por vezes, emprega-se política comercial no sentido de economia nacional, e as mais das vezes, no sentido de política externa de um Estado; outras vezes, ainda, lemos política económica nesta mesma acepção, ou então no sentido de aplicação das leis económicas a determinados factos; assim diz-se: a política económica dêste govêrno é salutar para o país, querendo referir que a aplicação que êsse mesmo govêrno faz das leis económicas a certas actividades de comércio ou de indústria são consentâneas com o seu progresso. São, portanto, expressões consagradas pela doutrina e até mesmo pelos povos, e que há tôda a vantagem em conservar.

Ao dizer economia nacional ou mundial, referimo-nos antes às leis e doutrinas que informam ou regem, no campo nacional ou mundial, as suas respectivas actividades e fontes de riqueza. A aplicação que se faz dêsses princípios, doutrinas ou leis é o que devemos chamar política económica. Mas, longe de aceitarmos o critério de muitos economistas — que seguindo na esteira de Leroy-Bealieu, Germain Martin, Léon Walras, Charles Coquelin, e em Portugal adoptado por Bento Carqueja — que defendem a existência de uma arte económica, bastardia da ciência económica, diferenciando-se desta por ser influenciada por factores demográficos, etnográficos, políticos e sociais, rejeitamo-lo em absoluto.

No dizer de Germain-Martin, arte económica é o prolongamento da política dum Estado, que por vezes submete as

actividades económicas a fins anti-económicos. E assim confundem arte económica com política económica, permitindo-se a degradação das leis económicas.

Ora, identificar a arte económica com a política económica talvez fôsse possível e natural no tempo da economia política clássica, em que a livre concorrência era o princípio básico da economia, que o liberalismo defendia. A palavra arte, do latim, ars, artis —à parte a significação elevada do belo, refere, por outro lado, um artifício, uma habilidade. Se formos olhar às várias manifestações da arte, encontramos sempre preceitos de habilidade, certo fingimento, determinada imitação de realidade. Quer a pintura, a escultura, a arquitectura, como mesmo a harmonia dos sons na música, têm seu quê de engenho, que nos dá a sensação ou por vezes a persuasão da própria realidade do belo. E quanto mais perfeita fôr a perspectiva ou a harmonia da côr ou do som, mais forte é a nossa ilusão. Quer dizer: na arte, há irrealismo, habilidade apenas do engenho do homem. E daí servir, por vezes, de sinónimo de arteirice, de habilidade, têrmos, aliás, pejorativos.

Ora, é naquêle sentido que alguns economistas empregam a expressão "arte económica", que outros traduzem por "política económica". Temos de desprezar em absoluto semelhante têrmo, a não ser para definir a aplicação que durante bastante tempo se deu à Economia Política. Eram, de facto, uma verdadeira arte, os mirabolantes jogos malabares que alguns estadistas inventaram para desenvolver a riqueza de uma nação, para obviarem a profundas crises económicas e quase sempre para lograrem a colocação duma produção incessantemente crescente nos mercados externos. Hoje, porém, tem de se impor, para fazer renascer a confiança entre os homens, uma moral económica baseada numa troca internacional justa, compensadora e séria. Nada, portanto, de arte económica, mas sim de política económica, pela aplicação de princípios económicos consentâneos com uma ciência evolutiva, perfeita e tanto quanto possível exacta.

A política económica será, assim, um ramo autónomo da própria Economia, confundindo-se com ela apenas na aceitação de todos aqueles princípios que a política dum Estado entende

fazer aplicar ou dar o devido desenvolvimento. Caso análogo se verifica na divisão do direito civil, comercial, criminal, administrativo, etc. A política económica, como ciência derivada, tem a sua doutrina, as suas leis, os seus princípios, pode mesmo afirmar-se que é a Economia dirigida, a economia legislada, permita-se-nos o neologismo.

Ora, esta política económica divide-se, por sua vez, em política económica nacional e política económica internacional.

Alcançamos assim a razão do têrmo "política económica internacional", hoje absolutamente consagrado, e que, pelas razões expostas, perfilhamos.

2 — *Definições*

Relatámos o aparecimento da Política Económica Internacional, e assentámos nas denominações das principais ciências derivadas da Economia. Vamos agora entrar numa parte, verdadeiramente melindrosa, pelas dificuldades sempre encontradas, e que desde já conscientemente confessamos que não pretendemos resolver em definitivo. O problema da definição da Política Económica Internacional enferma das mesmas dificuldades, que se notam em todos os outros ramos das ciências sociais. Estudando, ou tendo por objecto a doutrina que integra num determinado sentido um plano determinado de certa actividade humana, com o objectivo de acudir pela forma mais apropriada às necessidades da vida humana, precisa de ser fixada nos seus verdadeiros limites. Para tal desiderato, convém ter uma ideia mais ou menos precisa do que seja a Economia, para determinarmos quais os fenómenos que devemos considerar pertencentes à Política Económica Internacional.

E confessamos que, se não fôsse o imperativo de limitar fronteiras ao que desde sempre tem andado ao sabor dos caprichos e da arte de muitos, deixaríamos para outros, mais teóricos, a enunciação longa e fastidiosa dos definidores desta ciência.

Mas, para traçarmos os seus elementos, fixarmos o seu âm-

bito, precisarmos as suas leis, formularmos, em suma, a sua doutrina, necessitamos imperiosamente de descobrir uma definição, que terá apenas o mérito de ser a mais moderna de tôdas, e como tal referir melhor o seu objectivo de hoje, ou adaptar-se mais às necessidades da vida hodierna. E falamos assim porque não foi possível ainda, no campo das ciências sociais, ver aceite uma definição, por melhor traçada que esteja, ou por mais conceituado que seja o seu autor. O facto compreende-se, devido a não se ter até agora imposto à ciência económica um âmbito exacto, uma sistematização absoluta.

Começamos por nos escudar na afirmativa, a todos os títulos autorizada, de Charles Gîde, que ao abrir o seu "Cours d'Économie Politique" diz que "pode parecer impertinente dizer, depois de algumas centenas de tratados escritos sôbre a matéria, que uma definição exacta de Economia Política se encontra ainda por achar".

Contudo, o referido autor marca o domínio próprio da economia política, com algumas delimitações, afirmando — que ela tem por objecto, entre as relações dos homens vivendo em sociedade, ùnicamente aquelas que tendem à satisfação das suas necessidades materiais, a tudo o que refere ao seu bem-estar. Esta definição, caracterizadamente eclética, que é ainda o método mais cauteloso, recebe a influência dos economistas Kantz — a que estuda os fundamentos, os meios e as leis do desenvolvimento do bem-estar das nações; de Branchini — a ciência do bem viver e do bem social; e daqueles economistas que, restringindo o âmbito da ciência, entendem que é a ciência que estuda a riqueza, da qual noção se tornou mestre Adam Smith, e que foi aperfeiçoada por Say e Rossi; outros, ainda, chamam à Economia Política a ciência dos valores, e ainda outros, com Condillac à frente e atrás dele Pierson, a ciência das trocas; para outros ainda é a ciência do útil; como é aceite por muitos a noção de que a mesma é a ciência da nutrição das sociedades. Por último, encontramos a noção da ciência que se ocupa da actividade do homem que tem por fim a satisfação das suas necessidades.

E o ilustre prof. Doutor Armindo Monteiro dá-nos a se-

guinte definição — "a Economia Política é a ciência que estuda os fenómenos económicos, isto é, a ciência que estuda a actividade social que se dirige ao aproveitamento do meio para a satisfação das necessidades humanas pela aplicação de bens" (1).

Tôdas estas definições, decerto preparadas depois de longa observação dos fenómenos económicos e de madura meditação sôbre os factos que a ciência deve compreender, não deixam de representar uma certa verdade, verdade subjectiva, mas naturalmente influenciada pela concepção da vida social, ao tempo da sua exposição.

Que se trata de uma ciência que estuda a riqueza, depende da noção que nós tenhamos do que esta seja. Devemos primeiro dizer o que vem a entender-se por riqueza; e assim, se esta representar uma relação entre os indivíduos e as coisas, para satisfazer as necessidade dos primeiros, está certo. Mas, poderíamos argumentar, que espécie de necessidades são essas? São as necessidades materiais, e aqui parece-nos difícil a resposta, porque, quantas vezes as necessidades psicológicas influem mais na economia do que aquelas? Além disso, as necessidades divergem no espaço e no tempo, e nós não podemos lançar-nos nessa preocupação ao definirmos a ciência económica. Trata-se da ciência do útil, ou da ciência dos valores, ou da ciência da troca; preciso se torna, da mesma forma, dizermos o que se deve entender por útil, por valor e por troca.

E, por êsse facto, outros economistas tentam explicar ou definir a Economia Política como obedecendo a preceitos da ciência natural e da ciência moral, como repositório do que ela é na verdade, ou como programa do que deve ser. Êste amálgama confunde em vez de esclarecer, e apenas pode explicar a ausência de critério nos princípios da Economia Política. Pertencem a esta Escola alguns discípulos de João Baptista Say, como Adolfo Blanqui e Garnier. As mesmas dificuldades encontrou Walras, procurando defini-la, estabelecendo primeiro a distinção entre a ciência pròpriamente dita, a arte e a moral. E nesta

---

(1) *Elementos de Economia Política.*

ordem de ideas, dizia Walras que a arte aconselha, prescreve e dirige, emquanto a ciência observa, expõe e explica.

Por tudo isto, melhor será fixar, o que é indubitável, que se trata duma ciência que estuda as relações da actividade do Estado e dos indivíduos na consecução do aproveitamento e desenvolvimento dos instrumentos de aplicação dos bens, no sentido de satisfazer as necessidades materiais e o bem-estar da Nação ([1]).

E, desta forma, enfileiramos ao lado daquêles que concebem a economia como uma ciência que estuda a actividade do homem, acrescentando nós, em primeiro lugar, a actividade do Estado, por causas aduzidas no nosso Tratado de Economia Corporativa, mas êste, entendemos nós, em precisos têrmos, nas suas relações com as necessidades da própria vida humana, individual e colectiva, e portanto também com o aproveitamento e desenvolvimento da aplicação dos bens. Nesta ordem de ideias, englobamos todos os fenómenos económicos, ou na satisfação simples de necessidades, ou na satisfação progressiva de melhorar a aplicação da riqueza, os instrumentos de que o homem se serve para a obter. E é neste ponto que nós entendemos residir o fulcro da própria ciência. Estudar a produção, a circulação e o consumo é de facto estudar relações de actividade do homem na consecução de satisfazer necessidades. Mas, a vida evoluciona, as necessidades são incessantes, e é da própria essência da humanidade fazer progredir todos os meios, no sentido não de realizar o máximo com o menor esfôrço, mas, melhor, obter o óptimo, à custa de todos os esforços. Relanceando a vista através dos tempos, verificamos sempre nos imperialismos de alguns povos, do romano ao americano, nipónico e germânico dos nossos dias, o esfôrço inaudito de desenvolver a sua economia. Se nos lançássemos na miragem do princípio edonístico, a Humanidade tenderia para a sua cristalização, pois os homens apenas pretendiam obter a melhor satisfação das suas necessidades com o mínimo esfôrço.

A própria actividade inventiva do homem não se realiza

([1]) Carlos Hermenegildo de Sousa, *Tratado de Economia Corporativa*, já no prelo.

pelo menor esfôrço, mas antes à custa, tantas vezes, de colossais esforços, para o progresso da Humanidade. E assim, nos apareceram o vapor, a máquina, a electricidade, que, descobertos dia a dia, nas suas várias aplicações, têm transformado o Mundo.

Ora, a Economia não estuda apenas as necessidades do homem, estuda também os meios de êste as obter. Não é suficiente produzir trigo, mas conseguir que êsse trigo seja transportado em condições tais, que o seu preço seja o mais baixo possível em determinados mercados. A necessidade material, pròpriamente dita, encontra-se no fenómeno da produção do trigo, o aproveitamento e desenvolvimento dos instrumentos da sua aplicação, é aqui o transporte. Este exemplo é como se as coisas se passassem tão simplesmente. Produtos há que se valorizam, pelo aperfeiçoamento da sua qualidade, modo da sua embalagem, garantia do seu transporte, factores êsses que a racionalização moderna estuda e aproveita.

Definida a Economia, ou antes, traçados os seus limites, que cabe à Economia Nacional e à Economia Mundial? Como as próprias denominações referem, a uma, à primeira, cabe a doutrina das medidas do desenvolvimento da economia, no campo nacional. A cada Estado político corresponderá uma economia nacional. E não quererá isto dizer que seja a doutrina do nacionalismo económico, na acepção que se tem querido dar-lhe nestes últimos anos. O nacionalismo económico, para nós, representa a doutrina da autarquia económica, no sentido de cada Estado tentar o seu auto-abastecimento, cuidando ao mesmo tempo das suas aptidões naturais, das suas possibilidades geo-físicas, portanto, das suas necessidades vitais.

A Economia Nacional define a doutrina económica que visa à melhor satisfação das necessidades dum certo povo, vivendo em comunidade política independente, e ao melhor aperfeiçoamento dos meios económicos do mesmo Estado. Não é possível, no estado da ciência de hoje, que um Estado viva à mercê do que os outros produzem, descurando os meios de que pode dispôr para desenvolver também a sua produção, circulação e consumo. O Estado deve tirar o máximo proveito das suas condições geográficas, dando incremento à sua agricultura, comércio

e indústria, não descansando numa ou outra economia, ou desenvolvendo a agricultura porque os seus campos são férteis, e desprezando o seu comércio ou a sua indústria porque os seus portos são mal apetrechados ou mal situados, ou porque o seu solo é pobre em hulha e ferro.

O desenvolvimento dos meios de transporte, que se está observando dia a dia, duma forma verdadeiramente estrondosa, — em que o problema dos transportes aéreos deve surgir desta guerra absolutamente resolvido para a sua plena adaptação ao comércio entre as nações — deve diminuir consideràvelmente muitas das desigualdades geográficas, que desde sempre afligiram os povos e ocasionaram as guerras.

A via aérea sendo livre, pois não encontra empenos, a não ser nas condições metereológicas, não exige condições geográficas especiais, e, dessa forma, fará desaparecer muitas das desigualdades que tolhiam os movimentos de grandes povos. As matérias-primas, de origem vegetal ou mineral, tornam-se dessa forma mais acessíveis a todos, e o trabalho, fonte primordial da riqueza, encontrará uma melhor distribuição e uma mais perfeita garantia.

Essa política, que fêz criar na geografia económica Estados agrícolas, comerciais e industriais, trouxe apenas para êstes dois últimos uma avalanche de ouro, que os enriqueceu, tornando o salário industrial muito mais elevado do que o salário agrícola.

E foram estes factos que levaram certos países, essencialmente agrícolas, à industrialização, e em reflexo, certos países, essencialmente industriais, a desenvolverem a sua agricultura. É um fenómeno observado após a Grande Guerra e particularmente a partir da crise económica de 1929 ([1]).

Quanto à Economia mundial, o campo em que ela se estende é muitíssimo mais vasto, pois engloba o mundo inteiro, encontrando-se as suas doutrinas, hoje, infelizmente, muito abaladas, pois o movimento das trocas internacionais tem sofrido uma baixa extraordinária. A seguir a um aumento verificado post-

---

([1]) *La Situation Economique Mondiale.*

-Guerra, com a crise de 1929, êsse movimento baixou bastante, até que, em 1935, começou lentamente a subir devido ao desenvolvimento que o crédito então tomou em novas bases, deixando o proteccionismo infrene dos Estados de se firmar nas pautas aduaneiras, para se cobrir com o mecanismo cambial, mais ou menos artificiosamente trabalhado, por considerações meramente nacionais.

Neste clima económico, a economia mundial sofreu e a sua doutrina envelheceu, necessitando de ser refundida.

Mas, como dissemos atrás, ao analisarmos o problema da denominação da ciência económica, à economia nacional corresponde uma política económica nacional, como à economia mundial corresponde uma política económica internacional. A política económica confunde-se com a própria economia, e é não arte económica, mas antes a aplicação dos princípios dessa ciência aos casos concretos das relações da vida económica.

Para dar um exemplo simples desta diferença, basta citarmos a lei da racionalização económica, que em teoria deverá ser estudada na Economia, quer no campo nacional quer no internacional, e que na Política Económica Internacional vamos analisar na sua aplicação à indústria de certos Estados e na sua conseqüente influência no mercado mundial; o que sôbre a racionalização praticou a América, a influência que a mesma exerceu nos produtos de exportação, no abaixamento dos preços e, por consequência, no mercado internacional.

Não são, felizmente, tantos os definidores da Política Económica Internacional, como os da Economia Política, porque esta ciência não teve ainda a glória de ser considerada por todos ciência autónoma, mas sim um ramo da Economia. Rodolfo Kobatsch ensina-a como «a doutrina que estuda a evolução, a lei do desenvolvimento das ideias, das tendências e das medidas tomadas pelo Estado e pelos particulares, referentes às relações económicas (comércio de mercadorias e de capitais, movimento migratório de viajantes de comércio, de forasteiros, etc.) dum país, unidade económica, com o estrangeiro, e tendentes a regular estas relações.

Nesta definição compreendem-se os princípios, e à cautela

formula-se o objecto da própria ciência, o que redunda em imprecisão.

A maioria dos economistas fala apenas em política comercial, e outros, mais precisos, em comércio internacional, para quererem compreender nesta acepção a política dos diversos Estados em relação ao comércio. E em vez de construírem uma definição, estudam a sua técnica e traçam as suas teorias ([1]). Mas entretanto, a política comercial deve ser um instrumento para um mais favorável desenvolvimento dos interêsses económicos dum Estado em relação ao estrangeiro, como querem Grunzel, Schmoller e Lexis.

É, em suma, a concepção clássica da política económica internacional, em que um Estado deve empregar todos os seus meios para enriquecer à custa de outros, mais pobres e menos dotados dos bens da natureza. Com livre-cambismo ou com proteccionismo, o resultado era quase sempre o mesmo, pois em nome de velhos princípios, alguns Estados entendiam-se no direito de serem os fornecedores de outros, gastando-se muitas fôlhas de papel, discursatas, conferências, influências políticas e diplomáticas, para demonstrar que o comércio internacional, sendo uma necessidade imperiosa da coexistência de todos os Estados, deveria ser respeitado, nos princípios assentes pela ciência económica, sem cuidar de saber que, exercendo-se o comércio internacional entre nações, ou mais precisamente, entre milhões de homens de diversas nações, uns pagavam, à custa do sacrifício do seu trabalho, o trabalho mais bem remunerado de outros. Era, em suma, a escravidão da agricultura em prol da indústria.

Neste panorama de política económica internacional, onde leis como a dos valores internacionais, ou melhor dos custos de produção ou dos custos comparativos, se encontram hoje, como tantas outras, velharia científica, temos de colocar o quadro da moderna política económica internacional, tal como se nos apresenta nos factos das exigências económicas dos nossos dias.

([1]) Fontana-Russo — *Traité de Politique Commerciale.*

O economista brasileiro Paranaguá define política económica internacional como a que tem por fim o estudo das causas e das tendências de tôdas as medidas empregadas em vista das relações económicas internacionais e que permitam o desenvolvimento recíproco das diversas economias nacionais.

Realmente, sendo esta ciência informada pela observação constante dos factos e fenómenos económicos, quer na sua anterior efectivação, quer na tendência dominante em certo momento histórico, ela é em primeiro lugar uma ciência concreta (positiva) e não abstracta.

Mas, a definação de Paranaguá, fugindo, é certo, à corrente individualista e egoísta do desenvolvimento do interêsse económico dum país em prol de outro ou de outros — pois êle refere antes o desenvolvimento recíproco das diversas economias nacionais —, tende apenas a fixar o seu objectivo nas relações internacionais, esquecendo que a política económica internacional não pode apenas olhar à economia internacional em si, mas tem de estudar também o desenvolvimento económico de cada Estado, sempre que êste age em relação ao estrangeiro.

E assim, verificamos, como noutra parte dêste trabalho havemos de estudar, uma política económica internacional portuguesa, francesa, inglêsa, alemã, etc., etc..

Assim, para nós, na observação inquieta dos fenómenos económicos da hora que passa, definimos política económica internacional como sendo a ciência particular ou derivada que estuda as relações económicas entre os Estados, de forma a que, entre êles, se estabeleça uma mais precisa e compensadora permuta internacional, em vista do desenvolvimento económico de cada Estado em particular e de todos os Estados em geral.

Esta definição, que podemos apelidar de programa desta ciência, é a que nos vai nortear em todo êste trabalho. Assenta no princípio do reconhecimento da igualdade económica dos Estados, não que se vá supor que cada Estado tem as mesmas condições económicas e os mesmos meios para as desenvolver, mas antes que cada Estado tem o direito de desenvolver a sua economia e de procurar a mais justa compensação para a mesma.

É certo que êstes princípios devem revolucionar a economia

mundial e trazer, de momento, graves incertezas e pesados desequilíbrios, mas a verdade é que êsses males carregam há muito sôbre o mundo, sem que se pensasse em estudá-los, em vez de os combater. Se, ràpidamente, lançarmos um golpe de vista sôbre o que se está passando nas relações comerciais entre os Estados, vislumbramos a tendência geral em todos êles em procurarem a mais perfeita equivalência económica, buscando de preferência as economias complementares das suas, ou a obtenção de matérias-primas, como em muitos acordos de compensação (clearing) negociados, particularmente desde 1933. E se bem que estes acordos tenham nascido da necessidade de regular os pagamentos internacionais por via de compensação, em vista da instituição regulamentar do comércio de divisas, a verdade é que por êles tem-se, ùltimamente, conseguido assegurar uma maior confiança nas trocas internacionais, afastando o perigo de um Estado ver a sua balança comercial com determinado país desfavorável para si.

É o caso do acôrdo comercial entre Portugal e Espanha, em que se chegou a instituir uma Comissão Mixta para assegurar o equilíbrio das transacções, e o acôrdo de 18 de janeiro dêste último País com a França. E, assim, o acôrdo comercial entre a Bulgária e a Rússia, entre a Roménia e a Alemanha, que parecendo de longe representar, não uma tendência para se generalizar, mas antes o resultado duma política de ocasião, é, inegàvelmente, o caminho do futuro, um melhor e mais estreito entendimento económico entre as nações, uma federação económica, chamemos-lhe assim, como querem alguns, baseando-se nas profecias de Chamberlain para depois da guerra, e na organização económica franco-britânica estabelecida logo após a guerra de 1939, e que, neste momento, se encontra desfeita, devido à derrota da França, e, portanto, ao afastamento desta da aliança com a Grã-Bretanha.

Mas, êstes assuntos serão tratados mais desenvolvidamente no capítulo referente aos tratados internacionais.

3 — *Relações com outras ciências*

Acha-se assim determinado o problema da denominação da Economia e da sua definição, e também em novos moldes, a ciência ou ramo científico da Política Económica Internacional, pois entendemos desnecessário embrenhar-nos no problema até agora em discussão, se esta disciplina deverá ser uma ciência autónoma ou um ramo científico, não deixando, no entanto, de dizer que ciência autónoma não é, visto não ter chegado ainda a encontrar princípios distintos dos da ciência económica, e não se poder prever, no atual momento, quais êles venham a ser.

No entanto, não pode restar dúvida que se trata dum ramo importante da Economia, e portanto se deverá ou poderá denominar disciplina ou ciência particular, ou, como preferimos dizer, ciência derivada, em que muitos querem ver uma arte económica, distinguindo na Economia Política a Ciência e a Arte, como fêz Coquelin e Walras, e que teve como alto defensor Courcele Seneuil ([1]), considerando-se a ciência domínio do economista, e a arte domínio do estadista, onde se aconselha e dirige, distinção esta por nós já rejeitada.

Ao traçarmos as relações desta ciência com outras ciências, verificamos como é óbvio que o domínio das relações da ciência económica é, em princípio, o da política económica internacional. Assim, no campo da psicologia, da moral, do direito, da tècnologia, lobrigamos estreitos laços de entendimento.

A psicologia, estudando a alma e as faculdades intelectuais do homem, influencia bastantemente a actividade económica por êle exercida. Sem aceitarmos a teoria do materialismo histórico de Karl Marx ou de Loria, que vêem todos os momentos da vida humana subjugados pelo fenómeno económico, aceitamos, porém, a alta concepção psicológica determinativa de muitos fenómenos económicos. Desprezando a abstracção do "Homo œconomicus" e do princípio edonístico, fica-nos uma grande

---

([1]) *Traité d'Economie Politique*, 1892.

margem da influência psicológica na vida económica. O homem não age como uma máquina, sendo um ser vivo, atreito a paixões, boas ou más, a inclinações espirituais, que por elas muitas vezes se norteia. Devemos o estudo das investigações psicológicas na Economia a Menger e Böhm-Bawerk, que os aplicaram a altos problemas económicos — os dos preços e os dos juros.

Mas, sendo estreita a relação entre a psicologia e a economia, pode formular-se a dúvida se essa mesma estreiteza se mantém na política económica internacional. Entendemos que sim, e mais compreensìvelmente ainda. É um transcendente problema o procurarem-se mercados para colocação de produtos, e numa política a realizar-se, tem um preponderante papel a psicologia. Não duvidamos mesmo em avançarmos, dizendo que o segrêdo das negociações comerciais reside precisamente no conhecimento da psicologia dum povo. Quanto não custa sugestionar a clientela, demonstrando-lhe a vantagem no consumo de determinados artigos, traçar uma propaganda convincente!

A ciência, digamos assim, ou talvez mais apropositadamente, a arte de propaganda nos nossos dias, tão aperfeiçoada, a que outro fim visa que não seja a criar uma psicologia favorável?! O diplomata e o economista necessitam de estudar a psicologia para melhor compreenderem o carácter, as disposições e os sentimentos dos homens, através, muitas vezes, das actividades que exercem. E assim, como Menger e Böhm-Bawerk fizeram, há que estudar a psicologia dos capitalistas, permutadores, prestamistas, e no mundo de hoje, a psicologia da guerra, o estado de ânimo que envolve tôdas as mentes, na desconfiança de tudo e de todos. E para compreendermos o quanto a psicologia influe hoje neste ramo da ciência económica, basta referir-nos aos estudos sobremaneira científicos que muitos Estados, mòrmente o Alemão, têm realizado dos mercados, onde, a par das condições geográficas, étnicas, antropológicas, as psíquicas tomaram um papel de relêvo.

A guerra económica sugere-nos hoje, em pleno conflito armado na Europa, graves ensinamentos. A guerra só é possível terminar quando a confiança dos homens renascer, numa vida

mais perfeita e numa concepção económica mais justa. Os seus efeitos fazem-se sentir, dolorosamente, desde a paz de Versailles, e não nos enganaríamos muito se fixássemos o ano de 1919 como aquêle em que principiou a conflagração europeia de 1939. A guerra, de facto, principiou quando a conflagração económica eclodiu, pela subida das barreiras alfandegárias, pela regulamentação dos câmbios, pelas restrições do comércio internacional, e pela defensiva económica, em suma. E quando, por vezes, a S. D. N. tentou descortinar o mal e remediá-lo, quando economistas de valor se encarregaram de estudar as causas da depressão económica mundial e impor os seus remédios, o mundo, ou antes, os estadistas que o governavam achavam sempre muito bem as soluções sábias encontradas, mas continuavam, pela fôrça das necessidades, a considerar tábua rasa as medidas preconizadas, e a enfrentar as crises por meios bem diferentes e até contrários aos que lhe eram aconselhados. Assim aconteceu com a célebre Conferência Económica de 1927 e com o relatório do grande financeiro e economista belga Van Zeeland, encarregado pela França e pela Inglaterra de estudar as causas e os remédios do mal-estar económico do mundo.

Ora, a nós quere-nos parecer que a ineficácia de tôdas essas conferências, relatórios, estudos se deve apenas ao facto de se terem alheado êsses problemas da psicologia dos povos. Os sentimentos dêstes eram de desconfiança nos resultados das teorias económicas que a clássica Economia Política arquitectara noutras épocas e noutros meios.

Os povos sentiam relutância em aceitar para os seus males os mesmos remédios preconizados há séculos, quando êles não tinham feito o seu bem-estar; passou-se a sentir, mais acentuadamente, que muitas das desigualdades sociais se baseavam em desigualdades económicas. O comércio internacional tinha, pois, de desenvolver-se por outros meios, e para o seu estudo, haveria de compreender-se primeiro a nova psicologia da humanidade em busca dum novo equilíbrio da vida. E, sendo a psicologia a ciência do bom-senso, através da qual se concebe o Orbe em que habitamos, demonstrado fica que sem o conhecimento da psicologia, nos seus mais variados elementos, a polí-

tica económica internacional de qualquer Estado, cedo ou tarde, sossobrará ([1]).

Com o direito tem a ciência económica a mais apertada colaboração, e tão grande ela é, que economistas há, como Stammler, que confundem os factos económicos e os jurídicos por exprimirem a mesma realidade sob dois aspectos diferentes — a matéria e a forma. De facto, nós encontramos, principalmente hoje, a maioria das relações jurídicas do indivíduo baseadas em princípios económicos. Pode-se dizer que o direito civil é, todo êle, um direito protector da economia, desde os princípios das obrigações, da família, da propriedade, até aos mais elementares princípios da capacidade jurídica. E, se do direito civil e comercial passarmos para o direito administrativo, político e até mesmo criminal, encontramos inúmeras regras de economia, a que o direito deu a sua plena consagração. A grosso modo, chegaríamos à conclusão de que, sem revestir a forma jurídica, não pode haver política económica.

Mas, há que destrinçar. A ciência jurídica obedece a diversas leis e a diversos princípios, e tendo uma forma mais rígida e absoluta do que a economia, ela engloba tôda a vida do indivíduo, desde o momento da sua gestação até o momento da sua morte, e além desta ainda, até onde puder ir a observância da sua vontade, emitida para a data posterior da sua morte. E assim o jurídico segue a par e passo tôda a actividade do homem, quer essa actividade se manifeste no campo político, moral ou intelectual, social, religioso, quer se manifeste no campo económico, que, não sendo o único determinativo da sua existência, é, contudo, um dos mais valiosos. E quanto maior fôr a civilização e o progresso da vida humana, maiores são as relações sociais que se encontrarão ou passarão a ser abrangidas pelo direito.

Ora, a actividade económica do homem, se bem que, desde há muito, fôsse regulada pelo direito, ficava, no entanto, com uma larga margem de princípios fora do domínio jurídico. A escola liberalista, defendendo o livre jôgo da oferta e da procura e a lei

---

([1]) Tarde — La Psichologie Économique.

da livre concorrência, e tantas outras mais, afastou sempre da regulamentação jurídica o comércio entre os homens e até mesmo das nações.

Mas, a corrente doutrinária dos nossos dias tende a regulamentar cada vez mais as relações económicas dos homens, o que, sofrendo da influência da escola socialista, a ultrapassou na sua concepção de economia dirigida. Todos os Estados, até mesmo os democráticos, têm levantado um grandioso edifício económico-jurídico por onde os homens têm de pautar as suas necessidades económicas e resolver os seus problemas. E êste domínio jurídico verifica-se melhor na própria política económica internacional, a tal ponto, que se chega a assentar quais os países com quem se deve negociar, como fêz Roosevelt nos E. U. A.. A tendência é, pois, para englobar tôda a actividade económica no campo do direito, o que melhor se observa ainda naqueles Estados, como o nosso, que seguem o regime corporativo.

Mas, se a realidade nos mostra esta inter-dependência ou inter-penetração do direito na economia, o certo é que não devemos confundir os factos jurídicos com os factos económicos. Aquêles são de diversa natureza, como já afirmámos, e êstes escapam, por vezes, à regulamentação jurídica, porque os princípios em que se baseiam são outros. Assim, que valeria ao legislador que tentasse contrariar uma verdade económica, um princípio económico, impondo-o coactivamente pelo direito? Que resultado obteria o estadista que se lembrasse, com o fito de enfrentar uma crise de superprodução, em aumentar esta e impor um preço mais elevado?

Além de que muitos fenómenos económicos escapam, pela sua própria natureza, a serem regulados pelo direito.

A política económica internacional, hoje, mais do que nunca, está numa interdependência grande do direito, e não só do direito interno como do internacional. Há princípios consagrados pelo direito internacional, como os direitos de existência e conservação, de soberania e independência dos Estados, que abrangem a política económica internacional. E os próprios tratados, acordos, convénios e conferências económicas, referem um direito internacional em relação à política económica. E, quer no ramo

do direito internacional público como no privado, e, particularmente, no que respeita ao movimento de capitais e de pessoas, encontramos inumeráveis princípios económicos aceites pela quase totalidade dos Estados, além dos usos e costumes internacionais, que são também direito. E da mesma instabilidade dos negócios jurídicos internacionais, que reflecte a comunidade internacional de hoje, enferma a política económica internacional.

Encontram-se, assim, estudadas as relações da política económica internacional com a psicologia e com o direito. Pouco diremos no respeitante à moral e à tecnologia. À moral, porque existindo, indubitàvelmente, uma moral internacional mais complexa e transcendente do que a moral de um determinado aglomerado político, a verdade é que, entre as nações, mais ainda que entre os indivíduos, as relações morais são superadas pelas económicas. Não queremos com isso afirmar que a política económica internacional seja amoral, na acepção do têrmo; pois, aos povos civilizados, sempre repugnou negociar com Estados que não respeitam o direito, ou pelo menos aquêles princípios mais elementares de humanitarismo. Não têm sido raros os casos de Estados cortarem não apenas as suas relações económicas, mas as políticas, com países que não respeitam os mais elementares deveres sociais; e se nessa atitude se escondem, por vezes, interêsses políticos, a moral não deixa também de agir. É flagrante o exemplo de Portugal perante a União Soviética.

Outras vezes ainda chega-se a restringir, por várias maneiras, o comércio com países que não aplicam o regime de trabalho que vigora nos países civilizados. E, se esta medida tem essencialmente um alcance económico, não deixa por isso de influir na moral internacional, ou de ser por ela influenciada.

Temos agora, para fechar, as relações da Política Económica com a tecnologia. Estas são, insofismàvelmente, importantes. A técnica encontra-se, dia a dia, mais progressiva, e as exigências do comércio internacional são cada vez mais apertadas. Há uma técnica para a produção, assim como há outras para a circulação, repartição e consumo. A técnica estende-se hoje a tôdas as actividades económicas do homem, e quanto mais aperfeiçoada ela é, maior é a procura e mais fácil se torna o

comércio entre as nações. Se a técnica industrial alcançou nos nossos dias um aperfeiçoamento que a racionalização, estandardardização e padronização para tanto contribuíram, o certo é que a técnica comercial completa aquela, e na arte de acondicionar, especialmente, visa a transportar os produtos nas melhores condições higiénicas e de segurança, a ponto que os mesmos chegam ao seu destino nas mesmas condições em que saíram.

A técnica comercial tornou-se complexa e transcendente, em especial no comércio exportador, a tal modo, que os govêrnos se viram na necessidade de regulamentar as condições de exportação dos produtos que passam pelas alfândegas, e ainda de criar organismos consultivos com o fim de elucidar os exportadores da maneira como devem apresentar os seus produtos para exportação. As associações comerciais, as câmaras de comércio e os grémios elucidam, permanentemente, os seus associados, da forma como devem comerciar com o estrangeiro. A técnica comercial é, pois, hoje uma ciência de difícil conhecimento, pois faltar a ela, ou não a conhecer perfeitamente, é motivo certo de desastre. Tôdas as nações são exigentíssimas nesse sentido, e não apenas por motivos de ordem sanitária, mas também por um proteccionismo à sua indústria. E daí o exigirem-se vinhos com certa graduação e embalados em garrafas ou em vasilhame com certos rótulos e certos certificados de origem ou de pureza; azeites com certa acidez, excluindo outros; conservas embaladas de certa forma; lãs em bruto ou trabalhadas, ou de carneiros criados a certas altitudes; e um nunca acabar de exigências...

Assim, a tecnologia presta um enormíssimo serviço à política económica internacional, como processo de relacionação física e química das cousas, adaptando os produtos aos fins a que se destinam. Por outro lado, a economia, realizando como realizou a organização científica do trabalho, veio desenvolver mais a técnica. Além destas, cujas relações são mais distintas, por serem ciências de índoles diversas, deveremos ainda indicar, como ciências auxiliares, a etnografia, a geografia, a História Política, Económica e Diplomática, e muito particularmente a Estatística.

São bem conhecidos os auxílios que a todo o momento estas ciências prestam à Política Económica Internacional, para os especificar. No decorrer da obra, melhor se compreenderá êsse auxílio, razão por que não nos vamos embrenhar mais no assunto.

PARTE I

A Evolução Histórica dos Sistemas de Política Económica Internacional

CAPÍTULO I

O SISTEMA MERCANTILISTA

4 — Como se desenvolveu o mercantilismo

Para melhor definirmos e precisarmos a ciência da política económica internacional, devemos traçar a evolução histórica dos sistemas que vêm, desde o seu início, informando a referida ciência na construção de teorias, que têm norteado os estadistas, economistas e internacionalistas.

Se recuarmos aos tempos da antiguidade clássica, chegamos à convicção de que o comércio internacional precedeu, e bastante, o comércio interno, com as navegações dos fenícios e dos gregos, que traficavam no litoral do Mediterrâneo e até no Atlântico europeu. São bem conhecidas as feitorias fenícias e gregas, e a passagem dêsses povos pelo Mediterrâneo até às Ilhas Britânicas.

E o comércio internacional era então o comércio marítimo, praticado em condições bem misteriosas e de sigilo absoluto, na contigência permanente da pirataria. O estrangeiro, apesar de ser então considerado como um inimigo, era entretanto protegido — particularmente, era pôsto sob a 'protecção dos deuses' — na sua faina comercial. Mais tarde, ainda, começaram aparecendo colecções de direito marítimo, como o regulamento de Wisby, rolos de Olèron, etc.. A par dêste comércio, desenvolveu-se também o comércio ambulante de caravanas; e mais adiante, o comércio passou a fazer-se em feiras, onde concorriam inúmeros negociantes estrangeiros.

Em Portugal, por exemplo, são variadíssimos os documentos que nos atestam a preponderância do comércio estrangeiro, onde os negociantes estrangeiros, principalmente inglêses franceses, florentinos, flamengos e de tantas outras nacionalidades, gozavam de tôda a casta de privilégios, desde o alvorecer da nossa nacionalidade.

Mas foi o movimento das descobertas de Portugueses e Espanhóis, a partir do século XVI, que criou, podemos assim dizer, o comércio internacional. Deslocado o fulcro do comércio com o Oriente, das repúblicas italianas de Veneza, Génova e Florença, para a Península Hispânica, como séculos atrás se deslocara com a queda de Bizâncio, Lisboa tornou-se um empório comercial de primeira grandeza. Havia, porém, que manter a todo o custo o monopólio dêsse comércio, ganho à sombra de tantas energias, trabalhos e heroísmos. Á luz da ciência do tempo, Portugal e Espanha eram os Estados dominadores dos caminhos marítimos para o Oriente e para o Novo Mundo. As riquezas, porém, eram tentadoras e, não obstante os princípios do *jus invencionis* — reconhecido pela Autoridade de Roma, e a delimitação imposta pelo Papa Alexandre VI, um pouco alterada pelo Tratado de Tordesilhas —, outros países se lançaram ao mar ignoto, na mira do ouro.

Não existia, no entanto, uma política económica bem definida, sistematizada, que indicasse uma directriz ao comércio internacional. Êste realizava-se à mercê do acaso e das necessidades mais instantes. Uma coisa, porém, se admitia, e essa como uma

certeza: que, quanto maior fôsse o *stock* de ouro ou moeda que um país possuísse, mais rico o mesmo seria. Era o delineamento do sistema mercantilista que, mais tarde, no século XVII, revestiria a sua forma mais científica e representaria, por largo tempo, a teoria que informaria a política económica internacional de todos os Estados, engrandecendo muitos dêles e pouco influindo noutros que, mercê da sua administração, não souberam aproveitar-se dos seus ensinamentos. É a teoria mais antiga da política económica internacional. Tem sido largamente criticada, verberada, espezinhada por tantíssimos economistas que, para a fulminarem, se têm servido, especialmente, da teoria da balança do comércio e da balança de contas.

Antes de apreciarmos as suas vantagens ou desvantagens, as críticas que lhe foram e continuam a ser feitas, a relevância ou irrelevância das mesmas, teremos de expor o aparecimento do mercantilismo e as vicissitudes por que passou, até começar a ser substituído por outras teorias, como o livre-cambismo e o proteccionismo.

Costumam os economistas distinguir três fases ou etapas no desenvolvimento do mercantilismo: a fase monetarista ou bulionista; a fase industrialista ou da balança de contractos e a fase da balança do comércio.

Na fase bulionista, que podia revestir a de balança de contratos ou a de balança de comércio, compreendia-se um certo número de medidas tendentes a proibições absolutas de saída de moeda ou de metais preciosos e a fixação do curso dos câmbios pela lei. Esta fase preocupou demasiadamente os nossos reis, e até mesmo durante o consulado pombalino se restabeleceram medidas draconianas no sentido de evitar a saída do ouro. Esta, era de tal forma considerada um mal, que se chegava a aplicar a pena de morte a quem tal transgredisse. Baseava-se, pois, na proibição absoluta da exportação da moeda.

A segunda fase, que teve o seu apogeu na Inglaterra, no século XIV, conhecida, nesse país, por *Balance of Bargains*, estabelecia a obrigação de os comerciantes nacionais trazerem em moeda, para o seu país, o montante do preço das mercadorias vendidas ao estrangeiro; e, em relação aos comerciantes estran-

geiros, o montante ou uma parte da moeda recebida pela venda de mercadorias estrangeiras no país teria de ser empregada na compra de mercadorias nacionais. Em Portugal, também, esta política foi seguida muito antes, desde o reinado de D. Afonso III. Era a política dos lealdamentos, que representavam a obrigação de os negociantes estrangeiros declararem, no momento da entrada das mercadorias no nosso país, que exportariam mercadorias num valor igual ao das importadas.

O fim dos lealdamentos era, por conseqüência, equilibrar a balança de comércio, o quantitativo das importações e das exportações.

A última fase, que reveste a verdadeira teoria do mercantilismo, estabelece as medidas necessárias para assegurar um saldo favorável na balança de comércio.

Deveremos, entretanto, acentuar que tôdas estas fases se mativeram, por vezes, concomitantemente, e que o aparecimento duma representava mais a evolução da anterior do que uma nova sistematização. Os fenómenos económicos, pela sua complexidade e hipersensibilidade, não são, por vezes, susceptíveis de se enquadrarem numa única sistematização. São variadíssimas as suas causas e efeitos, e a vida económica tem de efectivar-se naquele ritmo célere da vida humana, não podendo esperar por experiências ou por construção de teorias. Mas, qualquer destas fases, por nós marcadas, no fundo representava uma única política: a não saída da moeda.

Porém, na última fase, a mais progressiva, aquela que na ordem cronológica foi a última a aparecer, e sôbre a qual incidiram tôdas as críticas dos economistas — a fase da balança de comércio —, pela própria denominação se compreende o objectivo em vista, que era o desenvolvimento comercial, no intuito de adquirir moeda. O que representava e o que então se entendia por balança de comércio era a diferença entre o valor das importações e a das exportações de mercadorias. O conceito ficou consagrado na Economia, e ainda hoje se segue.

Mas, para além da balança de comércio, nada mais existia ou se julgava existir. O movimento de capitais e de pessoas era coisa de pouca monta então, e desprezava-se ou desconhecia-se

a balança económica, de pagamentos ou de contas, que no século XIX iria servir como o mais alto argumento para deitar por terra o mercantilismo.

Não compreendemos, ou melhor, não podemos compreender como se trace uma crítica a um sistema de certo modo científico, servindo-nos de princípios que só muito mais tarde foram aceites, ou empregando soluções que só posteriormente se apresentaram.

Compreendemos sim, que se critique o mercantilismo, valendo-nos em qualquer época dos novos conhecimentos da ciência, para explicar as causas e os efeitos que determinado sistema teve em determinada época, e que não foi então explicado, ou cientìficamente compreendido.

A teoria da balança do comércio não pode deixar de ser julgada como defeituosa na sua essência e na sua aplicação. Teremos ocasião de estudar especificadamente êsse problema. Por agora basta-nos referir que, se ainda hoje as estatísticas, que são a sua base, se mostram ainda incompletas, imprecisas, por causas várias, como a falta de uniformidade na sua nomenclatura, não obstante os esforços da Sociedade das Nações e doutros organismos, como havemos de ver, o que não seria então, nos séculos em que vigorou o mercantilismo, com estatísticas que representavam apenas uma simples soma de números, fornecidos sem qualquer critério pelas alfândegas.

O conceito mercantilista referia, porém, antes o incremento da produção nacional, no sentido de evitar as importações e fomentar as exportações, sempre com a finalidade de acumular a moeda.

E, abstraindo do fim da acumulação da moeda, cuja consistência mais adiante veremos, temos de analisar os outros fins, digamos assim, do mercantilismo. O incremento da produção nacional era o seu principal objectivo. E não falando do que hoje se pretende, na economia das nações, analisemos o que se passou, então, nas principais potências da Europa, de setecentos e de oitocentos.

Na Inglaterra, o Acto de Navegação, de 9 de outubro de 1651, votado pelo Longo Parlamento, no tempo de Cromwell, estabeleceu privilégios para a marinha mercante inglêsa, que tor-

nou possível o colossal desenvolvimento do seu comércio, que ainda se mantém nos nossos dias. É certo que foi à custa de enormes privilégios e restrições que êsse monopólio do transporte de mercadorias, importadas da África, da América e da Ásia, se tornou possível, e isto em detrimento da marinha holandesa.

Realmente, desde a promulgação do Acto de Navegação até à Lei de Pitt, que em 1786 unificou tôdas as leis aduaneiras, a Inglaterra viveu sob um regime de direitos proibitivos e de outras espécies de proibições, tendentes sempre ao desenvolvimento do seu comércio, não só interno, como colonial. E foi durante todo êsse tempo que o mesmo país assinou o Tratado de Methwen em 1703, e o Tratado de Eden com a França, em 26 de setembro de 1786.

E natural é que muitos dos críticos, especialmente os mais modernos do Tratado de Methwen, ao invectivar êste como causador de tôda a nossa ruína económica, tivessem em mente o período em que o mesmo vigorou, que foi aquêle em que a Inglaterra, num apertado exclusivismo económico, só olhava aos seus interêsses, não recuando em empregar medidas draconianas contra o comércio estrangeiro.

A verdade resultante de tôda esta política económica inglêsa foi o florescimento da sua indústria, a ponto tal, que em certo momento, como havemos de estudar, começou defendendo uma outra política, bastante antagónica desta, e isto na altura em que a sua indústria não necessitava de qualquer protecção ou mais precisamente de quaisquer privilégios para se impor no mercado mundial.

Na França, o mercantilismo revestiu a sua mais perfeita forma com a política comercial de Colbert, no século XVIII. O célebre ministro de Luís XIV, na consecução da política do seu Rei, pretendeu excluir do mercado francês as manufacturas inglêsas e holandesas, e colocar a França, senão acima, pelo menos a par do comércio e da marinha dêsses dois grandes Estados. E daí o mesmo sistema de restrições e proibições de tôda ordem impostas ao comércio estrangeiro. Desta forma, Colbert criou a indústria francesa à custa de graves sacrifícios,

como subvenções, privilégios e monopólios. A sua agricultura não precisava de protecção; assim a indústria beneficiava-se de todos os privilégios. E o principal objectivo da sua política era precisamente fomentar as exportações das manufacturas francesas, concedendo-se, para isso, prémios de exportação. E a sua política, que foi deveras salutar e, como hoje se diria, totalitária, pois não apenas se restringiu às manufacturas, mas também ao comércio colonial, que foi monopolizado, e à navegação, a favor da qual se organizaram grandes companhias de comércio e de navegação, como a Companhia das Índias Orientais, das Índias Ocidentais, do Levante, do Norte e do Senegal (1) —levantou a França do seu marasmo económico e tornou possível o seu engrandecimento económico.

Se passarmos em revista agora o que se praticou nas outras nações da Europa, o quadro muda de forma muito diferente.

A Holanda, no seu declínio político na Europa, adoptou muitas medidas de carácter mercantilista, mas tôdas elas tendentes à sua política colonial que então a assoberbava por inteiro.

Nos Estados da Áustria e da Alemanha, as vicissitudes políticas por que êles passaram não permitiram o desenvolvimento da sua economia nas bases do mercantilismo, não obstante a unificação aduaneira da Áustria em 1775 ter permitido muitas leis aduaneiras baseadas no mercantilismo. Na Alemanha o caso era ainda mais complexo, pois os distritos aduaneiros eram variadíssimos e de modo algum se poderia estabelecer uma política económica uniforme.

Outro tanto se passava na Itália, dividida em muitos Estados, onde, por vezes, reinava o desassossêgo político.

Deixamos propositadamente para o fim a Espanha e Portugal.

É vulgar, e até mesmo já consagrado pelos economistas, que o mercantilismo, se fêz a felicidade da Inglaterra e da França, em contra-partida arruinou, ou pelo menos, prejudicou a economia dos dois países da Península.

---

(1) Paranaguá.

Nós não vemos assim o problema. O mercantilismo influiu e de forma extraordinária na economia hispano-lusa, e empregamos êste têrmo não para ligarmos as duas economias, que nunca estiveram nem podem estar ligadas, mas apenas para melhor frisarmos que em ambos os países o mercantilismo actuou, e, talvez por causas idênticas, não deu os resultados que deveria ter dado.

No tempo em que o mercantilismo, como sistema económico, apareceu, Portugal e Espanha encontravam-se divididos por guerras dolorosas, graves e, bem podemos acrescentar, desgastadoras de tôdas as energias. A Espanha não tinha apenas as suas tropas na nossa fronteira, mas sofria ainda guerras nos Pirinéus, nos Países Baixos, na Itália, e no comêço até na Catalunha.

Não era o momento azado para impor um sistema que Cromwell, e mais tarde Colbert, tinham maduramente estudado e enèrgicamente levantado.

Portugal soube, mesmo dentro de tantas dificuldades, empreender essa política mercantilista, influenciado, como é óbvio, pelo colbertismo. E assim começou a protecção à nossa indústria, nos mesmos têrmos do exclusivismo e das restrições de tôda a ordem que definiram o sistema. A obra do Conde da Ericeira foi, em grande parte, continuada por D. João V, e teve o seu apogeu no Consulado Pombalino. Seria fastidioso e ultrapassaria o âmbito desta obra o referir tôdas as medidas e disposições legislativas que por tôda esta época se instituíram em prol da nossa industrialização, como hoje se diria. Os reinados de D. Pedro II, D. João V e de D. José em particular foram quase absorvidos num enorme esfôrço de fazer ressuscitar muitas das nossas indústrias, caídas no olvido, como a das sedas, da ourivesaria e da ferraria, como ainda em criar outras, como as do vidro, de cortumes, sapataria, tecidos e até mesmo de construção naval. Pombal, com pulso mais firme e vontade mais enérgica, conseguiu levar a cabo essa importantíssima obra, encetada por D. João V, levando muitas dessas indústrias a um desenvolvimento assaz notável, como a dos tecidos. E para tôda esta obra, que mais tarde quase se perdeu por com-

pleto — não pelo espírito de contrariar o que de bom deixou Pombal, mas antes, pelos acontecimentos em que, sem culpa, nos vimos envolvidos com a França revolucionária ([1])—, empregaram os nossos soberanos aquelas mesmas medidas que a Inglaterra e a França aplicavam egoìsticamente: isenções de tôda a espécie, representando verdadeiros prémios à indústria, privilégios vários, alguns de grande importância para a época, e as restrições e proibições ao comércio externo. Era, em suma, o sistema mercantilista, aplicado em tôda a linha.

Em Espanha, também não foi indiferente, como querem muitos economistas, o estabelecimento do sistema mercantilista. Esta potência, que gozara dum florescimento económico grandioso nos reinados dos Reis Católicos, Fernando e Isabel, que não obstante as descobertas, que lá como cá, trouxeram uma perda grande de lucros, que se verificou quer nas actividades agrícolas e industriais, quer nas comerciais, foi, de reinado em reinado, decaindo, até quase desaparecerem aquelas suas indústrias da Andaluzia à Catalunha, que tão apreciadas eram. Êstes factos, mercê das guerras, das lutas de raças, de religião e de muitos outros factores, que para aqui nos não interessam, só puderam começar a ser remediados no reinado de Carlos II, devido ao valor do seu ministro Oropeza. Mas foi no tempo do Cardeal Alberoni, grande ministro de Filipe V, que as condições da agricultura e do comércio começaram melhorando, e o movimento industrial tomou extraordinário incremento.

E as medidas empregadas para tal eram idênticas às que na mesma época empregava Portugal, para não dizer já a Inglaterra e a França: estabelecimento de manufacturas nacionais, chamada de artistas do estrangeiro, isenções e privilégios de tôda a casta, e a promulgação de leis sumptuárias com um carácter verdadeiramente proteccionista, restringindo ou proibindo a importação de artigos estrangeiros. E assim a Espanha passou a ter as suas manufacturas de linho, tecidos, lenços, cristais, tapetes, etc., etc. E esta industrialização continuou nos reinados seguintes, de Fernando VI e Carlos III, até que a Revolução Francesa fêz de novo

---

([1]) A Aliança Anglo-Portuguesa, do autor.

decair êsse movimento. Há, e poderíamos acrescentar, através de tôda a história dos dois Países Peninsulares, um certo paralelismo político e até económico.

O notável economista Paranaguá, entretanto, na sua obra "Politique Commerciale Internationale", afirmou que em Portugal, Espanha e Holanda o sistema mercantilista foi adoptado principalmente como medida de política colonial. Se de facto isso se verificou na Holanda, cuja política colonial era a razão de ser de todo o seu engrandecimento comercial, em Portugal e Espanha tal se não observou, pelo facto de êsses dois Países não terem usufruído das suas Colónias aquêles mesmos interêsses que outros povos, vindos depois, vieram a gozar, por não terem dispendido gente e dinheiro nas descobertas e conquistas dêsses novos mundos. Além disso, o pacto colonial, que definia o sistema mercantilista, fôra sempre aplicado na sua maior rigidez por Portugal e Espanha, que defendiam os seus direitos absolutos sôbre as terras descobertas. Neste traçado do que foi o mercantilismo, na sua mais estricta aplicação na Europa, fica-se compreendendo que o sistema mercantilista representou na sua época a melhor e mais perfeita política económica que se poderia ter seguido.

Se, na Inglaterra e na França, o sistema se completou e realizou integralmente todos os seus fins, ao contrário do que sucedeu em Portugal e na Espanha, isso apenas se deve aos melhores recursos dêsses Países, ao facto duma mais estável política, e ainda a não terem sofrido, principalmente a Inglaterra, a invasão dos seus territórios.

Mas do sistema ficou ao mundo a lição da possibilidade de criar riqueza, fomentando a indústria, a agricultura e o comércio.

5 — *As críticas ao sistema Mercantilista*

Apesar, porém, de tôdas estas vantagens, o sistema foi e é ainda hoje, por vezes, acerbamente criticado. De facto, à primeira vista, não se concebe que um sistema de política económica se

baseie em restrições e proibições ao comércio internacional. Êste, para os livre-cambistas, que foram os maiores e mais severos críticos do mercantilismo, como hoje mesmo, para qualquer economista, é de suma vantagem e proveito para tôdas as nações.

Não pretendemos negar, porque tal seria contrariar a própria ciência da política económica internacional, que o comércio entre as nações seja dum interêsse primordial para tôdas elas. É um dogma que representa um pressuposto desta própria ciência. A verdade, porém, é que essas restrições e proibições representavam, na época, a única forma de cada país poder criar e manter a sua indústria. Ao caos económico em que vegetava o mundo então — com as suas alfândegas interiores disseminadas às dezenas, por tôda uma nação, sem se vislumbrar ainda uma unidade económica, como já se assentara na unidade política, enquanto as permutas internacionais se faziam sem qualquer critério — só um sistema proibitivo conseguiria impor uma certa ordem.

Mas essas restrições e proibições, exigidas apenas no comércio externo, iam, até certo ponto pelo menos, só até àquelas indústrias que porventura viessem a fazer concorrência às que o Estado se lançara a criar.

Sem elas, como seria possível à Inglaterra e à França criar indústrias que mais tarde se impusessem no mercado internacional ?

Nós vemos o problema de forma diferente do que muitos o vêem. Enquanto a Europa manteve uma densidade de população baixa, dentro de verdadeiras muralhas, sem grande contacto com o mundo exterior, a indústria doméstica, na sua simples troca, satisfazia quase por completo as necessidades da população. Tudo se passava com simplicidade, e a miséria dos velhos e inválidos era suprida ou mitigada pelos grandes senhores feudais ou pelas próprias corporações de artes e ofícios. Vieram as descobertas de novos mundos, e a Europa despertou do seu letargo, compreendendo que o mundo era mais vasto do que até aí se impunha.

As especiarias da India e os produtos do novo Mundo começaram enxameando os Estados da Europa. A Idade Moderna começou vendo crescer a população, e esta começou, por

seu lado, a criar novas necessidades. O trabalho já não chegava para todos, e havia que criar riqueza, que fôsse, por sua vez, manter o acréscimo da população. A agricultura não satisfazia o desiderato, o comércio não chegava, havia que lançar mão da indústria. E assim aconteceu na Inglaterra, na França, no resto da Europa... As populações emigravam para as Américas e para o Oriente, mas, por um movimento incessante da vida, elas aumentavam sempre. Com elas aumentavam as necessidades, e o ouro do Oriente, do Brasil e mais tarde da América do Norte, não devia jazer inerte, mas antes servir de moeda, de padrão geral de valores. Nações possantes, de enormes recursos, como a Inglaterra, vislumbraram o futuro e lançaram-se na industrialização e, ao mesmo tempo que se arranjava trabalho para uma população sempre em via de crescimento, obtinham a drenagem do ouro para os seus erários, ouro que viria servir para construir uma nação bem apetrechada para a luta económica.

Pensou-se sempre que a finalidade principal do mercantilismo era a acumulação da moeda. Que assim pensavam também os estadistas que nessa época governavam os povos, não devemos ter quaisquer dúvidas. Mas, nos fenómenos económicos, em especial, escapam, tantíssimas vezes, certas causas e efeitos, que se tornam imperceptíveis ao mais cauteloso. Há, nos fenómenos económicos, imponderáveis que desvirtuam, por vezes, completamente as leis e princípios da ciência. É, talvez, o que se passa na crítica do mercantilismo. A explicação dada ao sistema, aquilo que os economistas da época julgavam resolver, não representava mais do que uma modalidade das razões que criaram o sistema. Acumular moeda não podia ter, nas condições económicas da época e do modo por que então se fazia, as consequências benéficas que os economistas julgavam ao notar as vantagens do sistema. Neste ponto têm razão os livre-cambistas, e não só êstes, como os próprios proteccionistas dos fins do século passado até aos nossos dias. A balança de comércio não representa mais do que um elemento, se bem que de valia, das trocas internacionais. A técnica do comércio internacional é mais complexa — e já o era então — do que simples cômputo duma simples balança de comércio.

A acumulação da moeda tem e traz, quase sempre, desvantagens de vária ordem, visto que a mesma é uma simples mercadoria, sujeita, portanto, às variações de preço a que as mercadorias estão sujeitas, com a agravante ainda de haver a tendência de possuí-la em *stocks*, tornando assim capitais imobilizados, inertes, que nada produzem. Mas o que escapou a êsses economistas, como escapou sempre à maioria dos economistas, é a vantagem da melhor distribuição da riqueza do trabalho dos povos. Não queremos com isto defender que a riqueza seja o trabalho ou a teoria do valor em que êste é medido pelo trabalho do homem. Não. A riqueza e o valor não são apenas factores dependentes do trabalho, mas sim doutros elementos, aliás por vezes secundários, que influem ou podem influir na sua determinação. O que queremos aqui acentuar é que o mercantilismo, sem o saber e sem o querer mesmo, criou trabalho, distribuiu, portanto, por um maior número de indivíduos o condicionalismo criador da riqueza, levantou, portanto, digamos assim, o nível da riqueza individual. E da mesma forma que a moeda em *stock* é uma mercadoria inerte, assim devemos pensar que, para uma nação, é bem preferível que um milhão representativo de qualquer moeda se distribua por o maior número possível de indivíduos, que por um pequeno número. E é fácil perceber a razão. Enquanto um pequeno número de indivíduos, possuidores de enormes quantias, se vêem obrigados a guardar os excedentes, não tendo onde os aplicar, um grande número de indivíduos possuidores dessa mesma quantia dão-lhe uma aplicação mais extensiva, mais produtiva, fomentando o comércio e a agricultura, para não dizer já a indústria, e o próprio Estado recebe, com maior eqüidade e justeza, os impostos que lhe são devidos. A matéria colectável alarga-se e a tendência da fraude é mais fàcilmente reprimida.

Esta razão não foi até hoje compreendida, e a nós parece-nos que ela foi uma das maiores vantagens, senão a única, do mercantilismo. Fenómeno que se deu, e se mostrou quase sempre imperceptível aos economistas, como tantos outros, que a ciência económica descobriu ou explicou.

Assentou principalmente a crítica ao mercantilismo na ine-

ficácia ou imperfeita compreensão da balança de comércio. Esta, realmente, não pode explicar, só por si, uma teoria económica, visto que muitos outros elementos influem na troca internacional.

E então apareceu, como mais precisa, a balança económica de contas ou de pagamentos. Esta não se reduz apenas a registar as exportações e as importações das mercadorias, regista antes os créditos e débitos internacionais. As relações económicas entre os diferentes Estados são, na hora que decorre, mercê do progresso, que tornou possível uma rapidez enorme dos transportes, por vezes quase instantâneos duma complexidade transcendente. As transacções económicas fazem-se entre a América e a Europa, por exemplo, com aquelas mesmas facilidades que outrora se faziam dentro da mesma praça comercial. Os bancos realizam operações, as mais variadas, entre praças afastadíssimas, todos os dias. Os homens emigram e deslocam-se por períodos mais ou menos curtos, como dantes se deslocavam nas suas próprias cidades. E esta emigração ou deslocação não se verifica apenas entre os homens, mas também nas próprias indústrias. Estas estabelecem-se nos mais diversos países, e aí continuam a sua laboração, nos mesmos moldes que na origem. Para tôda esta circulação, digamos, económica, de pessoas, capitais, indústrias, necessita-se de rápidos meios de transporte, que os grandes paquetes, as grandes locomotivas, e hoje, mais do que tudo, as grandes aeronaves, realizam. E desta forma, apareceu-nos uma nova modalidade de indústria: a de trânsito. Para maior rapidez da transmissão do pensamento e, portanto, realização de inúmeras operações de crédito, servimo-nos da telegrafia sem fios e com fios.

E não vamos, por ora, mais além, para compreendermos como são valiosos êsses débitos e créditos entre os diversos países do mundo.

No tempo, porém, em que o mercantilismo imperava, a maioria dêstes créditos e débitos, cujo saldo se liquida em moeda, ou talvez mais precisamente, em divisas representativas de ouro, não existiam, ou pelo menos não se sentia tão acentuadamente a sua influência. Porém, os mercantilistas não deixavam de ter razão em olhar pela sua balança de comércio. E ainda hoje,

ela influe extraordináriamente na política de qualquer nação, não obstante olhar-se com maior cuidado, antes, pela balança económica. Observa Charles Gîde ([1]), com tôda a sua autoridade, que em todos os tempos, e como tal os de hoje, a exportação foi sempre objecto de especiais cuidados e de estudos, vendo-se apenas países tentando por tôdas as formas fomentar as suas exportações. E ao contrário, não se verifica um só caso de um país basear a sua política económica no desenvolvimento das suas importações. Êste facto, só por si, dever-nos-ia colocar de sobreaviso contra as críticas ao mercantilismo.

E, no entanto, se as vantagens das exportações são grandíssimas, algumas há também que pesam a favor das importações.

E se, para os mercantilistas, como tantas vezes o afirmámos, a vantagem das exportações reside, sobretudo, na entrada de ouro — o que hoje se não dá, visto que êste foi substituído nos pagamentos pelo papel-moeda, representativo, aliás, de ouro —, a verdade é que a essa vantagem se substituíram outras, como a da expansão económica e até política dum Estado, mas sobretudo a do desenvolvimento da indústria nacional, levando esta a um aperfeiçoamento tal, que permitiu uma mais perfeita divisão de trabalho, completado ainda pela racionalização moderna.

Apesar disso, estas vantagens devem ser superadas por aquela que atrás frisamos — a do trabalho nacional.

A exportação, trazendo ao país exportador uma maior expansão económica e ao mesmo tempo a possibilidade de melhorar a produção, em preço e qualidade, dá-lhe igualmente um afluxo de moeda, ou de divisas, no caso de hoje.

Êsse afluxo de moeda conduz, ou talvez melhor conduzia, para nos enquadrarmos na época do mercantilismo, a um aumento de câmbio para a respectiva moeda nacional. Quere dizer que esta viria a ter um poder de compra mais elevado, e se bem que se desse a alta de preços, a verdade é que os indivíduos ficariam com uma maior capacidade no seu poder de compra, e como os produtos fabricados, especialmente para exportação, são

---

([1]) Obra cit.

mais bem pagos, quanto maior for esta, maior será a riqueza individual e o seu poder de compra.

E aqui está, na sua maior simplicidade, explicada a razão porque o mercantilismo conseguiu elevar certas nações a um poderio económico de monta.

Estimular as exportações é conseguir trabalho para o maior número possível de indivíduos pertencentes a um mesmo agregado político, e é, ao mesmo tempo, enraizar no seu próprio solo os indivíduos que nêle nascem, que representam por si braços e bôcas, trabalho e consumo.

E que a acumulação da moeda, sob o ponto de vista económico, pouco ou nada representava, poderemos nós compreendê-lo hoje, quando há países exportadores — ou antes, em que suas balanças comerciais são superavitárias — que não possuem ouro e são pobres, e outros em que as balanças comerciais se apresentam desfavoráveis e são, no entanto, potências ricas e grandes detentoras de ouro. Mas o problema de hoje é diverso, e noutra altura o estudaremos. Contudo, de passagem, explicaremos que êsses países pobres e exportadores devem-no ser de mercadorias também pobres, especialmente de produtos agrícolas, não logrando um lucro e um salário equitativo para os seus produtores e operários, ao passo que os países importadores, como a Inglaterra e a França, têm a sua indústria completa e o seu trabalho garantido, e o déficit da sua balança comercial mais que compensado pelos seus enormes créditos sôbre o estrangeiro.

Contudo, acrescentámos acima que as importações trazem também as suas vantagens. E de facto nunca deixou de haver um país, mesmo no tempo do mercantilismo, que deixasse de importar. Se assim aconteceu e continua a acontecer, é porque a importação tem as suas vantagens, quanto mais não seja para suprir as deficiências de cada país. E estas eram então mais acentuadas do que as de hoje, e talvez por isso mesmo dessem causa às medidas proibitivas e restritivas do mercantilismo, e ao mesmo tempo, devem hoje, pelo menos, absolver o sistema da sua maior fraqueza, que foi tentar restringir o comércio internacional.

O que não devemos aceitar são as ideias de muitos livre-cam-

bistas, como João Batista Say e sobretudo F. Bastiat, que atacando a concepção mercantilista da balança de comércio, defendiam as importações; Bastiat, por exemplo, via no excesso das importações um lucro para o país, por entender que as mercadorias se pagam com mercadorias.

A verdade, porém, é que para tal se verificar teríamos de considerar apenas a balança de comércio, e então a crítica a esta opinião seria reforçada com os mesmos argumentos da crítica ao mercantilismo.

Seria necessário que não houvesse mais nada a contar, além da balança de comércio. E então as mercadorias pagavam-se com mercadorias, não deixando, mesmo assim, de haver lugar a desequilíbrios, pois a mercadoria é uma riqueza e esta é estruturalmente um produto do trabalho humano que pode ser e é, constantemente, desviada, por convenções sociais já muito antigas e, particularmente, pelo resultado da renda das coisas, fatalismo geográfico que noutro lugar estudaremos.

Ao contrário, porém, do que muitos pensam, o mercantilismo em vez de restringir o comércio internacional deu-lhe o seu maior impulso. A um excesso de produção, que se começou verificando, correspondeu a imperiosa necessidade de exportá-lo. E daí os artifícios da diplomacia e as artes dos negociantes. O campo era vasto, e as economias, principalmente dos pequenos países da Europa, das colónias e dos recentes Estados da América, encontravam-se em grande atraso, o que tornou possível a expansão económica dêsses Estados. As negociações diplomáticas deram algum resultado. O Tratado de Methwen, como mais adiante o de Eden, refere bem essas necessidades. A Inglaterra não lograva, já então, impor os seus produtos a Portugal. O mercantilismo, aqui, lançara também as suas raízes. E então, o pequeno Estado aliado, forte e prestigiado na época, a quem se desejava agradar e atrair, pelo menos pelo receio de Luís XIV, assinava em 1703 um tratado que nos parece possível, ainda hoje, noutros moldes, ser assinado com um caracter compensador, quase, perdõem-nos o neologismo, um Clearing. Sôbre êste Tratado, por nós estudado histórica e científicamente — na obra O Tratado de Methwen na Economia Nacional —, indubitàvel-

mente a mais esclarecida e completa solução dum assunto que se debateu durante dois longos séculos, e que ainda hoje, não podendo ser atacado pelos economistas e historiadores, é contudo ainda a mêdo defendido —representando, para uns, importância demasiada dada ao tratado, que a não merece, e para outros, um problema ainda insolúvel—, apenas devemos acrescentar que nunca é demais o estudo sôbre uma questão, que foi sempre vista, através da história, como uma causa da ruína da nossa vida económica, e pelos princípios em que assentou, concisão e até certo ponto, com um critério compensador; e quanto à questão dos seus efeitos, quere nos parecer que difìcilmente —depois do nosso trabalho sôbre o mesmo, e das opiniões de grandes estadistas da época da sua assinatura e vigência —se poderá afirmar— que o tratado talvez tenha sido desastroso para nós. Isso seria pôr em dúvida a opinião dos contemporâneos e a vantagem do nosso comércio de vinhos.

O nosso trabalho foi publicado em janeiro de 1938, e verdade seja que já antes, como no mesmo dissemos, Lúcio de Azevedo, e particularmente o professor Francisco António Correia, tinham apresentado razões económicas favoráveis ao Tratado. Mas, faltava apenas a opinião, a todos os títulos valiosa, da história, dos homens que compulsaram, no seu dever de ofício, o referido Tratado. Foi essa a nossa tarefa, rebuscando em arquivos e bibliotecas.

E pela fôrça das circunstâncias, o mercantilismo, passe o paradoxo, não só estimulou o comércio internacional, mas admitiu as vantagens da importação, quanto mais não fôsse para dar vazão à saída duma indústria recente.

Para terminarmos êste estudo sôbre o mercantilismo, devemos explicar a razão por que uns Estados se engrandeceram e outros empobreceram.

São sempre muito transcendentes e heterogéneas essas razões, onde deve pairar, quase sempre, o mal das guerras. Foi êsse o caso de Portugal e de Espanha. Além dessas, porém, devem-se acrescentar as guerras civis nos dois países, a sua falta de recursos e, acima de tudo, a sua má administração política e financeira.

Contudo, para darmos uma razão económica, aliás bastante importante, queremos acentuar que, sendo a distribuição do trabalho por um maior número de indivíduos a causa, senão única, pelo menos principal, das vantagens das exportações, estas, realizando-se entre as nações, nem sempre referem uma troca justa. Os países que vivem da agricultura e, portanto, com produtos de exportação agrícolas, trocam êsses produtos por manufacturas, e estas são muito mais bem pagas do que aquêles. Enquanto um operário tecelão, na Inglaterra, ganhava quatro e cinco vezes mais em cada dia do que um trabalhador do nosso campo, aquêle ainda tinha assegurado o trabalho de todos os dias da semana, enquanto êste trabalhava só em certas épocas do ano. Quere dizer que o operário industrial alimenta-se por um preço baixo, ganhando mais, enquanto o trabalhador do campo ganha apenas para comer, não logrando obter um pequeno supérfluo para se vestir ou para melhorar o nível da sua vida.

E como os Estados, até certo ponto, são ricos ou pobres, consoante o são os seus habitantes, eis a razão por que ainda agora há povos vivendo num nível elevado, enquanto outros vegetam na mais atroz miséria.

O mercantilismo, portanto, como em geral qualquer outro sistema económico, que em determinada época se imponha por representar um imperativo das condições e necessidades económicas dos povos, contribuiu para o florescimento de muitos países, principalmente daqueles que com um tacto administrativo e uma política estável e ordenada o souberam impor, interna e externamente.

CAPÍTULO II

O SISTEMA LIVRE-CAMBISTA

5 — *As causas que levaram ao livre-câmbio*

O movimento político-filosófico do século XVIII, ao defender o liberalismo político, procurou da mesma forma influir no movimento social-económico. Os doutrinários filosóficos de oitocentos empreendiam uma fórmula genérica de liberdade que se estendesse a tôdos os ramos da actividade humana, e outra coisa mesmo não seria de esperar duma doutrina construída à priori e baseada em princípios filosóficos. O seu grão-mestre, Montesquieu, na sua obra "Esprit des Lois", não se esquecia de afirmar que "o efeito natural do comércio é levar à paz".

E desta forma, os teóricos da reacção liberal, à frente dos quais se colocaram Quesnay, Boisquillebert e todos os partidários do fisiocratismo, estendiam a sua propaganda à economia das nações. E então, defendiam êsses democratas uma ordem natural, cujas instituições primordiais eram a sociedade, a propriedade e a liberdade económica. E consideravam dessa forma a agricultura como a única fonte de riqueza, considerando as outras classes ou profissões estéreis, como os industriais, comerciantes e os de profissões liberais.

Êste movimento filosófico assente no direito natural era,

nada mais nada menos, que uma forte reacção de ideias contra os regimes então em vigor, restritivos das liberdades individuais e que se tornavam inadaptáveis ao movimento crescente das populações e à ânsia da evolução do progresso que já então se fazia sentir. Os mesmos privilégios, restrições, proibições a que se encontravam sujeitos, polìticamente, os indivíduos, verificavam-se no campo económico, e daí o êxito, pelo menos, no campo restrito da doutrina, da teoria livre-cambista.

Mas a teoria do liberalismo económico não se achava ainda formulada, sistematizada, e foi essa a obra de Adam Smith, expressa na sua "Richesse des Nations", de 1765.

Mas deve-se a Ricardo e Stuart Mill a construção da nova teoria do comércio internacional; quanto ao primeiro expressa na sua obra "Principles of Political Economy and Taxation London", de 1819, e ao segundo, melhor sistematizada, na sua obra "Principles of Political Economy with some regards of their applications to social Philosophy" Londres 1848. E no livre-cambismo consubstanciou-se a doutrina liberal.

Á teoria restrictiva da liberdade económica do mercantilismo tentou-se opor a liberdade económica não só entre os indivíduos, mas também entre as nações. A ideia duma ordem natural dos fenómenos económicos trouxe a ideia de cada Estado produzir apenas aquilo para que as suas condições geo-físicas mais o favorecessem. A lei dos custos comparativos, ensaiada e explicada por Stuart Mill, referia bem a vantagem dêsse livre-cambismo económico. O comércio internacional não se realizava nos mesmos têrmos e princípios do comércio interno, do comércio entre os indivíduos. Enquanto neste a permuta se baseava em custo de produção igual, portanto a um trabalho determinado corresponde um trabalho igual, no comércio internacional o mesmo se não pode verificar, e então a ficção científica dos livre-cambistas construiu a lei dos valores internacionais (Stuart Mill). O que determina a troca internacional de mercadorias são antes os custos comparativos das mesmas, o jôgo da oferta e da procura, e assim o comércio entre as nações encontrará um justo equilíbrio, para o que tenderá o câmbio regulador.

E desta maneira, defendiam os livre-cambistas a liberdade aduaneira, que tenderia à aplicação entre as nações do princípio da divisão do trabalho, com as suas consequentes vantagens da especialização económica e da diminuição do centro de produção, que, por sua vez, redundaria num benefício para os preços normais de consumo.

Esta a teoria, que bem poderemos, à primeira vista, apelidar de humana, sedutora e optimista.

Antes de analisarmos, porém, os factos e as suas consequências, vejamos como e onde a teoria conseguiu impor-se e informar a política económica.

Pelos nomes dos seus maiores construtores, é fácil perceber que foi na Inglaterra que a nova teoria encontrou o melhor campo para se enraizar. E por quê?

Pela simples razão de que a Inglaterra conseguira, pela aplicação sistemática e contínua, durante mais de dois séculos, criar e desenvolver a sua indústria e o seu comércio, levando ao auge em especial o seu comércio marítimo, mercê da protecção à sua marinha mercante. E, devido aos seus recursos e possibilidades económicas, a sua indústria necessitava duma maior expansão de mercados, o que lhe era em parte vedado pela fôrça dos próprios princípios que elevaram-na a tal potencial económico, e que os mais países defendiam e empregavam ainda na defesa das suas indústrias. E da mesma forma que o mercantilismo se estendera pelo mundo inteiro, levado pela influência da doutrina e da política inglêsa, da mesma forma seria agora fácil arripiar caminho e defender a liberdade económica entre as nações, como se defendera a liberdade política e jurídica entre os indivíduos, e conseguir que essa nova teoria fôsse aceite por todos. Era pelo menos êsse o pensamento reservado do grande estadista inglês Cobden. A Inglaterra vivia asfixiada com a própria riqueza que criara. A sua política colonial, e a própria emancipação das colónias americanas, não chegava para consumir o que a capacidade industrial inglêsa exigia. Nenhum país do Mundo se encontrava devidamente apetrechado para competir em preço e qualidade com a indústria britânica. Qual o remédio, a forma de dar vazão a tôda essa colossal produção? Apenas a

livre-concorrência das mercadorias no mercado mundial, onde a indústria inglêsa forçosamente bateria tôda a concorrência. A liberdade económica, como sempre aconteceu à deusa liberdade em qualquer campo em que ela domine ou tente dominar, era imposta não pelo mais fraco, mas sim pelo mais forte.

E na certeza de que o livre-cambismo seria aceite pela comunidade das nações, se exprimia Cobden na Câmara dos Comuns, em 15 de janeiro de 1846, que se fôssem abolidas as leis dos cereais na Inglaterra e se adoptasse a liberdade de comércio, em menos de cinco anos nenhuma pauta europeia deixaria de seguir êsse exemplo. E depois da conclusão do célebre tratado de 1860 com a França, o mesmo estadista que o negociara voltava a afirmar que em menos de dez anos o livre-cambismo seria aceite pelos outros Estados.

Não vamos nesta altura citar tôdas as leis que, desde 1824 a 1860, foram em etapas sucessivas abolindo muitas proibições e restrições que a Inglaterra adoptava no seu Comércio Internacional. A seguir ao Tratado de Cobden, negociado em condições secretas com Napoleão III, que se tornara um discípulo de Cobden, as últimas restrições ao comércio internacional foram revogadas, e a Inglaterra entrou num franco caminho de livre-cambismo puro. E a pauta inglêsa passou a ter apenas uma função fiscal, até que, em 1876, as leis aduaneiras foram consolidadas. Mas já por essa época os princípios se encontravam bastante abalados. Não se pode nem deve negar que o Tratado de 1860 teve uma certa repercussão na Europa, longe contudo daquela que Cobden profetizara.

A sua publicação causou na França, como era óbvio, um movimento hostil, que, como sempre, se foi esfumando com o decorrer do tempo. A França, por êle, era obrigada a acabar com muitas restrições e proibições que a sua legislação impunha, em favor das importações inglêsas, e a Grã-Bretanha, por sua vez, suprimia muitos direitos sôbre as importações francesas.

Com êste Tratado, estava dado o principal passo para o estabelecimento do livre-cambismo na Europa. As duas nações mais fortes, política e econòmicamente, na Europa, adoptavam uma nova teoria, e essa teoria teria de ser, senão aplicada em

todos os seus meandros, pelo menos aceite complacentemente pelas nações mais pequenas e mais fracas. A França concluiu tratados de comércio com a Bélgica, em 1861, com a Prússia e com o Zollverein Alemão, em 1862, com a Itália em 1863, com a Suíça, em 1864, com a Suécia e Noruega, Espanha e Países-Baixos em 1865, com a Áustria em 1866 e com Portugal, em 1867. Desta forma se foi expandindo, em especial, a cláusula da Nação mais favorecida. Em 1878, à expiração de todos êstes tratados de comércio, o livre-cambismo cedia o seu passo à nova teoria do comércio internacional — o proteccionismo.

E durante êsse não pequeno período, que se estende de 1860 a 1878, não obstante as bem delineadas e tentadoras teorias livre-cambistas, o prestígio dos seus defensores, a fôrça colossal da Inglaterra e da França, detentoras do equilíbrio político da Europa, o sistema não chegou a ser aplicado na sua feição científica, e os resultados não foram aquêles que se haviam apregoado. A Inglaterra, arauto dos seus princípios, não conseguiu ver vingar a sua propagação na maioria dos Estados, e os números indicados pela estatística não são de molde a inclinarmo-nos pela teoria. Não nos vamos embrenhar pelos caminhos estatísticos, pelo menos nesta parte. Mas não queremos deixar passar a afirmação do economista Charles Gîde ([1]), que, no intuito, bem louvável, de não se inclinar para um lado ou para outro, refere que, no período de 1880 a 1913, os dois países que mantinham ainda a política livre-cambista na Europa, a Inglaterra e a Bélgica, referiam um acréscimo no seu comércio, respectivamente, de 101 % e 202 % enquanto a França, a Alemanha e os Estados Unidos gozavam dum acréscimo, respectivamente, de 80 %, 266 % e 189 %. Com êstes números, afirma Charles Gîde que não é fácil chegar-se a uma argumentação concludente em favor do livre-cambismo ou do proteccionismo. Pois, seguindo os três últimos países o proteccionismo, vê-se que o aumento verificado pela Inglaterra e pela França se aproximam, assim como aquêle que se dá entre a Bélgica e os Estados Unidos. Mas, além da dúvida

---

(1) Obra cit., tomo II, pág. 28.

que nos deixam êstes números é de notar que a Inglaterra não podia já alcançar um grande acréscimo no seu comércio, pois a sua evolução económica chegara ao acume e sofria já da concorrência alemã e americana; a Bélgica, país pequeno, mercê das suas explêndidas condições geográficas, começava a intensificar a sua produção e a explorar o seu subsolo, tornando-se de novo um grande entreposto comercial; a França, durante aquêle período, estagnou, ou melhor, declinou, com os efeitos da guerra de 1870 e com o decrescimento demográfico que principiou sofrendo, devido à sua deletéria liberdade política, que influiu bastante na moral do povo; por último, a Alemanha e os Estados Unidos, ciosos da sua liberdade económica e do predomínio político, com que a extensão e os recursos dos seus Estados assim como a energia e vitalidade da raça os fadara, lançaram-se na voragem da industrialização, logo com o intuito de enfrentar a indústria britânica. Eis, aqui, as razões dos números em que Charles Gîde se baseia, para não optar por uma teoria ou por outra, com a mera intenção de defender a sua teoria cooperativista, base em que se deveria, segundo êle, organizar a economia dos povos.

O duelo entre livre-cambistas e proteccionistas, no campo da especulação científica ou no campo das realidades positivas da administração pública, foi, até há uma década, renhido e caloroso.

Entretanto, o livre-cambismo não logrou criar uma indústria, desenvolver qualquer comércio. Foi, apenas, a teoria económica que, em certa época, conveio para a expansão do comércio da Inglaterra e que, contudo, não realizou êsse desiderato por a mesma não conseguir impor aos outros Estados a sua prática.

Não se notam, na Europa ou na América, defensores, ou melhor, estadistas que a defendam e a apliquem, a não ser tìmidamente, debaixo da influência inglêsa e por imposição desta. O livre-cambismo, de facto, confunde-se com a própria teoria política da liberdade, que se poderá mostrar realizável na sua plena forma dentro duma sociedade ideal em que todos, sem distinção de sexo ou de idade, se compenetrassem dos seus deveres sociais, e, por isso, gozassem das mesmas faculdades físicas e intelectuais.

O livre-cambismo nasceu do cérebro de economistas influenciados pelas doutrinas político-filosóficas do seu tempo, e sobretudo do estado económico a que chegara a Inglaterra, onde, quer a sua indústria, quer o seu comércio, tinham alcançado o seu pleno desenvolvimento e não necessitavam de quaisquer entraves para manterem essa evolução chegada ao auge.

A única vantagem que lhe conhecemos é de ter sopeado, ou mesmo contrariado, aquêles excessos do mercantilismo referentes a proibições, restrições e privilégios especiais de que, por vezes, na corrente e na luta desenfreada do comércio internacional, muitos estadistas lançavam mão, sem o senso preciso para compreenderem que nem tôdas as indústrias se podem amoldar às condições do país, e que, se é conveniente desenvolver estas para criar trabalho e ocupar, portanto, os braços daqueles que formam a nação, não é de menos conveniência pôr de lado aquelas indústrias que as condições geográficas do país não permitem. E assim, o mercantilismo, por vezes, nalguns países mal administrados, como Portugal e Espanha, serviu apenas de desperdício de riqueza.

6 — O Livre-câmbio e a divisão do trabalho

Referida a maior vantagem do livre-cambismo, digamos a sua maior desvantagem, o efeito mais pernicioso da aplicação dos seus princípios. Diziam os seus adeptos que o livre-cambismo realizava o princípio da divisão do trabalho. E nessa ordem de ideias escrevia o economista inglês Stanley Jevons, na sua obra sôbre Economia Política: "Para que o mundo se torne tão rico quanto possível, cada região deve dedicar-se às coisas que pode produzir com mais facilidade, nas circunstâncias em que se encontra, e procurar o resto pela troca com o comércio externo. Os Estados Unidos podem fornecer em quantidades avultadas o algodão, os cereais, a carne, os frutos, o petróleo, sem contar o oiro, a prata o cobre, etc.. A Austrália, a Nova-Zelândia e a África do Sul, fornecem lã, peles, açúcar, oiro,

cobre e diamantes. A África tropical, azeite de palma, marfim, madeira de teca, goma, etc.. A China envia-nos grande quantidade de chá, de seda, de gengibre e mil outras coisas. A India cede-nos algodão, índigo, pita, arroz, açúcar, especiarias e ainda outros produtos".

"Cada parte do Mundo possue algumas espécies de consumo que produz mais fàcilmente que outras regiões, e se a sabedoria dirigisse os homens e os governos, êles deixariam ao comércio tôda a liberdade possível a fim de que cada coisa fôsse produzida no local onde a sua produção menos trabalho desse".

Nesta longa transcrição pode-se consubstanciar tôda a doutrina livre-cambista e, ao mesmo tempo, o germe da política imperial britânica, descortinando-se perfeitamente a política do sistema industrial que a Grã-Bretanha defendia a todo o custo, e a que se pode bem aplicar a definição que o economista romeno Manoïlesco deu: "o sistema industrial é a construção económica que permite a um país produzir e vender os seus produtos ao estrangeiro, de forma que o trabalho dum dos seus operários represente o trabalho de dez operários dos outros países agrícolas".

E na realidade, para que o princípio da divisão do trabalho se realizasse, era necessário que o trabalho se encontrasse organizado em tôdas as nações; que tôdas elas tivessem por igual alcançado a colocação de todos os seus habitantes distribuídos pelos vários ramos das suas actividades económicas. Em suma, que cada país tivesse explorado as suas riquezas e se encontrasse apto a enfrentar a concorrência mundial. Êste facto exigia, porém, um alto grau de civilização, o que é contrariado pela realidade das coisas, e que ainda hoje se não pode prever.

Longe de se verificar uma mais perfeita divisão do trabalho, apenas se verificou uma maior desigualdade económica entre as nações, em favor daquelas que, melhor apetrechadas e de maiores recursos, passaram a assentar as suas condições económicas na pobreza e escassez de recursos das outras, elevando assim, à custa dos povos menos civilizados, o nível de vida dos seus habitantes.

A desigualdade era e mostrava-se bem flagrante no mapa

europeu de então, e essa desigualdade ia precisamente ferir, acima de tudo, os indivíduos dos Estados menos favorecidos.

Um Estado, sendo uma organização política à qual estão sujeitos agregados de indivíduos, tem, a par daqueles direitos que lhe são inerentes, obrigações a cumprir. E, quer na organização das suas actividades políticas, jurídicas, administrativas e sociais, quer na sua organização económica, o Estado tem de prover às necessidades de todos os súbditos e, entre essas, a principal, *sine qua non*, encontra-se no direito de conservação dos indivíduos. Êstes não podem viver sem os meios essenciais para a sua alimentação, vestuário, para não falarmos doutras, como as necessidades culturais que evolucionam com a época e o espaço, consoante o progresso da sociedade em que se vive. Para obter êsses meios o homem tem de empregar um esfôrço de diversa natureza a que bem podemos chamar o trabalho. E é precisamente por intermédio do trabalho que o homem provê a tôdas as suas necessidades físicas e espirituais. Faltando-lhe o trabalho, o indivíduo não pode por si próprio manter a sua integridade física, e então, aceite pelo direito e pela moral o princípio do direito de conservação e manutenção da vida do homem, êle tem de ser sustentado e mantido, ou pelo Estado ou por outros indivíduos. Transforma-se, desta maneira, num parasita, num anti-social, num pêso inerte para a Nação e num pesado encargo para o Estado. E, como a função dêste é provida por meio dos impostos e mais encargos que os seus súbditos são obrigados a pagar-lhe, os homens sem trabalho têm de ser, em última análise, sustentados pela Nação. Mas esta não consegue suportar por inteiro êsse encargo, e assim o Estado sofre dum desequilíbrio financeiro e económico que vai desorganizar tôda a sua vida, o que se reflecte na vida dos seus súbditos.

E, desta forma, a interdependência dos fenómenos sociais ressalta-nos à vista e mostra-nos que a maior vantagem para uma boa organização política e económica é, justamente, a mais perfeita e completa distribuição do trabalho por todos os indivíduos dum Estado. A mesma razão que encontramos para atrás afirmarmos que as exportações dum país são o melhor meio para desenvolver o trabalho nacional, e que neste motivo, esquecido

até hoje por quase todos os economistas, reside a razão de ser de todos os Estados defenderem uma política baseada num aumento de exportações, leva-nos também a entender que o livre-cambismo é a ruína do trabalho nacional, não por tentar cristalizá-lo, mas antes por vir desequilibrar, em favor de alguns, o que deverá pertencer a todos.

E são essas desigualdades que explicam o diferente nível de vida, em cada classe, dos vários membros das diferentes nações situadas num mesmo Continente, e cujas condições geográficas, por vezes, se aproximam, ou, pelo menos, não se afastam muito.

Seria interessante, se não fôsse descabido neste trabalho, dizer qualquer coisa a respeito do operário inglês, francês e mesmo belga, ao lado do nosso operário, do espanhol e do de tantos outros países. O que é a vida dum pescador português e como vive o pescador francês. O que é a casa do trabalhador do campo, na França, comparada com a casa do trabalhador, em Portugal. E assim sucessivamente.

O livre-cambismo foi teoria política necessária para, numa certa época, satisfazer certas ambições da Inglaterra. E, se esta manteve, por bastos anos, a tendência livre-cambista, foi mais por um daqueles orgulhos britânicos e espírito tradicionalista e conservador do que pelas vantagens que ùltimamente, até à Grande Cuerra, o mesmo Estado gozava, sentindo-se batido, no campo industrial, pela Alemanha e pelos Estados Unidos. Foi êsse espírito conservador que não quis abraçar a ideia precursora de Chamberlain, de 1903 a 1906, do estabelecimento dum Império Britânico bastando-se a si próprio, com a criação de direitos aduaneiros preferenciais entre as várias partes do Império.

A Grande Guerra, porém, obrigou-a a entrar nesse caminho, pela fôrça das circunstâncias, e em 1917 a protecção às "Key industries" foi adoptada pelo Comité Balfour of Burleigh no seu relatório referente à política a seguir após a guerra. E nesta ordem de ideias, apareceu em 19 de agôsto de 1921 a lei da "Safeguarding of Industries". E em 3 de fevereiro de 1925, o Govêrno Inglês, num "White Paper" a respeito da defesa das indústrias, estabelecia a protecção às indústrias principais e especificava que estas seriam não apenas as que empregassem

grande quantidade de mão-de-obra, mas também as que, pelo seu género, se tornassem indispensáveis. Êste "White Paper" teve por fim essencial evitar a concorrência excepcional da produção estrangeira, que pudesse provocar o chômage. E bem poderemos afirmar, em abono da nossa opinião, que foi precisamente o perigo do chômage que levou a Inglaterra a enfileirar, por completo, ao lado dos países proteccionistas. E assim morreu, para a realidade das coisas, o livre-cambismo.

CAPÍTULO III

O SISTEMA PROTECCIONISTA

7 — *Uma nova modalidade liberal*

A teoria proteccionista, denominemo-la assim para não contrariar os usos consagrados na Ciência Económica — pois o proteccionismo, segundo o nosso modo de ver, não foi o resultado, pròpriamente dito, da imaginativa, mais ou menos genial, de sábios economistas ou de filósofos de engenho humanitário, mas sim da concepção da prática dos governantes —, representou uma imperiosa necessidade para a existência económica das nações, uma fatal reacção ao livre-câmbio, e por vezes, um correctivo a esta teoria.

Não é, portanto, abundante a pleiade dos economistas que a construíram, que lhe insuflaram os seus princípios. O proteccionismo apareceu pela fôrça das circunstâncias e, por mais paradoxal que tal pareça, êle não logrou, pelo menos no princípio, uma autonomia científica que o desligasse por completo do livre-câmbio. É certo que esta última teoria teve por vezes de se adaptar às necessidades vitais de cada nação e não pôde por isso, na sua aplicação prática, ver os seus princípios adoptados, na pureza da ciência. O livre-câmbio é a teoria científica, bem construída e sàbiamente defendida, enquanto o proteccionismo

nasceu para remediar as falhas, os excessos e os nefastos efeitos para a economia da maioria das nações, da sua aplicação. Quere isto dizer que na realidade o proteccionismo revestiu-se, na sua essência, dos mesmos princípios livre-cambistas, apenas corrigidos e contrariados naquilo que poderia trazer ruína para as nações. E nesta ordem de ideias, não lobrigamos no proteccionismo aquela sistematização científica que enquadrou o livre-cambismo. Se não temêssemos ferir susceptibilidades, diríamos que tôda a ciência económica, eivada ou baseada no liberalismo económico, tal como ainda hoje se estuda, não é mais do que a própria sistematização do livre-cambismo. E para notarmos isso, não precisamos de Condillac nem de Pierson, para seguirmos a concepção da economia, como a ciência das trocas, por esta concepção ser, como já dissemos, incompleta.

Logo, o proteccionismo não é mais do que o freio imposto, pelos que governam, aos abusos a que o livre-cambismo deu lugar e poderia ter dado lugar. Onde termina o livre-câmbio e onde começa o proteccionismo é um fenómeno caracterizadamente tendencial, pois, antes da guerra, havia países, como a Inglaterra, a Bélgica e os Países Nórdicos, que, longe de aplicarem já o livre-câmbio na sua pureza, o aplicavam antes como uma tendência. E assim, vimos os economistas tratar de países de tendência proteccionista, querendo dessa forma acentuar que nuns Estados o proteccionismo era suave, enquanto noutros êle se estabelecia num sentido mais radical.

E essa tendência era precisamente demarcada pelo regime aduaneiro aplicado, podendo nós afirmar que desta forma o proteccionismo se confunde com o próprio regime aduaneiro, sendo, quando muito, uma teoria ou uma doutrina aduaneira. E quer êle se manifestasse na entrada ou saída de mercadorias, no movimento de capitais, quer mesmo no de pessoas, são as alfândegas que comandam, que dirigem todo êsse movimento, que são a válvula de tôda a economia da nação e que representam, portanto, o único meio de que se pode valer o proteccionismo.

Êste nasceu, de facto, da aplicação de direitos aduaneiros tendentes à criação e ao desenvolvimento industrial dos Estados Unídos, como o defendeu Alexandre Hamilton, em 1791. Não

houve nessa medida apenas o propósito de fazer pagar às outras nações, como a Inglaterra, o preço da sua independência, mas sim a justa ambição de realizar num Estado de tão grandes recursos aquelas mesmas condições económicas de que gozava a Europa.

Nesta, o proteccionismo só veio a estabelecer-se por fôrça da doutrina de Frederico List, que, por causas análogas às do americano Hamilton, e influenciado pela política económica dos Estados Unidos, desejou impor à Alemanha a mesma política. E de facto, foi a Alemanha e a própria Áustria que, em 1879, estabeleceram na Europa o comêço da reacção proteccionista. Em 1892, a França, liberta dos tratados de comércio do tempo do seu segundo Império, difundiu por todo o continente europeu a política proteccionista. E como se foi estabelecendo ou aplicando êsse proteccionismo? Apenas pela promulgação de direitos aduaneiros, criados não com o espírito de receita, quere dizer, não com um fim fiscal, mas sim, como factor principal para o estabelecimento e protecção da fôrça industrial da nação, como intitulou o seu grande defensor List, num capítulo duma das suas notáveis obras. Mas esta protecção preconizada por List era ou devia ser apenas mantida durante o período que fôsse da infância à maturidade da indústria e, nesta acepção, cada nação atravessaria a fase agrícola, industrial e comercial, não necessitando já da protecção na última fase. Era o proteccionismo-tutela, que não foi repudiado pelos livre-cambistas, e alguns até o aceitaram, como João Batista Say e Stuart Mill.

A verdade, porém, é que o incessante progresso da vida humana, com o aumento das suas necessidades e, sobretudo, com o enorme incremento da população do Globo, levou a aumentar ràpidamente todos os meios produtivos e, portanto, ao aproveitamento de tôdas as riquezas; e estabelecido o proteccionismo nos Estados, ou seja, conseguida aquela meta final que List previu ou defendeu, o proteccionismo tornou-se uma medida indispensável que, longe de poder ser atenuado pelos Estados, foi sempre estendendo-se cada vez mais, consoante as necessidades sempre crescentes da vida económica dos povos.

E a êsses direitos protectores ou tutelares da indústria segui-

ram-se os direitos compensadores e, então, já se não olhava ao maior ou menor grau de desenvolvimento da indústria, às suas possibilidades de existência ou viabilidade, mas sim às diferenças de preços existentes entre as produções de vários países, de forma a que o direito a que devessem estar sujeitas certas mercadorias fôsse igual ou superior à diferença de preço das mesmas, entre o país exportador e o importador. E isto, com a finalidade de que a mercadoria estrangeira, devido a favoráveis condições de produção por ter matéria-prima ou mão-de-obra mais barata, portanto um custo de produção mais baixo, não fôsse fazer uma concorrência prejudicial à indústria do Estado importador. Esta medida dos direitos compensadores representou a última fase manifestada pelo proteccionismo — se entendermos que a política proteccionista foi posta de lado —, pelo menos a sua última fase conhecida, pelo emprêgo que dela se fêz após a Grande Guerra, na Inglaterra, com os "Safeguarding of Industries Act, 1921" e o White Paper, e expressa também nas pautas francesa, americana e de quase todos os países civilizados. Foram ainda estudados por economistas de nomeada, como Richard Shuller, que tomou para comparação dos preços do custo o preço de maioria, chamemos-lhe assim, da generalidade das fábricas produtoras, e a teoria de Gruntzel considerava-os como um meio de defesa do mercado nacional.

Não duvidamos considerar esta fase do proteccionismo, em que a teoria dos direitos compensadores era chamada a representar a sistematização daquela política económica, como a mais forte reacção contra o livre-cambismo, e talvez a razão de ser da sua emancipação ou pelo menos do comêço desta e daquela teoria económica. Apesar de tudo, a sua efectivação exigia uma instrumentação grande de organismos económicos, vastos conhecimentos do mercado externo e dificuldades de tôda a ordem para conhecer, ao certo, os preços do custo de certas e determinadas mercadorias, especialmente quando aquêles eram devidos à qualidade, à natureza da mão-de-obra, ao regime social aplicado e aos meios de transporte empregados.

Ela veio, porém, contrariar as bases em que assentava o edifício teórico do livre-câmbio. A teoria dos custos compara-

tivos nada passou a explicar, ou antes, trouxe à evidência que as coisas se não podiam passar de forma tão singela. A conclusão de que ao fazer-se o balanço das vantagens e desvantagens das importações o saldo era sempre favorável às importações, visto que o Estado importador receberia mercadorias que, depois de entradas, passariam a ter um valor de uso superior, enquanto que as que exportava passariam a ter um valor de uso inferior ao preço, era uma utopia. São dêste quilate muitas das conclusões teóricas do livre-cambismo, pois se, como queriam os seus adeptos, o facto de um país importar uma certa quantidade de mercadoria leva a produção nacional a baixar muito, isso indica que a referida mercadoria era produzida em condições pouco económicas e que os capitais e pessoas nela investidos não puderam tirar dela os lucros precisos, para a manterem, e foram procurar noutros produtos um lucro superior, encontrando, portanto, outros meios mais produtivos em que a sua capacidade melhor se desenvolverá. No caso de não encontrarem êsses outros meios produtivos, a produção da já citada mercadoria não baixaria, e os capitalistas e operários sujeitar-se-iam a tôdas as contingências e a sofrer essa diminuição de lucros e de salários.

Os livre-cambistas não duvidaram em criar a par das suas teorias o meio teórico para aplicá-las. Nação e homens modificavam-se conforme o interêsse especioso das suas argumentações científicas. Esqueciam-se, ou pelo menos faziam-se esquecidos, de que uma produção nacional não representa apenas a actividade agrícola nalguns dos seus ramos, como nas madeiras e cortiça, em que a concorrência poderia ser enfrentada e a quebra dos preços vencida sem o total desaparecimento da indústria. Na maioria, porém, das actividades económicas, as emprêsas nelas investidas têm uma instrumentação especial para o seu desenvolvimento industrial, agrícola ou comercial, que na quase totalidade dos casos representa um capital fixo. A par dêste, necessitam, por vezes, dum capital circulante e ainda do numerário preciso para alimentar a sua respectiva actividade. Esta necessita de matéria-prima e de mão-de-obra. Ora, desde que a concorrência estrangeira, por causas várias que não são

por ora de mencionar, consegue colocar os seus produtos a baixo preço, quere dizer, a um preço de venda muito inferior àquele que existir no país importador, decerto que as emprêsas entrarão no seu próprio capital, e, passado algum tempo, sossobrarão. Procurar outros meios produtivos é de difícil solução, não só pela especialização a que normalmente se encontram sujeitas as indústrias, como ainda pelo receio de vir de novo a sofrer a desenfreada concorrência estranha. Mas admitindo, o que aliás já tem acontecido, que êsses capitais se invertam noutros meios de produção, pergunta-se: e a mão-de-obra?

Será possível transferir os operários tecelões para a indústria metalúrgica ou para a da cerâmica? Em geral, a classe operária desenvolve-se num certo meio industrial, aí fixa a sua residência, estabelece o seu lar, e na indústria para que maior aptidão tiver faz a sua aprendizagem e especializa-se. O que acontece? O desemprêgo. Emigra, e lá vai terra adiante ou mar fora, procurar trabalho, fertilizar com o seu suor terras estranhas, enriquecer com os seus braços ou com o seu cérebro países que por vezes se tornam seus, e o Estado donde êle saiu empobrece. A sua fôrça diminue e passa a ser um Estado mais pequeno em população. Foi isto que aconteceu, infelizmente, em Portugal, e foi isto que se verificou, por fôrça do livre-cambismo, na Irlanda, em que a sua população decresceu de 1846 a 1905 quase para metade, pelo facto da Inglaterra ter abolido os direitos sôbre os cereais que ela fornecia até aí à Mãe-Pátria.

Condenar o liberalismo económico é condenar o livre-câmbismo, mas a verdade é que êle, como já frisámos, continuou a informar a ciência económica e o próprio proteccionismo.

Êste foi mais uma política aduaneira, assente nas necessidades reais da vida económica das nações, e, como tal, se teria de adaptar, em todos os momentos, às vicissitudes da economia nacional e mundial. Política de realidades, adaptável às possibilidades económicas de cada Estado, a sua evolução fazia-se a par e passo da evolução da vida económica e dos seus meios de acção, servida por regimes alfandegários, maleáveis e dúcteis a tôdas as reformas económicas que se quisessem criar. E, conforme essas realidades, foram os governos estabelecendo prémios

à produção e à exportação, portos e zonas francas, direitos compensadores, sobretaxas, coeficientes vários, regimes de armazéns gerais e, sobretudo, regimes contratuais ou convencionais que assegurassem em melhores bases o comércio internacional. Sôbre êstes muito haverá a dizer na altura própria, mas para agora é conveniente frisar que o regime dos tratados de comércio tem sido combatido por gregos e troianos, por livre-cambistas e proteccionistas. Os primeiros, por êsse regime — que êles aplicaram por não terem outro remédio — vir contrariar em absoluto os princípios fundamentais da sua doutrina, pois a liberdade aduaneira, aplicada por todos, não se coaduna com os contratos bilaterais realizados entre os Estados; os segundos, pelo facto dêsses tratados, negociados em circunstâncias especiais e sempre morosas, vir coartar-lhes a sua liberdade, modificar ou alterar as pautas, quer estas sejam autónomas, duplas, convencionais ou diferenciais, ou até pelo receio de as mesmas se modificarem no outro Estado contratante, tanto mais que êstes vigoram por longo tempo — dez anos, em geral. Foi esta uma das razões de se terem pôsto de parte os tratados de comércio e aplicado antes os convénios e modus-vivendi.

E a própria cláusula da Nação mais favorecida e a da reciprocidade, tantas vezes, ou sempre, estipuladas nesses tratados, representou sempre um motivo de desagrado e de dificuldades para os proteccionistas, principalmente a primeira, por tornar extensivas, de motu próprio, vantagens concedidas a um Estado e que, por vezes, não convinha conceder a outro que gozava já da mesma cláusula; a reciprocidade era de difícil aplicação justa, por vezes.

Pelo que acabamos de referir, infere-se que o proteccionismo, tendo, como a etimologia da palavra indica, por função proteger a economia nacional, leva a compreender que deveria acomodar-se ou adaptar-se, pelos tempos fora, a tôdas as situações económicas, resolvendo assim as crises ou, pelo menos, evitando-as.

A verdade, porém, é que, se o proteccionismo conseguiu, por malabarismos aduaneiros ou pela elevação das suas muralhas, estabelecer um princípio de liberdade económica, no sentido de cada nação poder criar e desenvolver a sua indústria e prover

às suas necessidades, o certo é que, pelo progresso da vida humana e, principalmente, da vida científica, o homem, no seu incessante labor intelectual, tentou reagir contra essas barreiras aduaneiras que via levantar na sua frente, impedindo a expansão económica internacional, e lançou mão de outros meios diferentes. E a vida económica internacional que, até aí, encontrara apenas uma política que a estorvava — a dos regimes aduaneiros — teve de enfrentar uma outra. A Grande Guerra trouxera à supuração muitos erros económicos e descobrira muitos paradoxos económicos. Um dêles era o das dificuldades de expansão económica dos países neutros, enriquecidos com o ouro dos beligerantes, e com uma moeda de tal modo valorizada, que se tornara quase impossível a exportação dos seus produtos. Os desequilíbrios orçamentais, as dívidas de guerra drenando para o Novo Continente o ouro desta velha e pródiga mãe-Europa e a criação de novas alfândegas nos países criados pela paz de Versailles levaram ao desequilíbrio dos câmbios, à inflação do papel-moeda e à conseqüente desvalorização da moeda dos países beligerantes; o que tudo veio a ser agravado com a política inflaccionista dos vencidos, que espalhando por todo o Mundo papel, êste veio a ser comprado pelos países aliados e neutros que, vinda a bancarrota, ficaram sem inúmeros capitais.

E, refeitos os grandes Estados aliados, equilibrados os seus orçamentos, apareceu a inquietar o Mundo o problema monetário e os dos câmbios. E assim um novo entrave ao comércio internacional aparecia, a política da valorização ou desvalorização das moedas, com a sua conseqüente política cambial. As alfândegas continuavam ainda o seu papel, mas êste deixava de ser o único regulador do comércio internacional para dar lugar à política cambial. E, desta forma, a política aduaneira, de principal fautora da política económica internacional, passou a subordinar-se à política cambial; e esta tornou-se a sua reguladora. É certo que a sua função continuou a ser de protecção à economia nacional, mas as ideias encontram-se ligadas, confundidas a certas expressões. O proteccionismo, sendo na sua essência um regime aduaneiro, como já o repetimos, por isso, deixou, na actualidade, de representar a política económica internacional

para ceder o seu lugar a uma nova política, a que se deve ligar a função cambial e monetária. Será cedo para a definir, pois a actual guerra é que há-de dizer a última palavra; mas, como o desenrolar dos acontecimentos não pode ser contrariado pela vontade de Congressos, pois êstes, se pretendem fazer obra duradoira de paz, têm de sujeitar-se ou de se adaptar às correntes de idéias da sua época, bom será que se tente levantar um pouco o véu dessa nova política económica internacional.

CAPÍTULO IV

A GRANDE CRISE ECONÓMICA INTERNACIONAL

8 — A génese da grande crise

Gizámos de corrida — porque, através dêste trabalho, várias vezes teremos de voltar — o que foram os sistemas da política comercial, desde os seus primórdios, como ramo da Economia ou ciência derivada. O mercantilismo, o livre-cambismo e o proteccionismo foram fórmulas impostas às necessidades da vida económica através, pelo menos, três séculos. A evolução da vida humana nas suas relações com o progresso materialista da ciência explica o evolucionar da Economia. A estrutura específica desta harmoniza-se com a história da humanidade. E que assim deverá ser provam-no os grandes feitos, da Antigüidade clássica aos nossos dias. O móbil dos grandes imperialismos, das grandes emprêsas, das violentas guerras foi, e continua hoje mais do que nunca, a ser resultado da luta pela vida, da ambição desmedida de gozar a vida, de possuir riquezas, de egoìsticamente passar por cima de todos, para assambarcar o Mundo. É esta a tendência fatalista da humanidade, o seu maior instinto de conservação. E por êsse motivo mesmo é que a lei, a moral e a religião foram impostas ao homem para que êle não fôsse a fera de si próprio. Ora, essas desmedidas ambições têm sido

refreadas, através de todos os tempos, pelas necessidades da vida social. Não se coaduna esta com o entrechocar das mais patéticas ambições dos indivíduos e, por isso, a necessidade fatal da diferenciação, desde sempre imposta, de grupos, classes, clans, tríbus, de governantes e governados. Se esta diferenciação foi imposta, como ainda hoje se verifica, pela superioridade física, moral ou intelectual, de algum ou de alguns, a verdade é que a vida social seria destituída de base se não aparecesse alguém que se impusesse por qualquer forma aos desmandos dos membros dessa colectividade. Assim, nós compreendemos a noção de Estado como organização imperiosa que superintende em tôda a vida dos indivíduos. Quando deixar de haver governantes e governados, a vida social desagrega-se, disjunta-se e, na luta infrene de tôdas as paixões, o homem degrada-se e será destruído pela sua própria mão. E assim, o Estado, organizando a sociedade, modernamente, servindo de estrutura à Nação, pôde realizar uma obra, já hoje vastíssima, de domínio na Terra, retirando dela tudo o que ela tem pouco a pouco patenteado.

Os regimes políticos têm enquadrado essas sociedades, no sentido de chamar um número cada vez maior de necessidades em refôrço da sociabilidade — o maior e mais elevado instinto do homem — que deverá substituir, na expressão política, económica e social, a expressão ôca, sem realismo nem viabilidade, da liberdade, entre os indivíduos que dela fazem parte. É nisso que consiste o ritmo da civilização.

O século XIX, como já notámos, foi o século da ciência, como o século XVI foi o da descoberta do Universo. E assim como êste abriu ao homem larguíssimos horizontes, que o transformaram, mostrando-lhe um sem número de bens de que êle até aí tinha prescindido, e veio por isso refundir, digamos assim, a própria humanidade e dar-lhe mais extensos campos de observação da Natureza, da mesma maneira, o século XIX, hereditário dum mundo maior, duma humanidade mais elevada em número e saber — resultado da acumulação da experiência dos séculos e, não tenhamos dúvidas, dos dois séculos anteriores em especial, — enveredou pelo caminho das descobertas científicas e um novo mundo interior foi descoberto. A Terra não é apenas o que a

superfície nos mostra; ela é macissa e, no seu subsolo, nas suas entranhas e no seu espaço atmosférico, ela irradia novas energias e novos mistérios.

O homem desbravou a Terra e encontrou um manancial de coisas que o poderiam fazer senhor da própria Terra. O vapor, a electricidade e as aplicações tão variadas dêstes meios revolucionaram a vida humana. O homem multiplicou-se mais ainda em si, no seu potencial de energia e na sua fôrça mais potente de gerar outros homens. Os meios científicos, longe de destruírem os homens, multiplicaram-nos, porque era farta a colheita, e os existentes já não chegavam. É então que a vida económica se alastra e as necessidades se avolumam. A agricultura é pequena para empregar tantos braços, o comércio precisa de produtos para distribuir e fazer circular, a mão-de-obra é abundantíssima e carece-se de trabalho. A ciência é posta ao serviço do homem, e êste cria a grande indústria. A mecânica e a dinâmica desenvolvem-se e os homens tornam-se insuficientes para abranger tantos desígnios da ciência. Os produtos aparecem em avalanches, os homens consomem-nos, mas prevê-se que não são capazes de sustentar êsse progressivo aumento da produção. Aparecem as máquinas e estas vão realizar aquilo que o indivíduo não é, por sua natureza, capaz de realizar, por lhe faltar a fôrça, o engenho e sobretudo o número. A par de tôda esta aceleração produtiva, desenvolvem-se, num ritmo espantoso, os meios de comunicação. Arma colossal ao serviço de tôda essa engrenagem científica que dia a dia se levanta, a comunicação através da terra, quer do transporte do homem e das mercadorias, quer do pensamento, torna o indivíduo mais sociável ainda e modifica por completo a sua mentalidade. Se êle não vivia até aí sem o necessário para se alimentar, passa a não poder viver, também, sem circular. O cosmopolitismo transforma estruturalmente o homem. Já não há segredos para si, e à sua própria vida agregam-se novas modalidades de ser.

Com essa evolução humana, revelam-se novos factos sociais. O direito, a política, a ordem adaptam-se cientìficamente às novas condições. A um estreito e acanhado sentido social, a uma restritiva liberdade política e jurídica do indivíduo, abrem-se

novos horizontes. O espírito humano deslumbra-se, à medida que se desvendam os mistérios da natureza. Esta é propícia à largueza de vistas, à liberdade. E assim se afervora no ânimo dos povos a ideia salvadora, para as fronteiras do espírito, duma maior licença de vida. A ideologia impõe-se. Mas a liberdade é um mito. Os homens são seres vivos e atropelam-se na vida, no instinto supremo de a gozar o melhor e mais depressa possível. O direito, a moral, a política, porém, são ciências velhas, de princípios já arreigados, e depressa corrigem êsses desmandos da liberdade.

Fica apenas à mercê da vontade do homem a liberdade económica. As leis económicas são leis naturais, regem-se por si, e a cada indivíduo deixa-se a liberdade necessária para agir — o "laissez faire, laissez passer" dos fisiocratas.

Durante um certo período a economia desenvolve-se, a livre concorrência adapta-se bem a essa corrente, porque as riquezas chegam para todos viverem, ou antes, porque são apenas dois ou três Estados que mantêm êsse predomínio económico. Mas as descobertas da ciência, como antes as da Terra, alastram-se a todos, e as nações começam a beneficiar das suas vantagens.

Povos, como o americano e o germânico, de grandes recursos começam a desenvolver a sua indústria e o seu comércio. São mais dois imperialismos a contar. Os princípios adoptados para essa realização são diversos; mas isso não importa. Aqui e além, aparecem umas crises, mas estas são cíclicas. A Europa, a velha Europa, já não agüenta com a produção industrial. A Inglaterra, a velha Albion, a defensora estrénua do livre-cambismo sabe desenvencilhar-se dêsse perigo, procurando nas terras inhóspitas e abandonadas da África mercados para a sua produção sempre crescente. A França segue-a e outros países europeus vão na mesma esteira. É a política africana, que teve o seu coroamento, em 1885, em Berlim.

Todos êstes acontecimentos se desenrolam com uma vertiginosa celeridade e, como era de prever, trouxeram novos problemas à Economia.

Esta encarrega-se não apenas de estudá-los, mas de lhes en-

contrar soluções adequadas, sempre nos moldes das suas teorias, das suas leis e dos seus princípios. A par do desenvolvimento da Economia pròpriamente dita, a política económica internacional procura os mercados, estuda-os, adapta-os às necessidades económicas, traça o panorama económico mundial, agrícola, industrial e comercial, aproveita os meios rápidos de circulação dos produtos, estuda as matérias-primas nas suas origens, descobrindo as suas fontes, e adopta uma política diplomática hábil, que negocia uma variedade de tratados de comércio e de navegação com as mais tentadoras cláusulas. E tôda esta política visa apenas a procurar os melhores mercados de matérias-primas e de colocação duma superprodução.

Esta política, decerto ambicionista e expansionista, só poderia ser mantida e defendida pelos grandes Estados.

As alfândegas prestam-se a serem as reguladoras dêsse comércio internacional. O proteccionismo, de que já falámos, é o veio que leva as indústrias às mais elevadas culminâncias. E então assentou-se: países industriais, apenas os que possuíssem ferro e carvão; os outros deveriam contentar-se com a agricultura, pobre e incerta por sua natureza, ou com as suas condições geográficas que lhe permitissem um comércio de distribuição de produtos.

Entretanto, a Inglaterra mantinha o seu poderio industrial e comercial; a França mantinha-se na sua fôrça económica; a Alemanha desenvolvia a sua indústria e expandia o seu comércio pelo mundo; a América do Norte, com o seu monroísmo, aproveitava os seus enormes recursos para se impor ao Mundo e, em especial, ao seu continente.

E de tudo vislumbrava-se uma luta infrene em busca de mercados, de portos, de saídas para o mar, de posições estratégicas comerciais. Vivia-se, ao findar o século XIX, sob um vulcão.

O destino da Humanidade completara-se no século das descobertas do Orbe; os seus descobridores, Portugueses e Espanhóis, entraram na decadência logo que se viram senhores de tantos mundos... nos fins do século XIX, a Humanidade entrava em crise, quando se assenhoreara do domínio da ciência.

E as conferências da Haia nada remediavam. Os estadistas

julgaram sempre que os conflitos políticos entre as nações se resolviam por fórmulas políticas. As guerras foram sempre, e só agora isso se compreende mais nìtidamente, conflitos económicos. A alimentação e a circulação, mercê das descobertas científicas, foram postas ao serviço do homem, e êste transformou-se antes em seu servidor. A expansão comercial dos princípios do século XX explica, só por si, a Grande Guerra. Produção excedente, num ritmo acelerado, necessitava de matérias-primas baratas, de mão-de-obra aperfeiçoada, de meios de comunicação, de mercados. E desta forma, para servir e erguer êsses imperialismos e depois mantê-los, eram necessários, sobretudo, vias livres, portos, certos territórios possuidores de subsolos ricos em hulha, em ferro e em petróleo, colónias africanas e asiáticas que fôssem, ao mesmo tempo, mananciais de matérias-primas e futuros mercados. E as nações não se encontravam devidamente apetrechadas para essa finalidade, que desde sempre se mostrara desnecessária, e assim o entrechocar daquelas que possuíam, em melhores condições geográficas, êsses meios de apetrechamento económico, com as que não haviam sido favorecidas com os mesmos.

A guerra era inevitável, e assim eclodiu. Mas, desde logo, não compreenderam-se as suas lições. Se havia países fortemente industrializados, êstes eram ainda em pequena quantidade, e não se acreditava que fôsse possível a industrialização dos pequenos países, que até aí eram considerados meros consumidores.

E a Grande Guerra desenvolveu-se na ignorância das suas causas. Falava-se, é certo, já nessa altura, nos imperialismos económicos, mas não se compreendia que fôssem mais fortes as necessidades económicas do que o troar dos canhões. Rodeava-se o problema, e a fora alguns economistas, ninguém queria compreender que a paz não teria que resultar apenas da solução dos conflitos políticos, dum novo equilíbrio político europeu, mas sim duma paz económica. As grandes potências, que são sempre aquelas que impõem a paz, eram também os grandes potentados económicos. E nos seus recônditos desígnios ante-gozavam a perspectiva de virem a ser as detentoras do comércio germânico. Aliadas, porém, na guerra, não se entendiam em todos os

sectores das suas relações. Faziam lembrar os negociantes, "amigos, amigos, negócios à parte". Foi o grande êrro da paz que custou a actual guerra.

Ao começo da Grande Guerra de 1914, a sorte voltara-se para os Impérios Centrais. E os Aliados, temerosos dos seus desaires, tiveram a intuição de que pelo bloqueio económico, poderiam obter melhores resultados do que pelos canhões. E então tentou-se a cooperação económica, apenas pelas fôrças das circunstâncias, sem entusiasmo e sem compreensão nítida das vantagens que daí poderiam advir. Em junho de 1916, realizou-se em Paris a Conferência Económica Inter-Aliada, e nela preconizou-se a platónica recomendação duma política económica comum. Mas a sorte da guerra é vária; e quando os Estados Unidos da América do Norte entraram, à custa dos sacrifícios do Tesouro dos Aliados, na conflagração, o desentendimento económico acentuou-se, a Inglaterra e a América não cuidaram da sorte dos seus Aliados, e para êstes abre-se uma nova dificuldade, que viria a desequilibrar, mais tarde, a economia mundial: a desorganização financeira. Acentua-se então um fenómeno curioso na ciência das finanças, já conhecido em teoria, mas desconhecido nos resultados que traria: o incessante aumento da circulação fiduciária, a inflação do papel-moeda e a crise cambial.

A França invadida vive horas difíceis, como os seus outros aliados de limitados recursos. A vida nos Impérios Centrais não é menos sacrificada. A guerra devastava um património de todos, destruía riquezas e amontoava cinzas e ruínas.

Entretanto, a Inglaterra e a América reconstituíam-se, na hora do perigo, levantando-se do braseiro dos outros. Reorganizavam-se económica e financeiramente, e como resultado de tudo isso, o curso da libra, e principalmente do dóllar, subia sempre... e os resultados não foram os esperados, e daqui a pouco veremos.

E a par de tôdas estas medidas, a livre-cambista Inglaterra transformava-se em pioneira dum novo proteccionismo, começando por monopolizar as matérias-primas, de que tanto careciam os seus Aliados. E a ideologia de Disraeli e, sobretudo, de José Chamberlain, começou a ter a sua consagração política e econó-

mica, como já vimos. Em 1917, era aprovada pelo Govêrno Britânico a moção preconizada pela Conferência Imperial, de que cada uma das partes do Império devia conceder um tratamento favorável especial e facilidades aos produtos das outras partes do Império, o que foi convertido em lei pelo Finance Act, 1919.

A guerra findou e abriram-se, como é de antiga tradição, os preliminares da paz. E seria de conveniência, como era aliás de prever, que dum lado estivessem os Aliados e do outro os Inimigos. Assim não aconteceu. As cláusulas económicas foram discutidíssimas e as ideologias dos políticos perdiam-se em conjecturas teóricas, do campo da metafísica para o campo das realidades. Os economistas eram os que menos voz tinham, e o célebre terceiro ponto dos celebérrimos 14 pontos de Wilson — "Supressão, tanto quanto possível, de tôdas as barreiras económicas e estabelecimento de condições comerciais idênticas para tôdas as nações que consentiram na Paz e que se associaram para a sua manutenção" — reduziu-se ao que o artigo 23 do Pacto fixou: "Sob reserva e em conformidade das disposições das convenções internacionais actualmente existentes ou das que se concluírem ulteriormente, os Membros da Sociedade:... *e*) tomarão as disposições necessárias para assegurar a garantia e manutenção da liberdade de comunicações e trânsito, assim como um tratamento equitativo do comércio de todos os Membros da Sociedade, ficando entendido que as necessidades especiais das regiões devastadas durante a guerra de 1914-1918 deverão ser tomadas na devida consideração".

E estas mesmas disposições aceitas sob tôdas as reservas, que mais parecem um platónico conselho, não surtiram resultado algum. A França, pela bôca dos seus mais ilustres economistas, empregou os seus maiores esforços para demonstrar a justiça que lhe assistia de ver as colossais despesas que tinha a adiantar, com a reconstrução dos seus territórios invadidos, suportadas por todos os Aliados, visto que a Alemanha, que a elas tinha sido obrigada por fôrça do Tratado de Versailles, o viria a fazer por anuidades que se estenderiam por largos anos, o que era incompatível com a urgência da reconstituição dêsse território francês. E na Conferência Parlamentar Internacional de Comércio que se

reuniu em Lisboa, em 1921, o assunto foi devidamente tratado, mas as soluções nunca chegaram.

E vem isto apenas para demonstrar que, numa guerra cujas causas tinham sido de carácter acentuadamente económico e que por causas económicas findara também, não houve possibilidade de compreender a vantagem da realização duma paz económica, baseada em princípios firmes e duradouros, que referissem um entendimento económico entre os seus Aliados, com vista a descobrir os males da economia e dos seus prováveis remédios. Já nessa época, se os estadistas das grandes potências quisessem ver, compreenderiam que não seria possível potências, por maiores que fôssem, enriquecerem eternamente à custa doutras, sem provocar o ciúme e a ambição, gérmen de tôdas as guerras.

Ao alvorecer da Grande Guerra, estavam já delineados graves problemas económicos, cuja solução devia ser meditada e estudada. A uma superprodução, como já vimos, havia a esperar a provável industrialização de outros povos; a um enriquecimento de certos países produtores contrapunha-se o empobrecimento de outros países de menos recursos; aos possuidores de matérias-primas necessárias para as indústrias opunham-se os Estados desprovidos das mesmas; a um aumento incessante de maquinismos deveria corresponder uma crise de mão-de-obra, ponto culminante, como já acentuámos, de todo o florescimento económico; e, em contrapartida, deveria prever-se que a uma variedade múltipla de meios de transporte deveria suceder uma multiplicidade de vias de comunicação; a uma incessante produção deveria suceder um aumento crescente de consumo; a uma melhoria de vida social, um mais alto nível das camadas operárias; ao incremento industrial deveria corresponder uma elevação de vida dos trabalhadores dos campos; em resumo, para não nos estendermos demasiadamente, a vida económica de tôdas as nações do mundo deveria basear-se num equilíbrio económico.

Traçámos primeiramente o quadro panorâmico do mundo económico, de antes da guerra, fixámos o que durante esta se fêz, e, por último, gizámos os males de que enfermavam as economias das nações.

9 — As novas características da Grande Crise

Vejamos, agora, os efeitos e os fenómenos tão complexos que muitos julgam terem sido o resultado da Grande Guerra, mas para nós representam, antes, os efeitos de não se ter encontrado o remédio para tantos males vindos de longe e acumulados, como é de supor, pelas descobertas científicas dos homens, que, como as crianças com os seus lindos brinquedos mecânicos, ao diligenciarem manejá-los, os quebram ou não lhes sabem dar aquela aplicação para que êles foram construídos. A guerra apenas trouxe à supuração êsses males.

Vamos agora, com maior clareza, compreender o que tem sido, no campo económico, êste período que tem já um quarto de século e que, infelizmente, ainda não encontrou solução.

Não nos enganamos chamando a êsse período, se bem que ainda a correr, atendendo às directrizes que vai seguindo a atual conflagração em moldes bem diferentes dos de 1914 — o período da Grande Crise Económica Internacional.

Antes de mais nada deve-se acentuar que esta crise económica não se mostrou nunca com aquelas características das crises económicas que os escritores de economia, americanos sobretudo, denominaram ciclos. Dentro desta turbação económica, dêste desequilíbrio económico, que predomina desde os fins da Grande Guerra aos tempos de hoje, têm-se visto aparecer novas crises, e essas poderemos bem enquadrá-las naqueles ritmos a que há pouco chamámos ciclos. A Grande Crise é superior, e diferente, a essas crises rítmicas ou cíclicas que têm aparecido nestes vinte anos.

Ela é antes o resultado do desequilíbrio, verificado após a guerra, entre as diferentes actividades económicas, nas suas relações dentro de cada Estado e muito especialmente entre os diversos Estados. Êsse desequilíbrio, causa e efeito da instabilidade da vida económica, provocado pela instabilidade financeira, foi ainda reforçado pelo elemento psicológico da desconfiança dos povos. Não se trata, pois, dum simples fenómeno econó-

mico, fatalista, rítmico, por causas astronómicas ou doutra ordem, como entendeu Stanley Jevons, nem tampouco daquelas que econonistas tão distintos, como Aftalion, Bouniatiau e Lescure, estudaram.

O estudo desta crise terá que ser feito com a própria história dos acontecimentos, e as causas a encontrar deverão ser encontradas nos mais profundos recônditos da própria ciência económica.

A crise actual, ou se quisermos dizer, o desequilíbrio económico verificado após a guerra, refere em si causas heterogéneas e por vezes desconexas. Ela trouxe, pelo menos, à superfície a inconsistência das leis económicas e a demonstração cabal de que as leis naturais só serão possíveis num mundo ideal e nunca num mundo que a mão do homem transforma e domina, e êste é sempre diferente, senão biològicamente, pelo menos, psicológica e moralmente.

As leis económicas, como já frisámos, são lei sociais, e como tais, devem ser feitas pelo homem para o próprio homem. Deixar liberdade ao homem para agir como muito bem entender no campo económico, o mais essencial à vida, representa os mesmos perigos que permitir que o homem faça justiça pela sua própria mão (o sistema da vindicta) ou siga cada um os princípios da moral que entenda. Um tal ordenamento realizaria a anarquia, em que apenas venceriam os mais fortes. Ora, nesta Crise, verificou-se êsse facto, ou melhor, essa falta de disciplina económica, de ordem económica.

As crises ou os ciclos económicos manifestam-se mais ou menos, sempre, por vários sinais precursores: alta de preços, alta do curso dos valores mobiliários e alta dos salários. Em certa altura da ascenção, passa-se à descida, e o fenómeno na inversa causa então a desordem ou perturbação económica, ou o ritmo, como querem os americanos. E então verificam-se baixa de preços, baixa do curso dos valores de bôlsa e baixa de salários.

E então, posta de lado a ideia da explicação astronómica das crises, encontraram os economistas outras explicações mais científicas e mais aproximadas da verdade: mas, influenciados pelo

progresso rápido da indústria e dos meios de apetrechamento da mesma, inclinaram-se para a superprodução; os socialistas, em concordância com os seus princípios, viram nas crises o resultado do subconsumo; Karl Marx bem o deixou referido na sua obra — "actualmente a causa última duma crise refere-se sempre à oposição entre a miséria, a limitação do poder de consumo das massas e a tendência do regime capitalista a multiplicar as fôrças produtivas"; e não faltam também aquêles (capitalistas) que descobrem como causa da crise a supercapitalização.

Todos êstes economistas observaram atentamente os fenómenos da produção e do consumo, e devem ter razão quando pretendem explicar as crises que assoberbaram o mundo, periòdicamente, no século passado e em 1907.

Tôdas essas crises, se as fôssemos estudar, teriam de facto qualquer dessas causas indicadas. A Grande Crise Económica é, como já acentuámos, mais complexa, tendo abalado profundamente a própria estrutura económica das nações. Não pode, portanto, explicar-se apenas por um fenómeno de superprodução, de subconsumo ou de supercapitalização. Tôdas estas causas influíram, é certo, na sua marcha, mas a interdependência dêstes fenómenos fêz derivar por sua vez maiores turbações, e estendeu-se até à própria essência de tôdas as relações económicas. Verificaram-se, não há dúvida, aquêles prenúncios das crises cíclicas e, como resultado, estas patentearam-se. Empregou-se, portanto, tôda a panaceia económica que a aleijada e decrépita Economia Política nos legou, e a verdade é que êsses remédios vieram aumentar a desorganização económica do Mundo. E então, a certas causas em que se verificavam sempre uns certos efeitos, começaram a verificar-se efeitos perfeitamente antagónicos, como mais adiante demonstraremos. E então, para cada fenómeno perturbador da Economia, começou a aparecer remédio adequado, mas a verdade é que a Economia apresentava-se sempre como um boneco de barro a que tivesse caído a cabeça, braços e pernas e, quando se lhe consertasse a cabeça, caíssem de novo as pernas consertadas, e quando estas se consertassem, caíssem os braços ou a cabeça.

Não encontramos melhor imagem para definir a crise eco-

nómica actual. A uma crise sucede outra, e assim constantemente. As soluções são parciais, provisórias e, portanto, instáveis. A política económica internacional dos Estados vagueia ao sabor das medidas que, dia a dia, os governos, na ânsia de "salve-se quem puder", entendem aplicar.

O mapa do Mundo, e em particular o da Europa, foi modificado pelo Tratado de Versailles. O critério que presidiu a essas remodelações territoriais foi essencialmente de ordem política: o enfraquecimento dos Impérios Centrais, a criação de novas nacionalidades que rodeassem ao oriente aquêles Estados, ao mesmo tempo que se revigorava o princípio das nacionalidades. Era, em suma, o critério já antigo e tantas vezes aplicado dum novo equilíbrio político. Traçou-se assim, com maiores ou menores facilidades, uma nova Europa, baseada em antigos princípios geográficos, mas esquecendo-se de olhar pela respiração económica, digamos assim, do velho Continente.

Acabada a guerra, assistiu-se a fenómenos económicos em que ninguém reparava, obcecados os espíritos na ânsia da riqueza e de se aproveitarem das facilidades que ela trouxera à primeira vista para as diversas economias.

As nações beligerantes, especialmente a França e os Estados inimigos, precisavam de se refazer da depressão económica que durante a guerra haviam sofrido, reconstituir os seus *stocks* de matérias-primas, importar os mais necessários produtos de alimentação de cuja escassez tanto haviam sofrido, e também reconstituir o seu solo, as suas cidades e as suas indústrias. O ouro drenara-se para a América do Norte e algum também para a Inglaterra, e especialmente o primeiro país começava a sentir-se asfixiar pela deflação monetária, pela plétora do ouro. Com menores conseqüências, outrotanto sucedia com a Espanha, Suíça e outros países neutrais.

Êstes espalhavam por tôda a parte uma produção colossal, que, devido à escassez de que se saía e ao facto de muitos países beligerantes não terem em condições de funcionamento as suas indústrias, encontrava sempre mercados consumidores. Revela-se a alta dos preços, certo aumento de consumo, abundância de crédito e de numerário e, correlativamente, acentua-se a alta do

curso dos valores mobiliários, o que mostra grande actividade de emprêsas e, conseqüentemente, aumento de produção. Para esta, havia necessidade de mão-de-obra e os salários subiram.

¿Estávamos em presença da abundância ou a caminho da crise? Não havia tempo de pensar nesse facto. A América do Norte via espalharem-se por todo o seu território as dinastias de inúmeros soberanos de reinos económicos, sufocava nessa abundância e então comprava, de olhos vendados, tudo o que a Europa lhe podia vender, desde as modas refinadas às mais insignificantes velharias dos museus, que representassem qualquer época histórica. Os seus súbditos viajavam consecutivamente pelo mundo fora.

Êste o panorama ao descer o pano da Grande Guerra.

10 — O desmoronar do liberalismo económico

Mas depressa o panorama se dilue, para reaparecer noutras tintas. Essa alta de preços, êsse aumento de produção, essa multiplicidade de emprêsas e essa mão-de-obra bem paga são, de facto, um prenúncio bem grave duma crise, que não se acentua, no entanto, pelo fenómeno contrário, devido talvez à velocidade adquirida, mas traz a hecatombe para muitas emprêsas, a catástrofe das falências e o cancro social da nossa época, o desemprêgo. A alta dos preços mantém-se, os salários mantêm-se também sensìvelmente ao mesmo nível, mas a depressão económica manifesta-se em tôda a linha. Fala-se muito em crise financeira, no aumento da circulação fiduciária e, principalmente, nos câmbios.

O Mundo atónito estuda, nas suas mais variadas formas, a repercussão dos câmbios. Não se percebe, contudo, ainda bem, a extensão do fenómeno. A crise incomoda os países de moeda fraca como os de moeda forte. E vem logo a Conferência Financeira Internacional de Bruxelas, de 1920, sob a égide da Sociedade das Nações. É que a ciência das finanças é a ciência dos bens produtivos do Estado, e êste sentira-se, ao descansar

dos cuidados da guerra, em graves embaraços de tesouraria. Discutiram-se princípios orçamentais, despesas de capital, empréstimos exteriores e interiores, política e inflação monetárias, papel dos bancos centrais, instabilidade dos câmbios, barreiras comerciais e diversas formas de crédito de exportação. E sôbre todos êstes assuntos os votos foram unânimes, o que não obstou a que viessem a ser atacados por enfermarem de demasiada teoria. A verdade, porém, é que presidiram à restauração financeira da Áustria e da Hungria.

E assiste-se, então, ao facto de todos os países tratarem, com o máximo cuidado e com medidas adequadas, do seu saneamento financeiro.

A Inglaterra começara-o mesmo no tempo da guerra. A França, que durante o conflito aumentara as suas importações e diminuíra as exportações, como é de prever nas guerras, aumentara a sua circulação fiduciária em muito, sem ter feito sofrer sensìvelmente o curso do câmbio, isso devido ao patriotismo dos seus naturais, que cederam ao Estado o seu ouro e todo o papel estrangeiro que possuíam.

Mas, logo após o armistício, o curso dos câmbios, em relação ao franco, subiu vertiginosamente. No final de 1920, o dólar americano é cotado a mais do triplo do seu valor nominal. O curso da libra não varia muito. No entanto, o marco desce sempre; e a política alemã, em matéria fiduciária, deveria causar apreensões, pois não referia uma necessidade incessante do Tesouro, pois as suas exportações já haviam recomeçado e, apesar de tudo, era ou deveria ser de desconfiar a emissão, sem cessar, de notas cuja circulação, em 1920, era já séxtupla da do momento do armistício. Esta circulação, incompreensível, era apenas ultrapassada pela Rússia, onde a desordem bolchevista suprimira a moeda.

A circulação fiduciária alemã mantivera-se quase estacionária até 1917; dêste ano ao seguinte duplicou, e, em 1919 e 1920, triplicou, passando de 22 a 69 biliões de marcos. A cobertura metálica, que era, em 1914, de 67 %, caíu, em 1920, para 1,6 %. Expediam-se, entretanto, para o estrangeiro capitais formidáveis, constituídos por êsses marcos depreciados, o que não correspon-

dia à verdadeira situação económica da Alemanha, pois mais de metade das suas fábricas encontravam-se neste último ano a funcionar.

Não necessitamos de cansar o leitor com mais exemplos. A circulação fiduciária trouxera a inflação monetária e, desta forma, os governos julgavam fazer face aos compromissos de momento. A guerra criara condições novas à produção das riquezas, mas essas eram fictícias, aumentavam com os artifícios financeiros.

Os câmbios, porém, denunciavam êsses males, e o seu curso iria ser tomado pelos economistas como a expressão da prosperidade económica dum Estado.

A política do saneamento financeiro iria pôr a descoberto a fragilidade dêsse florescimento económico aparente do mundo, após a Guerra.

Mas não foi apenas a deterioração do curso dos câmbios que, como já vimos, se deveu ao desenvolvimento anormal da circulação fiduciária, ao saldo desfavorável da balança comercial e ao déficit orçamental que veio transtornar as relações económicas dos Estados.

A guerra fizera também perder muitas riquezas, e estas são, verdadeiramente, o património que a natureza deixou ao homem: bens geográficos adaptados pelo trabalho do homem às suas necessidades. A riqueza é, portanto, função da terra — da renda, como noutra obra havemos de demonstrar — e do trabalho, pois sem êste não pode existir riqueza. Para que serve uma rocha no meio duma praia, se o homem não lhe der, com o seu trabalho, aquela aplicação precisa para satisfação das suas necessidades?

E assim perderam-se, durante a guerra, grandes valores, criação da Terra e do homem. O próprio solo, que foi revolvido pela metralha, é produto da terra e da mão do homem. Foi êste que o tratou, que o assentou, ou, pelo menos, que o lavrou para si.

A perda de tantos valores mobiliários e imobiliários trouxera a ruína a tantas famílias; os valores representativos de créditos sôbre as praças dos inimigos da Rússia e mesmo dalguns aliados que perderam por completo a cotação e passa-

ram a nada valer, desequilibraram a vida de muitos milhares de famílias.

A criação de novas nacionalidades, no oriente europeu, desequilibrou também a vida económica da Europa, por se criarem novas barreiras alfandegárias, e se verem na necessidade de aumentar a sua produção para se manterem e criarem uma nova vitalidade.

E assiste-se então no Mundo a uma crise que era, ao mesmo tempo, para uns de abundância, e para outros de escassez.

A esta complexidade de fenómenos não se pode chamar crise, na acepção vulgar do têrmo, de ritmo cíclico ou de simples desequilíbrio periódico.

Corre pelo mundo, então, uma febre de negócios, o crédito toma um papel primacial, permeabilizando-se às facilidades do tempo, e a corrida aos Bancos, em certo momento, mostra à evidência a leviandade do crédito sem bases seguras de garantia económica. Era o resultado das emprêsas que faliam, criadas à sombra do crédito fictício, assente em papel, sem consistência alguma. O saneamento financeiro, que por essa altura, ainda sob o signo, digamos assim, da política financeira mundial que a Conferência de Bruxelas e os estadistas procuravam a todo o custo realizar, era a causa que punha a descoberto tôda essa febril actividade económica, índice duma época desnorteada.

Em 1921, a Conferência Geral do Trabalho, em presença da grande crise do desemprêgo, requeria um inquérito, a fim de se obterem os meios de a combater. E assim o Bureau Internacional do Trabalho apelava para a organização económica e financeira da Sociedade das Nações. E criou-se, então, um subcomité permanente no seio do comité económico, com a função de estudar os principais factores da crise económica.

Mais tarde, constituiu-se ainda um Comité Mixto das crises económicas, com a colaboração de quatro peritos designados pelo Bureau Internacional do Trabalho.

E neste período, que bem podemos limitar de 1919 a 1924, que série de acontecimentos não se desenrolaram, como já vimos, arrastando várias crises ou vários ciclos? A instabilidade dos preços, devida sobretudo às substituições bruscas de actividade

e de depressão, definem ou são os índices das mesmas. Em 1920, a crise económica foi provocada pela queda dos preços. Assim, os seguintes números índices dos preços por grosso em 1920, tomando o ano de 1914=100 para comparação, elucidam-nos:

MESES	PAÍSES		
	França	Inglaterra	Estados Unidos
Janeiro	447	288	248
Fevereiro	478	303	242
Março	513	310	253
Abril.	562	306	267
Maio.	575	304	269
Junho	535	291	262
Julho	520	292	254
Agôsto	536	288	240
Setembro	533	281	232
Outubro	517	206	214
Novembro	489	245	196
Dezembro	450	220	179

E nesta subida e descida de preços se compreende melhor a instabilidade da vida económica. Vem em seguida o problema das reparações, e manifesta-se logo o desentendimento que desde os tempos da guerra se começara a delinear entre os Aliados, particularmente entre a França e a Inglaterra, desentendimento êsse que se manteve sempre e serviu maravilhosamente os interêsses da Alemanha, cuja política visou sempre, desde o primeiro momento, a anular ou contrariar tôdas as cláusulas do Tratado de Versailles.

A verdade, porém, é que o saneamento financeiro dos Estados não resolvia o problema económico, e êste era por vezes enfrentado com certos artifícios financeiros, alguns mesmo deshonestos, e outros de política pouco escrupulosa, como aconteceu em Portugal e na França, por vezes.

Entretanto, em presença duma tal barafunda económica e financeira, mas mais económica do que financeira, os Estados empreendiam uma política proteccionista rígida, servindo-se das barreiras alfandegárias, e eram precisamente as grandes potências económicas e políticas, como a América, a Inglaterra e a França, que procuravam, com medidas restritivas, trazer novas modalidades à política económica internacional.

Os meios empregados, contudo, sendo de carácter aduaneiro, eram diversos e podemos dizer especiais para cada unidade política. De facto, num Estado onde a moeda se encontrava desvalorizada, como na França, havia que adaptar os direitos aduaneiros à alta dos preços e, para êsse efeito, dois processos se empregaram: o sistema dos coeficientes, enquanto se supôs essa alta temporária, e mais tarde uma nova pauta, que compreendeu já as novas condições de preço. Esta política não lhe fôra difícil impôr, pois, em abril de 1918, a França denunciara todos os seus tratados e acordos comerciais e, após a guerra, passara a negociar modus-vivendi.

Nos países, porém, de moeda valorizada, o problema era visto noutro sentido, pois os produtos afluíam a preços baixos, representando um verdadeiro dumping cambial. E as barreiras alfandegárias subiam sempre, e as represálias económicas aumentavam concomitantemente o mal.

A instabilidade das pautas e a desconfiança nos acordos comerciais eram o índice da nova política. Os regimes aduaneiros diferiam de país para país. A grande indústria sofria dessa instabilidade e os governos resolveram emigrá-la, assim como os próprios capitais e homens. Estendem-se por tôda a Europa sucursais e filiais de grandes fábricas e de grandes emprêsas, americanas, inglêsas, francesas e até alemãs. Foge-se, desta forma, ao rigor das alfândegas.

Para obviar aos inconvenientes da superprodução, verificada sobretudo nos Estados Unidos da América, devido à racionalização, a que a livre-concorrência arrastara, surgem as ententes industriais, como as coligações industriais — cartel, pool e trust, e coligações comerciais — corner e sindicato financeiro, referindo uma nova política comercial. E assim, com medidas destas, pre-

tende cada Estado constituir a sua economia, auto-disciplinar a concorrência e enfrentar a Grande Crise Económica.

Esta, restringindo as trocas internacionais, ameaçava aniquilar a paz política de Versailles, o que já por êsse tempo se temia com a corrida aos armamentos. Êste problema passou a ser tratado nas altas esferas internacionais, sobretudo na S. D. N., como o pressuposto essencial para uma boa organização económica. Realmente, o pêso dos armamentos nos orçamentos dos Estados era tão considerável, que atrofiava tôda a política social e económica dos mesmos. Essas despesas serviram apenas para fazer baixar o nível de vida das classes trabalhadoras.

CAPÍTULO V

OS NACIONALISMOS ECONÓMICOS

11 — O derruimento e desprestígio da cooperação económica internacional

E foi neste clima político e económico que se inaugurou, em 4 de maio de 1927, a já célebre Conferência Económica Internacional. Compôs-se a mesma de 194 membros assistidos de 157 peritos de 50 países do mundo, associados ou não da S. D. N. Encontravam-se, portanto, sem sombra de exagêro, pela vez primeira no Orbe, reunidos os mais conceituados economistas de todo o mundo, e se bem que os mesmos não tivessem um carácter oficial, no sentido de obrigarem os Estados que representavam, êles eram por sua vez o porta-voz das necessidades dos seus países e da opinião dos mesmos.

E a Conferência teve uma dupla finalidade: a prosperidade económica das nações e a paz do Mundo.

Formaram-se três grandes comissões especiais: Comércio, Indústria e Agricultura. E se passarmos em revista, mesmo ligeira, as recomendações votadas por cada uma destas comissões, compreenderemos bem as causas da desorganização económica, que foram aquelas por nós já delineadas. Assim, sob a rubrica: — "Liberdade do Comércio" compreenderam-se medidas suscep-

tíveis de libertar o comércio internacional das várias restrições e obstáculos artificiais às importações e exportações; condenou-se a prática de certas isenções e privilégios concedidos a emprêsas particulares e recomendou-se a preparação duma convenção relativa ao tratamento económico e fiscal dos estrangeiros e das emprêsas estrangeiras.

Na questão das alfândegas recomendou-se uma política de simplificação, estabilidade e diminuição de pautas.

No que se refere à indústria, estudaram-se os preços de custo, no sentido da sua diminuição, por meio de racionalização, ententes industriais internacionais e troca de informações.

No que se refere às ententes industriais, a Conferência teve o cuidado de aconselhar moderação, em virtude de algumas divergências que se levantaram, mas não deixou de reconhecer os benefícios que as mesmas, desde que fôssem inspiradas no interêsse geral, poderiam trazer, não como panaceia económica, mas, pelo menos, para refrear concorrências anti-económicas e diminuir as flutuações de actividade industrial, melhorando, em resumo, a organização da produção e reduzindo os preços de custo. A par dêstes problemas, visaram-se também, e pela primeira vez, numa medida de conjunto, os problemas da agricultura, considerando-os assim factores primaciais da organização económica internacional. Aquela vivera sempre à margem da economia, talvez mesmo por ser vèlhinha e ter sido a primeira e, durante séculos, a única actividade económica de valia existente no Orbe. Mas a ciência criara novas fontes de riqueza, e a indústria e o comércio passaram a gozar as primícias da Economia. As guerras desde sempre mostraram o valor e a importância da agricultura, mas a última guerra trouxe melhor à superfície êsse problema. Os grandes Estados, absorvidos com a sua indústria e o seu comércio, passaram também a olhar pela agricultura, do mesmo modo que os países essencialmente agrícolas entraram no caminho da industrialização. E desta maneira, os economistas de 1927 tiveram ensejo de compreender em grande parte, devido à explêndida documentação da Conferência, que lhes serviu de elemento de estudo, que o desequilíbrio dos preços dos produtos agrícolas, nas suas relações com os produ-

tos manufacturados, estava provocando uma depressão de tal jaez no Mundo, que era de recear uma regressão na actividade agrícola, constatando-se a interdependência dos três ramos essenciais da actividade económica: agricultura, indústria e comércio, e então no relatório lê-se: "Será vão esperar que uns possam gozar, independentemente dos outros, duma prosperidade durável". Esta afirmativa, só por si, define a causa primordial da Grande Crise Económica.

E finalmente, a Conferência recomendou que os próprios agricultores deveriam adoptar melhores métodos técnicos, uma organização mais científica pelo desenvolvimento da luta internacional contra as epizootias e as epifitias e pela cooperação e organização dos institutos de crédito.

Foram êstes os principais assuntos ventilados na Conferência e que, propositadamente, assinalamos excluindo, tanto quanto pudemos, as soluções recomendadas. O nosso objectivo foi mostrar com aquêle enunciado como os economistas de 1927 se haviam inteirado de todos os assuntos que, nessa época, assoberbavam o mundo, e para os quais apenas souberam encontrar soluções clássicas que a Economia Política lhes ensinara e a prática internacional aceitara no período longo de antes da guerra. Os problemas eram abordados na íntegra, as premissas absolutamente certas, mas as soluções eram erróneas. Já atrás referimos êsse facto, como representando o desconhecimento da psicologia dos povos, e agora acrescentamos que os economistas aperceberam-se, por vezes, das verdadeiras soluções que os novos entraves económicos e financeiros exigiam, ladeando, assim, o problema; mas também compreenderam que o Mundo não encontrara ainda a nova rota a seguir, e innovações no campo económico são sempre muito contingentes pela dificuldade de se aperceberem os espíritos, mesmo os mais inteligentes e cultos, de fenómenos que, mais do que todos os outros, sofrem a interdependência dos de diferente origem.

E as palavras do Presidente da Conferência, Theunis, pronunciadas na sessão de encerramento de 23 de maio de 1927, pondo em relêvo o que se escrevera no relatório referente à agricultura e por nós já transcrito — "será vão esperar que uns pos-

sam gozar independentemente dos outros duma prosperidade durável" — referem bem como o problema, o mal económico do Mundo, começava a ser compreendido.

E a conferência findou, voltando cada um para os seus países, no arreigado espírito de batalhar pela boa doutrina: "eliminação de todos os obstáculos, com o duplo objectivo de estimular a produção e restaurar a liberdade do comércio", e ainda na ideia essencial que "as nações tomem imediatamente medidas para suprimir ou abaixar as barreiras aduaneiras que oponham graves obstáculos às trocas internacionais" e na ideia também primordial de se voltar ao sentimento de segurança que aligeire o fardo anti-económico dos armamentos.

E os meses foram decorrendo e êsses economistas não deixaram de prègar... no deserto; de recomendar nas associações económicas os ensinamentos de Génebra: de ensinar nas suas cátedras os seus princípios... e tudo em vão.

12 — Os esforços dos nacionalismos económicos para vencer a Crise

A redentora cláusula da Nação mais favorecida ia-se esfumando nos instáveis e breves modus-vivendi; a variedade dos direitos aduaneiros ia-se multiplicando; os contigentes de mercadorias começavam a estabelecer-se; as restrições às importações levantavam-se a cada passo; as represálias definiam a política económica internacional; os dumpings infiltravam-se por tôda a parte, rasteirantes e à sucapa; e apenas um meio recomendado com tantos receios e cautelas pela referida Conferência se expandia: a cartelização da indústria.

Êste acontecimento é deveras sintomático, o que, só por si, poderia ter explicado, então, que a ruína económica deveria assentar no princípio da livre-concorrência. A indústria, pela fôrça das circunstâncias, concentrava-se, e para refrear uma concorrência verdadeiramente ruinosa, as emprêsas entravam em acordos, mais ou menos apertados, com a finalidade de estabilizar a pro-

dução, criar mercados e enfrentar com maior energia a crise que as levava ao suicídio.

A solução, portanto, para um dos problemas — a superprodução — era o entendimento entre as emprêsas do mesmo ramo e até de diversos ramos. Queria isto decerto dizer, na observação realista dos factos, que a livre-concorrência, princípio em que se baseava a Economia Política, se mostrava incapaz de resolver a crise, e que, pelo contrário, na aniquilação daquêle princípio residiria um dos remédios para a mesma.

A cartelização, porém, enfermava dum mal de origem. Era um acôrdo de carácter privado e, portanto, sujeito a abusos e egoísmos que levariam a uma ânsia imoderada de lucros. O Estado teria de intervir para obstar aos mesmos, pois, se havia a resolver o problema de produção, êste tinha que se conjugar com outros, como o do consumo. E a legislação económica, mais ou menos vasta, começou a regular a produção, a circulação e o consumo, levando, como havemos de ver, ao conceito da economia dirigida.

E assim se compreende o nulo efeito das recomendações da Conferência de Genebra e da própria Conferência diplomática realizada de 17 de outubro a 8 de novembro do mesmo ano, onde, ainda sob a sua influência, se chegou a assentar: — "Sob a reserva das excepções previstas nos artigos seguintes, as Altas Partes Contratantes comprometem-se a suprimir, num prazo de seis meses a datar da entrada em vigor da presente Convenção... tôdas as proibições ou restrições à importação ou à exportação, e a não estabelecer de futuro proibições ou restrições dêsse género...".

Mas a verdade é que, como já atrás vimos, estas recomendações, apesar de inúmeras e importantes reservas, de nada serviram. Os governos viviam em graves dificuldades e na desconfiança do que os outros viriam a fazer, nem sequer ratificavam os compromissos internacionais.

Os economistas perfilhavam as doutrinas clássicas da Economia, e os Governos aplicavam medidas mais ou menos adequadas às necesssidades do desenvolvimento económico dos respectivos países, que representavam, em si, a negação dêsses princípios e

o refôrço dos males assentes nas várias conferências económicas. A literatura de carácter económico espalhava-se por todo o Orbe, e era especialmente o modêlo americano que se aconselhava, e êste conselho era, principalmente, formulado pelos técnicos da indústria ([1]), imbuídos, pelo êxito americano, da racionalização industrial. Os métodos de Ford eram preconizados na Europa, e a política dos altos salários dos Estados Unidos encontrou na Europa alguns defensores, se bem que apenas na Inglaterra ela encontrasse o meio propício para se desenvolver.

Na realidade, a exportação americana cresceu num ritmo assustador, e êsse facto conduziu a um maior desequilíbrio europeu e a um progressivo aumento de pautas. Mas a organização americana não recuou e, como já antes tínhamos visto, as suas indústrias e os seus capitais emigraram em maior intensidade para a Europa. O colosso americano assustou a Europa, e Briand, no seu idealismo europeu, defendeu, no próprio seio da Sociedade das Nações, os Estados Unidos da Europa. A tese foi aceite em princípio, decerto por não se saber ainda por que meios e princípios ela se realizaria; mas, em outubro de 1929, um fulminante e inesperado Krach da Bôlsa de Nova York demonstrou exuberantemente à Europa que a política económica americana, aparentemente sedutora, não tinha aquela consistência que se julgava. A sua indústria e comércio gozavam dum florescimento gigantesco, que, talvez por tanto querer subir, caíu estrondosamente. O dólar, a moeda-padrão internacional, ressentiu-se, o comércio e a indústria sofreram os reflexos do pânico da Bôlsa. O mundo atónito assistiu a mais êsse imprevisto catastrófico, e o prestígio económico norte-americano ficou muito abalado no Velho Continente.

Verificou-se uma nova crise. Mas antes de a apreciarmos, tanto mais que os seus indícios levaram algum tempo a aparecer, continuaremos a referir o que na Europa se pretendia fazer para

---

([1]) *Le Problème Européen et sa solution*, de Edouard A. Filene; *L'Industrie Organisée d'après les méthodes américaines, por* M. Victor Cambon. *Méthodes américanes d'établissement des prix de revient en usines*, de Bertran Thompson.

debelar a Grande Crise, contrariando em especial os aumentos de direitos aduaneiros. Em fevereiro de 1930, reuniu-se em Genebra uma Conferência preliminar para uma acção económica concertada, com a dupla finalidade de se concluir uma trégua aduaneira, por dois ou três anos, a fim de se conseguir um período estável para uma futura acção económica concertada e para se estabelecer um programa de negociações futuras. A referida trégua aduaneira, tão preconizada já antes no período da elaboração dos trabalhos, não merecera os votos unânimes das nações, como a França, que desde logo patenteou a sua desaprovação, por entender que a cartelização melhor resolveria a questão. E se atendermos ao predomínio da Inglaterra e da França na S. D. N., melhor se compreenderá a sorte da referida trégua aduaneira.

Chegou-se a vários projectos de Convenção, resultado de estudos interessantíssimos sôbre elementos de política económica internacional, que redundaram apenas no desenvolvimento da doutrina daquela ciência. E continuou a mesma ordem de recomendações sôbre tratados de comércio com a cláusula de Nação mais favorecida, abolição das proibições e restrições à exportação e importação, e tantos outros problemas que nós estudaremos na segunda parte dêste trabalho.

Estas conferências económicas principiavam a perder o seu prestígio e a mostrar aos governos a inanidade dos seus conselhos, dos seus estudos e dos seus projectos de convenções e, por outro lado, mostrava aos Estados o único caminho viável a trilhar, ou fôsse a sua reconstrução económica, por meios próprios, sem ter em conta as medidas dos outros Estados. Caminhou-se assim para os nacionalismos económicos, para a ideia da autarquia económica, começando cada Estado a desenvolver a sua industrialização e a sua agricultura, para se libertar do estrangeiro, e muito principalmente para evitar o êxodo do ouro e das divisas estrangeiras.

Em 21 de setembro de 1931, suspendia-se na Inglaterra, temporàriamente, o "Gold Standard", ficando o Banco do mesmo Estado desobrigado, portanto, de converter em ouro o papel-moeda emitido. Esta medida assustou o Mundo, como antes o

fizera o Krack da Bôlsa de Nova York. A libra-ouro, tão considerada no velho e novo Mundo, desaparecia do tradicional país britânico. Ela não pudera resistir à grave crise financeira que a congelação dos seus créditos e a dos Aliados, na Alemanha, em virtude da moratória de Hoover, lhe ocasionara. Entretanto, à libra-ouro substituía-se um padrão-esterlino, e habituados já os Governos a tantas crises económicas e financeiras que traziam tantos efeitos, souberam os seus estadistas, e em particular os Inglêses, adaptar tôdas as suas condições económicas a êsse novo padrão-esterlino, e os preços não sofreram aquela alta que seria de esperar, nem a opinião pública britânica se alarmou. O Império Britânico é possante, e o inglês é fleumático. A vida económica oscilou, é certo, mas depressa se refez, e o Mundo continuou a sofrer a crise de que já sofria e para a qual parecia encontrar-se já couraçado. Êsse abandono do padrão-ouro, seguido por tantos países — e não apenas por muitos dos seus domínios, Estados Escandinavos, e Portugal, por exemplo — com a moeda ligada à libra-ouro, como adiante verificaremos, trouxe vantagens para a crise económica, sofrida pelos Estados que adoptaram essa política, mas contribuiu extraordinàriamente para a diminuição do comércio internacional, salientando-se então um fenómeno interessante no facto dos Estados começarem a estabilizar a sua vida económica em moldes nacionais, quere dizer, cada Estado refazia-se por si da grave crise, estabelecendo um novo equilíbrio, que era o seu equilíbrio.

Mas essa crise monetária afectava principalmente aquêles países que entenderam manter-se fiéis ao bloco-ouro, recorrendo apenas a um certo refôrço em matéria de câmbios. A um conflito de barreiras aduaneiras sucede-se um conflito de moeda. Países que abandonaram ou pretenderam abandonar o padrão-ouro e países que pretenderam mantê-lo — os do bloco-ouro. Os economistas e estadistas no mundo inteiro discutiam acaloradamente o assunto e entrou no conceito económico-financeiro das nações a ideia da desvalorização da moeda, seduzidos os espíritos pelos belos resultados da involuntária desvalorização da libra, que, ao contrário do que seria de supor, não elevou os preços, quer os de grosso quer os de retalho, no mercado in-

terno, e serviu para estimular as exportações. Mas o fenómeno era ainda visto, como é de tradição na economia, como um meio de locupletamento à custa alheia. Decerto que, se todos os países desvalorizassem a moeda na mesma proporção, os preços deveriam manter-se iguais e a desvalorização traria outros resultados, e êsses talvez não fôssem menos de apreciar, como seria uma melhor distribuição do trabalho humano.

O certo, porém, é que o padrão-ouro gozava de grande autoridade, e como a crise não se notara sequer com êsse abandono por parte da Inglaterra e dos países que seguiam a libra-ouro, e trouxera ainda um mais intenso desequilíbrio ao comércio mundial, resolveram a França, a Inglaterra e os Estados Unidos obstar a essa perturbação, concertando-se numa Conferência a realizar em Londres, sôbre a melhor maneira de se voltar ao padrão-ouro para insuflar de novo a confiança no comércio internacional.

E a convite do presidente Roosevelt, seguiram para Washington Herriot e Macdonald, respectivamente por parte dos governos francês e britânico, para melhor estudarem a orientação a imprimir aos trabalhos da Conferência de Londres. À sua chegada, porém, à capital norte-americana, já o govêrno dêste país resolvera abandonar o padrão-ouro, aderindo desta maneira à doutrina da desvalorização monetária, como estímulo das exportações. O dólar deixava de ser convertível num país onde o ouro abundava. Esta inesperada medida libertava a América do Norte dos ditames que iriam presidir a Conferência de Londres, e ainda há pouco serviu ao candidato à presidência da República Norte-Americana Wilkie como ataque à política de Roosevelt, por ter causado o despretígio das democracias. A Conferência, porém, inaugurou-se com tôda a solenidade, em 12 de Junho de 1933, não se chegando a qualquer resultado positivo, a não ser ao seu indefinido adiamento.

A Conferência Monetária e Económica de Londres foi o "Cantar do Cisne" da cooperação económica internacional. Daí para diante, a Sociedade das Nações limitou-se a prestar um grande serviço ao Mundo, o qual foi o de estudar anualmente, com grande proficiência e bastos elementos estatísticos e doutrinários,

a situação económica mundial. E assim, seguindo em particular os seus ensinamentos, iremos compreendendo melhor o hercúleo esfôrço feito por tôdas as nações do Mundo para se livrarem, por suas próprias fôrças, dos efeitos perniciosos da Grande Crise Económica.

O Krack da Bôlsa de Nova York em 1929, o abandono do padrão-ouro por parte da Inglaterra e dos países que seguiam a libra, e o da América do Norte, trouxeram, como frisamos atrás, uma perturbação formidável no comércio internacional. O seu quantum baixou, de 1929 a 1935, cêrca de 40 %, o que desequilibrou bastante todos os meios de actividade económica dos Estados.

Entretanto, o índice da produção total do Mundo não variou muito, mantendo-se desde 1928 em 104, em relação ao ano de partida, 1929 = 100. Êstes factos mostram que, enquanto o comércio internacional sofre duma grande depressão, o comércio interno equilibra-se, por fôrça dum fenómeno que neste período bastante se acentua, a pesar de vir de trás, dos tempos da Grande Guerra, como seja a industrialização dos países agrícolas e o desenvolvimento agrícola dos países industriais.

Contudo, para melhor salientar a heterogeneidade de todos êstes fenómenos, transcrevemos a seguir o quadro extraído duma publicação da S. D. N. (1).

No ano de 1935, último do quadro, assistiu-se a um levíssimo aumento do comércio mundial, menos na Europa, se bem que o mesmo se mantivesse com tendência para subir na mesma proporção no ano seguinte, de 1936. Êsse aumento verificou-se em especial nas matérias-primas, devido à diminuição dos seus stocks e a um maior incremento da produção de certos metais, como o níquel, ligas de aço, como o molibdene, e ao melhor aproveitamento técnico das indústrias, que passaram a ser melhor apetrechadas, verificando-se um aumento de energia hidro-eléctrica, cujo número índice passou de 120 a 148 neste mesmo período.

---

(1) La Situation Économique Mondiale (1635-36).

Índice da produção mundial e do quantum do comércio mundial

(Base: 1929 = 100)

PRODUÇÃO	1932	1933	1934	1935
Produção	104	106	106	104
Géneros alimentícios				
Colheitas forragíferas . . .	102	93	81	94
Matérias-primas de origem agrícola	91	96	91	94
Matérias-primas de origem não agrícola	65	73	83	91
Tôdas as matérias-primas . .	71	79	85	92
Actividade industrial mineira e manufactureira	70	78	85	92
Só indústrias manufactureiras.	69	78	84	93
Comércio Mundial				
Géneros alimentícios . . .	91	85	84	86
Matérias-primas.	82	88	90	94
Produtos manufacturados . .	58	60	66	69
Total . . .	74,5	75,5	78,5	82

A actividade industrial cresceu, mas para melhor compreendermos êsse fenómeno, diremos que foi devido, em grande parte, aos planos industriais da Rússia e à expansão industrial Japonesa, assim como à dos países agrícolas, como o Chile, a Dinamarca, a Estónia, a Finlândia, a Grécia, a Hungria e a Roménia.

Verifica-se, assim, que o esfôrço para debelar a crise era realizado dentro dos quadros da economia nacional, mantendo-se assim o nível da produção, conquanto as trocas internacionais sofressem uma depressão grande, não obstante, no ano de 1935, a tendência do comércio internacional ser para subir nos diversos continentes, especialmente americano, com excepção da

Europa, e isso como já acentuámos pelo aumento das exportações de matérias-primas, possìvelmente na consecução do plano da actual guerra.

Buscava-se desta forma um novo equilíbrio económico. As nações procuravam, a par do seu desenvolvimento interno, novos mercados consumidores dos seus produtos. Procuravam-se novos processos de comerciar, intensificando de novo o crédito, e baixando por êsse facto as taxas de desconto e as de juro.

Na ordem internacional, a América do Norte, causadora passiva da depressão económica europeia, seguindo o novo rumo a que as concepções de Roosevelt a levaram, com uma série de tratados de reciprocidade, que, diminuindo de facto os direitos pautais, limitaram, porém, com as suas discriminações e definições minuciosas, a finalidade da cláusula da Nação mais favorecida, volta suas atenções para o próprio Continente americano.

Desenvolvem-se as relações com o Canadá e com as Américas do sul na mesma orientação, na ordem económica, do princípio de Monroe.

E enquanto o valor-ouro do comércio da Europa diminui 2 % em 1935, o da Ásia aumentou 2 %, o da América Latina, 5 %, o da África, 7 %, o da Austrália, 9 % e o da América do Norte, 12 %.

A repartição do comércio mundial desloca-se; a lã da Austrália dirige-se para o Japão; as exportações e importações dos Estados Unidos intensificam-se com os outros países americanos; a exportação japonesa dirige-se em caudais incessantes com destino à Ásia, África e América do Sul; e o comércio preferencial, nos grandes impérios coloniais, como o inglês, o francês, o holandês e o português, revigora-se intensamente.

O fenómeno cambial volta a acusar perturbações e a política económica internacional reflecte êsse novo estado de coisas, procurando novas directrizes consentâneas com as novas correntes do comércio mundial.

CAPÍTULO VI

NOVOS PRINCÍPIOS DE COOPERAÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL

14 — A influência da política cambial

Ao particularismo económico das nações, visando ao naciolismo e à autarquia, esboçam-se novos princípios de política económica. As alfândegas deixaram, quase desde a guerra, de representar o factor de regularização do comércio internacional, o principal índice da situação económica de cada país.

Os fenómenos monetários, principalmente depois das desvalorizações das moedas e de verificados os seus resultados, no movimento exportador das nações, patentearam-se a economistas e a homens de govêrno como um dos melhores meios de regularizar as trocas internacionais. E como estas se referem a moeda-ouro, resultava que os países fiéis ao bloco-ouro, com um câmbio bastante alto, viam os seus países importarem muito mais do que exportavam, perdendo assim grandes quantidades de ouro, e assistiam a um retraimento grande da circulação dos créditos por a entesourização se manter.

O exemplo da França era flagrante. A sua moeda manteve-se fiel ao padrão-ouro estabelecido em 1926, e de direito em 1928. Êste assentava na base de conversão da libra esterlina cotada a

cêrca de 125 francos e o dólar a 25 francos. Estas moedas, porém, como já vimos, deixaram de ser convertíveis e, apesar disso, os preços interiores mantiveram-se sensìvelmente os mesmos, enquanto a França deixava de poder competir no comércio internacional com aquêles países, em virtude da sua moeda estar valorizada e, portanto, os preços demasiadamente elevados.

Esta política monetária, contudo, assentava na confiança psicológica, chamemos-lhe assim, do esterlino e do dólar.

Noutros países, porém, os câmbios eram fictícios e por falta de divisas estrangeiras o regime cambial era regulamentado pelo Estado, de tal forma que se tornava pràticamente impossível a saída do ouro e, portanto, a compra ou a importação de mercadorias. A Alemanha e muitos outros países da Europa e da América do Sul sofriam dêsse mal, e os países que com êles negociavam, em certa altura, verificaram a congelação dos seus créditos. Mais uma restrição, e esta de pêso, para o comércio das nações. Entretanto, a Alemanha, a Itália, mas sobretudo aquela, careciam de matérias-primas para alimentar as suas poderosas indústrias, como ainda precisavam de importar grande parte das suas subsistências.

Aparecem, assim, novos acordos internacionais, que se vão multiplicando e que representam uma etapa na política comercial do mundo, pois são a demonstração perfeita, inegável e absoluta de que o equilíbrio económico de cada nação só será possível na cooperação económica internacional. Mas a mesma etapa, resultante da transição do equilíbrio económico nacional para um melhor equilíbrio económico internacional ou, se quisermos, dum nacionalismo económico absorvente para um internacionalismo económico justo e compensador, mostra-nos também o verdadeiro caminho da política económica internacional: o regime das compensações económicas. Não se deve ver neste fenómeno económico, moral e psicológico, e mesmo jurídico, um desejo de regresso ao sistema da troca, mas antes a vontade de encontrar uma igualdade económica entre as nações, de maneira que tôdas possam partilhar das riquezas que a Natureza tão pròdigamente, patenteia ao homem. E como estas existem em todo o orbe, em bruto, num estado latente, e

só serão riquezas quando o homem, pelo seu trabalho, intelectual ou manual, as arrancar ao segrêdo da Terra e as souber adaptar à satisfaçao plena das suas necessidades, a economia deverá encontrar os meios e as leis para que todo o homem goze, na medida do seu trabalho, todos êsses bens.

Não se compreende que, sendo a terra vastíssima, mesmo para abrigar a população de hoje e, certamente, a de todos os tempos que vierem ainda a decorrer, e existindo ainda um tão reduzido número, em proporção, de indivíduos de civilização adiantada, se verifiquem ainda tantos desequilíbrios económicos de homem para homem, e se permita a acumulação de riquezas dum lado e a mais atroz miséria do outro.

Não pode restar dúvida que êste acentuado desequilíbrio se baseia numa desorganização grande, sempre existente, entre as diferentes fôrças produtoras. Não se tentou nunca assentar o comércio dos homens em bases compensadoras. A agricultura foi quase sempre de grandes senhores, e o seu regime senhorial assentava no trabalho servil. Pois ainda hoje, em diferentes moldes, êsse trabalho é servil e não compensa, de modo algum, o trabalho, por exemplo, na indústria e no comércio. Não se compreende, muitas vezes, por que razão o peixe é vendido quase de graça, quando exige um trabalho, por vezes, tão custoso e perigoso, enquanto um bibelot ou um brinquedo custa muito mais, ou então uns metros de chita, por exemplo, para o pescador. Nós sabemos que todos êstes fenómenos de valores, de riquezas, de preços, têm uma explicação científica, mas a verdade é que esta tem de ser, indubitàvelmente, compreendida no sentido duma falta de justa compensação.

Se isto assim é no comércio entre os indivíduos, mais visível se manifesta no comércio entre as nações. Neste plano, observam-se nações fortemente detentoras de ouro e outras destituídas do mesmo precioso metal. A desigualdade era, de facto, flagrante e devida à má distribuição do ouro, que, favorecendo os primeiros no comércio internacional, desfavorecia imenso os que não o possuíam. A êste fenómeno acrescia a má distribuição das matérias-primas, que sendo um efeito geográfico de sempre, se tornou, portanto, numa obcecação para certas grandes Potên-

cias, depois do desenvolvimento dos meios de comunicação e da experiência da Grande Guerra. Má distribuição do ouro, escassez de matérias-primas, fenómenos interdependentes, causas e efeitos recíprocos, trouxeram uma fiscalização no comércio de divisas, restringindo a sua compra no mercado livre. Suspenderam-se, desta forma, as transferências de carácter financeiro para os outros Estados e as trocas de mercadorias tornaram-se pràticamente impossíveis, visto que, suspensos ou limitados, pelo menos, os pagamentos, os créditos ficariam congelados.

A dificuldade, porém, atingia não apenas o país devedor, como o próprio crèdor. Se deixavam de exercer a sua natural acção as chamadas câmaras de compensação entre as balanças dos pagamentos internacionais, decerto que as exportações deveriam ser evitadas ou restringidas pelo país exportador e, da mesma forma, as importações deveriam ser dificultadas ou bastante restringidas pelo respectivo importador. Seria a paralisação do comércio internacional.

O engenho do homem, porém, e particularmente do homem do século XX, infelizmente bem treinado nestas atribulações económicas e financeiras, não faltou para suprir êsse perigo e, até certo modo, descobrir uma forma mais justa e compensadora para as trocas internacionais.

O espírito ou, melhor, a psicologia dos governantes e dos seus respectivos povos inclinava-se bastante para o equilíbrio positivo, real e insofismável da balança dos pagamentos. E esta, não obstante a heterogeneidade e a transcendência de muitos dos seus elementos, factores êsses que têm servido òptimamente para encontrar sempre saldos positivos ou déficits, conforme as teses que se pretendem defender, vai sorrateira e inquebràvelmente pondo à superfície a escassez das divisas e a falta de trabalho, ou antes, o chômage.

E daqui principia uma nova rêde de acordos, impostos as mais das vezes pelos países crèdores, e que bem poderemos dizer formulados pela doutrina e prática alemãs, na consecução duma política de abastecimento de matérias-primas.

Onde houvesse regulamentação de câmbios ou de comércio de divisas, o acôrdo económico possível era o de Clearing.

Olhava-se, porém, apenas de princípio às dificuldades de pagamento, aos créditos congelados, às diferenças cambiais. E desta forma começaram estabelecendo-se correntes de negócios entre países crèdores e devedores, em bases oscilantes e prazos curtos, como era de prever, em situações novas e melindrosas. A verdade, contudo, é que nem sempre o clearing satisfez ambas as partes contratantes. A resolução do probelema era mais complexa, e o clearing, para se integrar no verdadeiro espírito que o concebera, teria de levar a uma balança de comércio favorável, ou seja, activa a favor do país devedor. Por outro lado, as trocas internacionais desviavam-se das suas naturais vias, e comprador e vendedor sentiam-se na necessidade apertada de não poderem negociar com qualquer outro país. O espectro do crédito congelado afligia ambas as partes e o comércio não se podia exercer nas melhores condições económicas, no sentido da especialização e do maior interêsse para as partes. O certo, porém, é que, não obstante estas dificuldades, o clearing estendia-se pela América do Sul e pela Europa Central, principalmente na Alemanha. A evolução económica dêste último país demonstrava à evidência o colossal esfôrço que os seus governos realizavam para elevá-la de novo a um imperialismo económico e político.

E assim, a partir do primeiro de janeiro de 1925, em que a Alemanha readquiria a sua liberdade pautal, suspensa até aí pelo Tratado de Versailles, todos os seus esforços se polarizaram para um proteccionismo agrícola apertado. Era o resultado da lição da Grande Guerra, que patenteara a todos que a vida das nações dependia da alimentação e da circulação. Em 1933, com a subida ao poder do nacional-socialismo sob a chefia de Hitler, êsse proteccionismo intensificou-se, e na bandeira do novo regime inscreve-se o princípio, que nortearia a política económica do Reich, de que o povo alemão se deve alimentar dos produtos da terra alemã. Mas essa autarquia, apesar das descobertas científicas, como a da borracha artificial ou sintética, que representou uma das tarefas mais difíceis do plano quadrienal alemão, não se mostrou viável, pela grande carência de matérias-primas. Em 1935 e 1936, a política económica alemã dirigia as suas vistas para o desenvolvimento das exportações.

A vida da Alemanha dependia do aumento da produção, com o seu conseqüente aumento do trabalho nacional. Faltavam as matérias-primas e o ouro para as comprar. Essa inferioridade não se cuadunava com a ambição expansionista alemã, e a autarquia mantinha-se à custa de enormes sacrifícios. O clearing resolvia um e outro problemas. E assim, nestes últimos anos, 1935 e 1936, três quintos do comércio alemão efectuavam-se por meio de acordos de clearing, e um outro quinto por trocas "en nature"; apesar de tudo, as divisas disponíveis não aumentavam e os stoks de matérias-primas muito menos. A solução estava em aumentar ainda mais as exportações alemãs, apesar de o custo de produção ser relativamente elevado na Alemanha. Os acordos de clearing adaptavam-se perfeitamente a essa política. E de facto, a Alemanha soube aproveitar-se dêsse recurso aumentando as suas importações, e por êsse estratagema obrigou os países seus crèdores a comprarem-lhe mais, para assim estabelecer o clearing.

Êste facto e outros por nós já atrás indicados não trouxeram adeptos ao clearing, principalmente nos países do bloco-ouro. Esta sua meleabilidade à política dos Estados de moeda desvalorizada não tornava propícia a aceitação internacional dessa nova modalidade de acôrdo comercial.

Entretanto, a fiscalização dos câmbios vai-se estendendo, em 1935 e 1936, à Lituânia, China, Hong-Kong, Mandchúria, Irão, Polónia, e o padrão-ouro vai-se abandonando, aumentando os países de moeda desvalorizada. As licenças, os contingentes, os novos sistemas de pautas múltiplas, como a pauta tripla na União Sul-Africana e nas nações sul-americanas, e as novas pautas aduaneiras taxando as importações, os contingentes regulando o volume e os acordos de compensação e de clearing regulamentando os pagamentos e as divisas no comércio internacional — são a forma mais característica da política económica internacional que então começa, e cuja finalidade máxima é para a discriminação dos câmbios e, por último, para a igualdade económica, que nestes dois últimos anos, de 1939 e 1940, se pretende encontrar.

14—O inquérito da S. D. N. sôbre os acordos de Clearing

Mas êsses clearings eram mal aceites pelos países de moeda valorizada e por muitos países crèdores. A França, que se debatia, então, em longos torneios parlamentares sôbre a tese das vantagens e desvantagens da desvalorização do franco e do abandono do padrão-ouro, tomou a iniciativa de levar a Sociedade das nações a estudar as características do clearing e, para isso, realizar um inquérito, para com melhor segurança se ajuizar das dificuldades encontradas e dos resultados adquiridos. E de facto, a Organização Económica e Financeira da mesma Sociedade constituiu, a convite do Conselho, um Comité Mixto económico-financeiro, que redigiu, de 25 a 30 de março de 1935, um relatório para o estudo dos acordos de clearing. E nessa ordem de idéias, aceite o princípio do estudo daqueles acordos, "que visassem ou não ao estabelecimento dum equilíbrio de trocas, pelas quais as duas partes, particularmente no caso de restrições de câmbio, conviessem em estipulações tendentes a prover ao pagamento das dívidas resultantes das trocas de mercadorias ou doutras causas", resolveu-se dirigir um pedido de informações aos países que tivessem concluído acordos de clearing.

Êsse inquérito, pelas suas conclusões, e sobretudo pelas conclusões a que chegaram os relatores do Comité Mixto [1], é de molde a afastar os seus mais optimistas adeptos. As causas aí indicadas que levaram ao estabelecimento do clearing foram já por nós estudadas, assim como o estado de coisas a que os mesmos acordos deram lugar; portanto, não temos que insistir mais sôbre êsse assunto.

Quanto ao efeito que os mesmos acordos tiveram no comércio internacional, sobretudo em relação a terceiros Estados, é que será interessante dizer que o referido relatório chegou à

---

(1) Acordos de Clearing — S. D. N.

conclusão que o efeito geral dos clearings era sobretudo o de reduzir sempre desvantajosamente o volume e o valor do comércio internacional e, portanto, de impedir o seu desenvolvimento; com relação aos interêsses de terceiros países, patenteou-se o seu prejuízo, pelo facto de os países de moeda fraca serem obrigados a comprar apenas àqueles com os quais se encontravam ligados por tratados de clearing. Já referimos o fenómeno, e é fácil de compreender a razão por que se verificou, visto que, tratando-se de acordos bilaterais, o comércio passaria a realizar-se só entre as duas partes contratantes, na instante necessidade de equilibrar as respectivas balanças de comércio. Desta forma, não só se tornara impossível ou pelo menos difícil a compra de matérias-primas e até de produtos manufacturados, na sua origem, como ainda o comércio internacional sofria um desvio, que prejudicaria terceiras nações, e muito principalmente aquelas que fôssem crèdoras financeiramente.

Não resistimos por mais tempo a mostrar a inanidade de tais objecções, que tanto serviriam para os acordos de clearing como para outros, mesmo para os tradicionais tratados baseados nas cláusulas de Nação mais favorecida, pois êsses são também bilaterais, e só se tornaram dalgum modo proveitosos quando se foram estendendo a todos os países, com a agravante, porém, para os antigos tratados, de êstes não se poderem acomodar tão perfeitamente ao sistema, que muitos vislumbravam, dos vasos comunicantes na política económica. A cláusula de Nação mais favorecida, em geral, estendia automàticamente qualquer concessão feita a uma Potência a tôdas as outras, onde a referida cláusula já estivesse estabelecida.

E quando assim não acontecesse, como no caso da cláusula de reciprocidade, as negociações tornavam-se morosas e difíceis, especialmente quando se procurava a referida reciprocidade.

E não obstante as restrições à mesma cláusula, as especializações e a reciprocidade, a verdade é que nunca se conseguia encontrar uma verdadeira compensação de interêsses. O clearing, pelo contrário, baseando-se particularmente—o de mercadorias—numa troca justa e equilibrada, desde que seja aceite por tôdas as nações, estabelece verdadeiras correntes de comércio e

de circulação de mercadorias, que impreterìvelmente virão a propagar-se nas melhores condições económicas, pois a moeda-ouro é o padrão geral dos valores; e o clearing estabelece uma nova modalidade de pagamentos pela qual êstes são liquidados num sistema de tal forma, que pelos próprios créditos se satisfazem os débitos com cada país, sem haver pròpriamente uma troca de moeda ou de divisa, realizando-se os mesmos pagamentos em relação a uma certa e determinada taxa referente a uma certa e determinada moeda.

E desta maneira, um país obriga-se a comprar a quem por sua vez lhe compra; e como há de haver sempre forma de cada país produzir mais ou melhor, ou diferente dos outros, desde que se multiplique e vulgarize o clearing, é relativamente fácil procurarem-se as matérias onde elas abundem e sejam por isso mais baratas, e, por outro lado, dirigir a produção mais apropriada e mais económica para os países onde se vão buscar as matérias-primas. E quando isso não fôr possível ou conveniente, é justo que se entabolem antes negociações com outros Estados onde se torne possível a comunidade de interêsses. Um Estado é apenas uma organização política sob a qual vive e se desenvolve um determinado agregado de indivíduos. Êste será, até certo ponto, económicamente, o que fôrem os seus governados: pobre se êstes forem pobres, rico se êstes forem ricos. A economia nacional é a economia de todos os homens que formam a Nação. Esta foi levantada à custa do sangue, da vida, do esfôrço, da inteligência de cada um dos seus filhos, desde que nesse território se fixaram, o que bem poderemos resumir numa única palavra — o Trabalho. Logo, se um Estado compra a outro, êste outro deve-lhe comprar também, pois tudo se resolve numa troca de trabalho, como adiante verificaremos, dando, no entanto, a esta expressão — trabalho — uma significação diferente e mais alta da que lhe tem sido dada e que, por êsse facto, tem servido para adulterar aquilo que o homem devia ter em melhor consagração, depois da obra divina ou do trabalho divino.

A Nação deve ser o património comum dum agregado de indivíduos, como o Mundo é o património comum de todos os homens. Êsse património vem de geração em geração e provém

absolutamente da doação que o Criador de tôdas as coisas fêz ao Homem, dando-lhe o espírito, a alma, a inteligência, para dêle se aproveitar pelo seu próprio esfôrço, transformando e adaptando tôda essa matéria-prima às necessidades sempre evolutivas da vida humana. E assim as coisas têm de ser possuídas por uns, em propriedade relativa, por uma verdadeira convenção social instintiva, intuitiva e fatal. Mas pelo facto de alguns serem os detentores de certas riquezas, que por convencionalismos humanos baseados em esfôrço muscular ou espiritual, em noções de quantidade ou qualidade, em apreciações psicológicas, de beleza e bondade, referem criações de valores, não se deve presumir que êles gozem êsses bens em propriedade absoluta, como se permitia no antigo direito romano e se estendeu ainda por bastos séculos no direito civil dos próprios povos civilizados.

As riquezas têm de circular e de ser postas à disposição do homem, e nunca êste, por qualquer razão, deverá ser impedido de contribuir com o seu trabalho para o aumento da patrimonialidade do Mundo. Esta concepção levar-nos-ia a outras considerações filosóficas e principalmente jurídicas, como o "direito ao trabalho", se não fôsse a natureza desta obra. Noutro estudo, porém, referir-nos-emos à questão ([1]).

Nesta ordem de ideias temos de concluir que é absolutamente legítimo, mesmo sob o ponto de vista da economia, que cada nação, como cada indivíduo, procure uma verdadeira economia compensada, justa e igualitária, portanto, de maneira a compensar o seu próprio esfôrço e a sua actividade.

O problema foi bem delineado e tratado por eminentes economistas alemães, como Ferdinand Grünig ([2]), que numa obra de largo saber e de engenhosa concepção definiu economia compensada como tôda a entidade económica que se destina a compensar definitivamente tôdas as transacções económicas em curso, nos limites, quer dum exercício económico, quer de qualquer outro período considerado. E então concebe êle cir-

---

([1]) Tratado de Economia Corporativa.
([2]) Le Circuit économique, tradução de Gaël Fain.

cuitos económicos onde se desenrolam verdadeiras unidades económicas respeitantes à produção, ao consumo e aos investimentos de riqueza. E só desta forma êle concebe a economia compensada e que por meio dêstes circuitos, fechados ou abertos, conforme a compensação ou não-compensação, se explica a grande crise económica dos nossos dias.

Não pretendemos com isto afirmar que do acôrdo de clearing se tenha realizado a felicidade do Mundo ou compreendido sequer a resolução do problema da crise em que todos nos debatemos. Pretendemos apenas frisar que na essência dêsses acordos, realizados pela fôrça instante das necessidades, devem polarizar-se os princípios duma nova Economia, e portanto duma nova política económica internacional. Que lhes chamemos acôrdos de clearing ou acôrdos de compensação, êles tendem sempre a obstar que haja países que possam viver à sombra da pobreza alheia, quer esta seja estruturalmente geográfica, quer derivada do atraso político-administrativo ou moral. Êste objectivo tem, irresìstivelmente, que se compreender no acôrdo de clearing. Se é o padrão-ouro que fixa e mede o comércio internacional, abstraindo do valor intrínseco do ouro, as nações que o não possuem, nem como metal, nem como fundos representativos do mesmo, divisas estrangeiras, no caso, encontram-se em face dum dilema: ou trocar os seus produtos contra produtos estrangeiros, ou parar com o seu comércio externo. E, desta forma, o padrão-ouro, e o próprio metal até, perdem imenso do seu prestígio como padrão geral de valores, pois não se concebe que países verdadeiramente ricos na sua própria estrutura vivam à míngua de ouro, com enormíssimas dificuldades. Que paradoxo não representa um Império Alemão, orgulhoso e soberbo, cheio de recursos, de homens e de bens, sentir-se asfixiar por carência de matérias-primas, só por não possuir ouro! Mas, êste não é uma mercadoria sujeita às mesmas flutuações que aquelas, não se extrai da Terra pelo trabalho humano?

De certo que assim é. Mas, a humanidade teve sempre a tendência para complicar a vida, para tornar heterogéneo o que o não é, para levantar barreiras onde elas não deviam existir.

Parece-nos uma imoralidade até — se não acreditássemos em

absoluto na boa intenção dos que tal escreveram, como os relatores do inquérito a que nos temos referido — que se aconselhasse, para evitar os prejuízos causados às relações económicas internacionais por virtude do clearing, que os Estados abandonassem, na medida do possível, é certo, as restrições provenientes do comércio das divisas. Mas, então, se sem estas não é possível negociar nos mercados externos, visto que a troca de mercadorias se baseia num padrão-ouro, que é a medida exacta de tais trocas, o Estado que veja, impassìvelmente, saírem dos seus bancos tôdas essas divisas, em detrimento da sua economia, ficará mais tarde ou mais cêdo desprovido dêsse papel representativo de ouro, e portanto inibido de se procurar as matérias-primas necessárias para as suas indústrias e as subsistências precisas para a sua população!

Pode-se conjecturar que, desde que se abandone o contrôle do comércio das divisas, os outros Estados que sigam o comércio livre das divisas facilitarão também o seu comércio externo, no que se refere às importações. Mas essa esperança não deve ultrapassar os domínios da utopia, pois se o contrôle do comércio das divisas foi precisamente o resultado de tôda a espécie de restrições impostas ao comércio externo, o acabar aquêle contrôle nada resolveria, visto que continuariam os mesmos imperativos que levaram os Estados a erguer muralhas de defesa para a sua economia.

Devemos, no entanto, dizer, para fugirmos àquêle círculo vicioso de causas e efeitos que nada mais explicam de que a interdependência dos fenómenos económicos, que os dados do problema do clearing, as suas vantagens e desvantagens, os seus possíveis e impossíveis efeitos perniciosos sôbre o comércio das nações, explicados na obra sôbre o inquérito da S. D. N., reflectem bem a verdade, aquilo que na realidade se passou, até à hora de o mesmo inquérito ver a luz da publicidade. Nem outra coisa deveria ser de esperar duma entidade da responsabilidade da S. D. N. e, sobretudo, dos insofismáveis elementos em que o mesmo inquérito se baseou. E assim chegou-se à conclusão de que o clearing estimula as compras do país de moeda controlada, visto que êste não encontra dificuldades de

câmbio a entravá-las; acresce a isto ainda o facto de o curso convencional da moeda do país controlado fazer subir automática e artificialmente o preço das suas mercadorias, e tornar-se ainda possível a evasão do clearing por diferentes estratagemas, como realizar-se o comércio por intermédio de terceiros países, agindo desta forma nos lançamentos da Caixa de compensação do país de moeda sã. E desta maneira, obtêm divisas os comerciantes dos países de moeda controlada. E as estatísticas mostraram à evidência que o comércio com os países de moeda sã foi favorável a êstes e desfavorável àquêles.

Esta verificação, à primeira vista irrespondível, nada explica, no entanto. À hora a que o inquérito se fêz os resultados ainda eram de pouca monta, visto o curto espaço de tempo. Tenhamos ainda em vistas as medidas restritivas impostas por êsses Estados mais fortes, financeira e econòmicamente, para enfrentar os prejuízos prováveis duma tal medida. Os efeitos dos fenómenos económicos, se umas vezes se descobrem rápidos, outras actuam tão subtilmente, que só passados alguns anos se sentem.

Há sempre a contar com a reacção; e o clearing, se nasceu da fiscalização do comércio das divisas, e portanto dos créditos bloqueados — medida imposta pelos países de moeda sã —, depressa, pela sua maleabilidade e ductilidade, serviu para defesa da balança de pagamentos dos países desprovidos de ouro e, portanto, de divisas.

15 — *As dificuldades de interpretação das Estatísticas*

Não foram, porém, êstes os únicos inconvenientes atribuídos ao clearing.

A compra das matérias-primas tornou-se difícil. As estatísticas referem bem êsse fenómeno; mas, assim como entendemos dever-se estudar a ciência do direito na sua doutrina e na sua aplicação histórica e corrente, para melhor interpretarmos os seus princípios, as suas leis, que, quantas vezes, na sua própria letra, mesmo escritas em linguagem perfeita, nada nos dizem, ou

pouco nos descobrem do espírito que as ditou, entendemos também, e com muito maior razão, que a estatística, ciência auxiliadora de outras ciências, é, na sua prática, verdadeiramente passiva e muda. Os seus números dizem tudo, se soubermos lê-los. Se a estatística refere números e êsses números respeitam a questões económicas, só quem souber economia, conhecer as suas leis e muito particularmente as qualidades intrínsecas e extrínsecas das mesmas é que poderá interpretar os fenómenos económicos.

A evolução da estatística vai algo adiantada, mas continua, porém, a ser enganadora, mesmo para muitos, vulgarizados nos seus estudos. A estatística tem de ser uma ciência internacional, baseada numa nomenclatura internacional e assente em princípios de ordem internacional. Enquanto não fôr possível coordenar os serviços estatísticos, realizar a notação e estabelecer uma nomenclatura, não apenas aduaneira, mas de qualquer outro ramo científico, a interpretação não só será transcendente, mas ainda enganadora, subtilosa, adaptável, em suma, a tôdas as maneiras de ver. Êste desiderato tem sido, mesmo antes da guerra de 1914, preocupação instante nas relações económicas internacionais. As dificuldades de comparação das estatísticas comerciais parece ter sido um dos grandes elementos com que certos países contaram, para não deixar destacar tanto as irregularidades e os saldos das suas balanças comerciais. Contudo, muitos dêles passaram a estabelecer nos dados do seu comércio de importação e exportação a classificação recomendada pela Conferência Internacional de Estatística de Bruxelas, de 1910, e adoptada pela Convenção Internacional de Bruxelas, de 31 de dezembro de 1913.

Mas as dificuldades e as reacções neste campo de necessária aproximação internacional, em que se devia assentar em métodos de avaliação, de quantidade e qualidade, de proveniência e de destino, para o qual os próprios serviços de estatística deveriam ser centralizados e não descentralizados, como ainda hoje se verifica num grande número de Estados como na Grã-Bretanha, continuam ainda a verificar-se. A Estatística, como ciência numérica dos factos sociais, como a definiu Perreau — assim como se admite o nosso sistema latino, o sistema decimal, e na escrita das palavras, o alfabeto latino — deveria também, na

sistematização ou metodização dos factos que enumera, assentar numa verdadeira escala internacional, tal qual como as notas da música são as mesmas em qualquer país civilizado. Não se tem feito assim, pela reacção natural de muitos Estados a modificarem o seu tradicional hábito, no gôzo desmedido duma soberania que se não deve manter no grau de civilização a que o Mundo chegou na nossa época.

A S. D. N., mais do que qualquer outra entidade, antes dela, tem empregado porfiados esforços, pelo menos, para se conseguir a unificação internacional da nomenclatura aduaneira, uma das mais instantes recomendações da Conferência económica internacional de 1927; e na realidade, a Convenção de Genebra de 14 de dezembro de 1928, referente a estatísticas económicas, adoptou uma série de medidas com o fim de facilitar a comparação das estatísticas do comércio exterior dos diversos países. E de facto, as estatísticas da S. D. N. têm contribuído, em muito, para esclarecimento dêsse assunto, adaptando as diversas estatísticas seguidas a uma conformidade que, se por vezes refere a verdade, outras, porém, involuntàriamente, a deturpa. Como exemplo flagrante, poderemos lembrar o que se passou, há uns três anos, em relação à estatística referente aos orçamentos e contas de Portugal, em que se acusavam déficits onde existiam superávits.

Esta questão terá de ser tratada noutra parte dêste estudo, e por agora queremos apenas, de passagem, traçar as novas directrizes em que a ciência económica internacional parece seguir, ou pelo menos, no nosso espírito se afigura, ela virá a seguir. O problema da estatística é um dos problemas primordiais desta ciênca, como terá de ser de tôda a Economia, como havemos de ver mais adiante. E não temos apenas o problema da unificação das estatísticas, temos também o da sua interpretação. A teoria de Perreau, de Gini, de A. Bowley, denominada da correlação, esforçam-se por nos facilitar uma melhor compreensão das estatísticas. A teoria da correlação de Bowley, por exemplo, dá-nos o seguinte conceito — "quando as quantidades estão relacionadas por tal forma, que as flutuações de uma apresentam certa simpatia com as flutuações da outra, ou, o que é o mesmo, quando se des-

cobre que o crescimento ou decrescimento de uma, está em relação com o crescimento ou decrescimento, ou vice-versa, da outra, verificando-se além disso, que a máxima variação de uma corresponde também a máxima variação da outra, diz-se que essas quantidades são correlativas". E é na esteira desta teoria que se julgam muitos fenómenos correlativos, quando, na transcendência da vida económica de hoje e, portanto, na interdependência dos mesmos, se torna extraordinàriamente difícil compreender ou descobrir essa correlação.

No caso que estávamos estudando, e que deixámos para nos colocarmos de sobreaviso, a respeito dos dados estatísticos, ou seja, sôbre a compra das matérias-primas, as estatísticas levam-nos ao seguinte resultado: os preços médios pagos pela Alemanha, para as matérias-primas importadas, subiram, enquanto que a tendência no mercado mundial era de baixa. Ora, de modo algum esta realidade, absolutamente verdadeira, pode ser correlativa da adopção do clearing. Se a Alemanha comprou matérias-primas a um preço exagerado, é porque as necessidades a isso a obrigaram, como o facto de ter a sua indústria privada das mesmas e não poder esperar por outros acordos de fácil negociação com os Estados detentores dessas matérias-primas.

O estado efervescente das relações políticas, o "clima de guerra" que há tantos anos, logo após Versailles, nos asfixia, talvez expliquem melhor o fenómeno. O que se não compreende é que o clearing a levasse a uma tal política, quando as matérias-primas abundavam em todo o Mundo, e a um preço por vezes vil.

A África, a Ásia e a própria América despejavam caudais de produtos a preços ínfimos e, mesmo assim, não encontravam compradores para os mesmos. Se notarmos o nosso caso, em que os produtos originários das nossas colónias eram oferecidos a preços que de modo algum poderiam ser mais baixos, mesmo que se seguisse a política da "porta aberta" preconizado por tantos, ou a da internacionalização da África, como defendiam políticos italianos e alemães — fácil é de compreender que, de modo nenhum o clearing obstava à compra de matérias-primas, em boas condições económicas. O clearing é um acôrdo econó-

mico baseado na igualdade da troca de mercadorias, e esta é sempre possível num mundo civilizado, pela variedade dos produtos e pela multiplicidade das necessidades da vida.

Além destas razões, a Alemanha encontrava vantagem para a exportação dos seus produtos manufacturados na compra, mesmo por elevados preços, das matérias-primas. Se êste facto trouxe para si um aumento no custo da produção, uma maior produção compensou ou neutralizou êsse mesmo aumento. De que lhe serviria, de facto, comprar à Inglaterra ou à França, ou antes nas respectivas colónias dêstes países, matérias-primas a preços baixos, se os seus produtos manufacturados não podiam de modo algum encontrar a devida compensação, por não serem vendidos a êsses países?!

De que nos serviria a nós, portugueses, comprarmos trigo no Canadá, a preços bem mais inferiores do que os dos nossos trigos, se êste país não nos pudesse comprar, por sua vez, produtos dum valor igual, pelo menos, ou mesmo comprando-os, não fôsse possível encontrar ocupação ou produção que substituísse a do trigo? O problema tem a sua incógnita, como já por diferentes vezes o afirmámos no trabalho nacional. E a equação é fácil de traçar. A produção total dum país é igual ao seu poder de compra, dando à expressão "produção" a máxima extensão possível, onde o Trabalho por vezes se confunde ou se torna o seu único elemento. Assim diremos, produzir uma obra literária, produzir um discurso, uma conferência, uma música, uma ideia, produzir uma pedra, extraindo-a da pedreira, transformando e adaptando tôdas as coisas materiais e imateriais ao serviço próprio do homem; em resumo, produzir é criar, transformar, adaptar, ligar, integrar, unir, inventar, pensar — a bem e para o serviço da própria Humanidade — por meio de trabalho.

Se a incógnita do problema da crise é o Trabalho, a sua principal premissa é o aumento da produção. Não importa, por vezes, se a matéria-prima com que se trabalha é barata ou cara, o que importa sobretudo é que ela permita produzir, e permite sempre produzir quando se encontram mercados para a produção. Assim se compreende a razão por que há países que compram de outros produtos que possuem, por vezes em excesso,

como é o caso do café brasileiro em Portugal, e tantíssimos outros. As razões destes fenómenos são várias, mas referem-se sempre a uma questão de mecanismo de preços. O seu estudo tem, como aliás todos os estudos económicos, de ser reconstituído ex-novo.

Os preços, fixados outrora em regime de livre-concorrência e oscilando, por vezes, segundo a lei da oferta e da procura, acabaram sempre por ser manejados à vontade dos grandes potentados económicos. Hoje, no domínio duma economia dirigida, regulamentada, legislada e com tendência para ser compensada, os preços são estipulados artificialmente, e não será por êsse facto que êles serão menos reais; cremos, pelo contrário, que devem ser mais reais ainda, por presidirem ao seu mecanismo razões de ordem essencialmente económica. Os preços fixados hoje, por exemplo, por organismos públicos, ou melhor ainda por organismos corporativos, são o resultado não da vontade mais ou menos especulativa de certas emprêsas, mas sim das condições económicas da respectiva actividade.

Nesta ordem de ideias, e enquanto o padrão geral dos valores fôr a mercadoria ouro, devemos afirmar que a alta dos preços, desde que se verifique em todos os ramos da actividade do homem, só deverá trazer vantagem, por representar uma maior valia em relação ao ouro — que tão subtìlmente se escapa duns lugares para outros — e, sobretudo, elevar o nível de vida geral dos homens. O mais completo exemplo patenteia-se-nos naquilo que se tem passado após a Grande Guerra, em que a subida dos preços elevou, apesar-da crise assoberbante, o nível das classes proletárias. O nosso século, que é e há-de ficar sendo o século da revolução social, reflete bem esta nossa ideia. Da alta dos preços resulta a alta dos salários. Enquanto êsse equilíbrio se não verifica, é forte o entrechocar das duas correntes, mas compensador depois no seu encontro. Não queremos com isto defender a política dos altos salários, aplicada nos Estados Unidos e na Inglaterra, e que redundou num aumento crescente do chômage. Estas nossas críticas vieram apenas para reforçar melhor a vantagem do clearing, ou, se quisermos, o regime das compensações económicas de que aquêle acôrdo deverá vir a ser a norma.

Todos estes inconvenientes, por nós sumariados, são incontestàvelmente contrariados ou reduzidos pelo acôrdo de clearing. Contudo, esta nossa afirmativa é absolutamente contrariada pelo resultado do inquérito da S. D. N., e decerto que a opinião dos diferentes países que sofreram o pêso do clearing tem uma maior fôrça do que a nossa opinião. Mas é que nós falamos em 1940, e encontramo-nos longe dos interêsses a defender de todos êsses países. A nossa observação é científica e prática, e não política. Se a maioria das nações, em 1934 e 1935, clamavam contra o clearing, elas não reclamavam menos contra a contingentação e o aumento das barreiras aduaneiras. Era uma norma diferente que aparecia a contrariar a rotina seguida, ferir interêsses, aumentar as dificuldades na sua efectivação, desviar as correntes comerciais, provocar represálias, e tudo isso traria desânimo, desconfiança, aborrecimento, maiores entraves ao intercâmbio comercial.

As ideologias políticas, morais e económicas são sempre formadas à custa duma aprendizagem e meditação que vêm de trás, e são poucos os espíritos que recebem com facilidade novas ideologias diferentes das suas. O espírito humano tem tanto de conservador como de evolucionista. São frequentes os casos, e ainda há pouco se verificou em Portugal, com a promulgação do novo Código de Processo Civil, em que os espíritos se lançaram a combater ideias de que não percebiam, ou nem mesmo queriam perceber. Quando apareceu aquele Código, assistimos ao facto de espíritos lúcidos, inteligentes, conhecedores do processo, combaterem o novo Código, só porque a arrumação dos artigos era diferente, só porque, desejando encontrar uma disposição muito sua conhecida em tal secção, a não encontravam. A crítica ao Código ficou feita logo no primeiro dia que êle viu a luz da publicidade. E no entanto, ninguém o tinha lido, ninguém o estudara ou procurara sequer integrar-se na sua sistematização. E quantos outros casos, referindo esta tendência muito generalizada do símbolo do velho do Restêlo. Nas repartições públicas, só a mudança duma secretária, dum lado para o outro, é motivo de desagrado para os antigos funcionários.

Ora, foi esta a causa, estou certo, do resultado negativo do

inquérito sôbre o clearing. E que assim foi temos a corroborá-lo o facto dêle ter vencido através de todos êstes insólitos ataques. É verdade que as suas cláusulas modificaram-se, a sua transformação foi profunda, e a par de tudo isso não deixou de haver também contingentações, aumentos pautais e outras restrições. Mas estas cristalizaram, não evolucionaram como o clearing.

Costuma-se distinguir êste dos acordos de compensação. Nós não fizemos a distinção até aqui, pois o clearing, tendo em vista a forma dos pagamentos internacionais, regula também a troca das mercadorias e realiza ou pode realizar a compensação. No entanto, acôrdo de compensação é traduzível, pelo menos, e refere bem o espírito que se tem em vista, a finalidade do acôrdo. Adoptá-lo-emos.

CAPÍTULO VII

O SISTEMA DAS COMPENSAÇÕES RECÍPROCAS

16 — A disparidade entre a Ciência da Economia e a política económica

Neste novo desenrolar da evolução histórica dos sistemas da política económica internacional falta-nos, para chegar à meta desta primeira parte do nosso estudo, descrever o panorama económico de hoje, para, com maior ou menor precisão, alcançarmos as novas tendências, ou antes, o novo sistema de política comercial que se encontra norteando, ou em vias de nortear, a vida económica dos diferentes povos.

Já referimos, através dos anos que se seguiram à Grande Guerra de 1914, as causas e os efeitos daquilo que nós denominámos a Grande Crise Económica Internacional, e a política económica que durante êsse período, tão curto em anos, mas tão longo em ensinamentos e consequências, procurava presidir ao desenvolvimento das doutrinas económicas.

Um facto, nessa exposição, nos deve ressaltar à razão, entre tantos por nós já definidos: é que, enquanto no campo ùnicamente político, na prática — digamos assim — da aplicação das leis económicas aos factos concretos da ordem económica, se estabeleciam princípios novos, em concordância ou discordância, com

certas necessidades novas, no campo estrictamente científico o empirismo continuava predominando e, numa intransigência dogmática, pretendia impor-se ou manter-se pelo menos. E, desde logo, se assistiu a uma dissociação ou, talvez melhor, a uma disparidade absoluta entre a ciência e a política, ou a aplicação dos princípios daquela aos factos concretos da vida social. Quere dizer, a ciência passou a pertencer a um domínio quase metafísico, ideal, próprio da escolástica para o serviço da dialéctica intelectual. E para mais nada.

A prática da vida teria de ser sujeita a princípios experimentais, vogando ao sabor das políticas ou das artes da política. Era o estado de necessidade que presidiria a vida económica da humanidade. A ciência, quando muito, poderia exercitar o raciocínio, para o homem mais fàcilmente se aperceber do caminho da sua actuação.

Nesta disparidade entre a ciência e a política de governar os povos, que no campo económico mais do que em qualquer outro se fêz sentir, reside a necessidade da reconstituição ex-novo da ciência da economia.

E todos êsses sistemas que atrás deixámos relatados e criticados, mòrmente o livre-cambismo e o proteccionismo, referem bem êsse fenómeno.

O livre-cambismo e o proteccionismo são duas políticas económicas que, baseando-se na mesma teoria individualista, deveriam, portanto, ser uma a continuação da outra, se não uma a antinomia da outra; pois, enquanto o livre-cambismo se baseia na livre-concorrência, o outro vem destruir essa livre-concorrência, não podendo, contudo, deixar de aceitá-la em princípio. Há entre êstes dois sistemas uma incongruência: no livre-câmbio — liberdade de trocas; no proteccionismo — restrições a essa mesma liberdade, até ao ponto de anulá-la.

E ao traçar a doutrinação da Economia Política, os clássicos formularam leis baseadas em princípios de ordem natural a que pretenderam dar um empirismo dogmático, levando-as ao ponto de lhes incutir a exactidão das leis matemáticas, sem contudo poderem explicar a insuficiência ou a não aplicação dêsses conceitos a um sem número de factos económicos. É certo que pre-

tenderam, êsses clássicos, com os seus conceitos fundamentais, de bens, necessidades, riqueza, valor, prazer, utilidade, sofrimento, renda, preço e moeda, adaptar os seus princípios a tôdas as situações económicas que aparecessem. A verdade, porém, é que as excepções eram em número mais elevado do que as regras e as leis económicas eram apenas domínios do intelectual.

Nestas circunstâncias, a velha Economia Política de modo algum poderia ensinar ao homem o caminho da verdade, da racionalização na vida económica. O resultado foi o aparecimento dessas inúmeráveis medidas de política económica internacional, que muitos estudam sob o signo do proteccionismo, e nós estudámos de preferência sob o Calvário da Grande Crise Económica.

O que se passou e o que se fêz, durante os vinte e cinco anos que medearam entre as duas maiores guerras a que a Humanidade tem assistido, está fora de qualquer sistema. Não é livre-cambismo, porque a liberdade económica, durante êsse período, em lugar de ser aceita foi antes combatida e contrariada sempre, nem tampouco foi proteccionismo, porque êste, sendo uma forma de correcção ao sistema de que provém, além de ser informado dos seus mesmos princípios de liberdade económica, teve apenas em vista o desenvolvimento industrial de cada Estado, acabando onde êsse desenvolvimento devesse acabar ou pudesse vir a acabar.

E êste proteccionismo, que na sua forma mais pura referia um regime aduaneiro, não deve ser confundido com aquelas medidas que os Estados passaram a adoptar no período por nós já considerado.

O comércio internacional, ou mais precisamente a economia internacional, deixou de se regular por intermédio das alfândegas, para se regular antes pelo mecanismo dos câmbios.

O curso dêstes, que é determinado por causas comerciais, como a balança de comércio, financeiras, depreciação das moedas, e políticas, como a confiança no futuro, foi pôsto mais a descoberto por efeito da última guerra. E como seus elementos constitutivos aparecem-nos, além da troca de mercadorias, o volume da circulação fiduciária e, muito em particular, a situação orçamental.

Desta forma, o que foi aparecendo de medidas restritivas ao comércio internacional, ou mais precisamente à cooperação económica internacional, tendia sobremaneira a enfrentar o curso dos câmbios e, como sua derivante, a política monetária.

Os Estados compreenderam então que a crise que os asfixiava não era apenas uma crise cíclica, mas antes uma crise de sistema, uma crise do capitalismo liberal e individualista, e que, para lhe obviar, não poderia de modo algum servir as alfândegas ou os regimes que se ligavam às mesmas. O problema já não residia na protecção a qualquer indústria ou a qualquer comércio, no fortalecimento, portanto, da sua produção, mas sim na realização ou no acondicionamento necessário para garantir o trabalho nacional.

¿E para êsse desiderato, de que serviriam as alfândegas, se elas não poderiam de modo algum estabilizar os câmbios, valorizar ou desvalorizar as moedas, e muito difìcilmente poderiam evitar certos dumpings, como os derivados da multiplicação das moedas depreciadas, e se, apesar da elevação pautal, dos contingentes, sobretaxas, represálias de vária natureza, e tantas outras medidas, os produtos iam sempre entrando em desproveito do trabalho nacional?

Nestes têrmos, essas variedades heterogéneas de medidas restritivas de intercâmbio comercial não poderemos enquadrá-las em qualquer sistema. Quando muito, podemos fazer ou tentar um apanhado de tôdas essas medidas e procurar na história dos factos e das doutrinas se será possível descortinar uma futura sistematização.

Dum facto temos de partir: a cooperação económica internacional nos últimos dez anos decresceu de tal modo, que nos nossos dias, mercê da guerra, é certo, mas já antes apercebido, desapareceu quase por completo. A esta depressão não correspondeu, como já verificámos, uma diminuição da produção global do mundo. E por aqui se verifica que não havia diminuição grande de consumo antes da actual guerra, mas sim um particularismo político económico, que insofismàvelmente temos de aceitar, e que tem de ser visto como o resultado duma vontade inabalável e inquebrantável de cada nação em desenvolver tôda

a sua riqueza, no sentido de garantir o trabalho a todos os seus súbditos.

Esta ambição, que melhor do que qualquer outra refere um fenómeno geral, de nacionalismo económico ou autarquia económica, terá de ser explicada ou compreendida nos seus precisos têrmos, ao traçarem-se os novos príncípios da economia, e portanto da política económica internacional.

Desapareceram do mundo económico os sistemas que, durante mais de um século, presidiram a política económica internacional: o livre-cambismo e o proteccionismo, duas formas baseadas na mesma teoria e que ao mesmo tempo se contrariavam. Seguiu-se um longo período de derruimento, digamos assim, daquêles sistemas, e em que a ciência económica vogou à deriva, sem qualquer nexo. Veio depois um período de estagnação na política económica internacional, em que a cooperação económica foi sobrelevada por um nacionalismo infrene e absorvente.

É a altura de se preguntar: mas então a política económica internacional deixou de subsistir para dar lugar a uma política económica essencialmente autárquica ou nacional?

Não. O problema tem de ser visto precisamente ao contrário. Não foi a cooperação económica internacional na sua mais elevada concepção que desapareceu. Foram, sim, os princípios em que ela assentava, duma proeminente desigualdade económica entre as nações.

Os Estados aperceberam-se de que não era possível um entendimento num meio em que uns se encontravam bem instalados na vida, sem maiores ambições do que aquela de se manter no plano anterior da sua situação económica, enquanto outros empregavam os seus maiores esforços para se libertarem dum jugo económico a que desde há muito se encontravam sujeitos, mercê de várias causas que não importa referir por serem já bem conhecidas. A possibilidade da industrialização patenteou-se a todo o Mundo e os Estados desprotegidos deixaram de acreditar naquelas bem delineadas teorias dos valores internacionais que os clássicos inglêses haviam lançado aos quatro ventos.

E as medidas empregadas por êsses povos para se industrializarem provocaram por reflexo medidas contrárias dos outros

povos dominadores. Daí a série de modalidades na política económica internacional que, longe de poderem resolver a questão, a transformaram num problema quase insolúvel. Se os povos dominadores da grande indústria reagiam hercùleamente à expansão económica dos outros, êstes encontraram apenas um meio de se defenderem, tentando o seu auto-abastecimento, a autarquia. A política das sanções económicas que a S. D. N. por vezes tentou contra a Alemanha e o Japão, e que encontrou uma efectiva realização — a quando da guerra da Abissínia — contra a Itália, veio ainda mostrar mais a descoberto as vantagens ou, pelo menos, a possibilidade duma autarquia económica.

As potências do Eixo Berlim-Roma alarmaram-se pelo futuro e compreenderam qual o caminho que haveria a trilhar. A Inglaterra era o alvo que o Eixo pretendia atingir, e a Alemanha já então se preparava para a sua desforra e para ocupar na Europa o papel que, desde há séculos, ocupava a Grã-Bretanha. A Itália ambicionava o predomínio no Mediterrâneo.

A futura guerra deveria ser ganha por aquêle que vencesse no campo económico...

E dêste retraïmento da Alemanha e da Itália, da cooperação económica internacional, resultou uma política quase de represálias, se bem que escondida nos bastidores da diplomacia dos Estados. A essas grandes potências uniram-se os pequenos povos que, por vizinhança ou por interêsse, tinham de se lhes sujeitar. E desta forma, o comércio externo na Europa enfermava dum mal que era quase o seu desaparecimento, se não fôsse a necessidade de muitas matérias-primas para manter a indústria, com fito já à futura guerra.

Cada Estado aplicava as restrições que desejava ou entendia, e nem mesmo se procurava modificar êsse estado de coisas por meio de entendimentos gerais, de congressos ou conferências sob a égide, ou fora dela, da Sociedade das Nações. Era intuitivo que as conferências internacionais tinham desaparecido por completo, por ser impossível, numa atmosfera pesada de guerra económica e política, qualquer entendimento.

O ouro, êsse metal que servia para garantir as trocas internacionais, sobretudo, ia entretanto acumulando-se nos antigos

países seus possuidores. Não era dum momento para o outro que se poderia fazer acreditar a êsses impérios, que devido ao ouro sempre se impuseram, que o mesmo não era necessário para fazer uma guerra, mesmo uma guerra como então já se previa, e que, digamos em abono da verdade, em moldes bem diferentes do que veio a ser na realidade.

E apesar das caves dos Bancos dêsses Estados se encontrarem a abarrotar de ouro, nem por isso as suas moedas deixaram de ser inconvertíveis. Êsses países imitavam, por questões económicas, os países desprovidos de ouro, chegando ao ponto de desvalorizarem as suas próprias moedas, para assim mais fàcilmente enfrentarem a concorrência.

No mundo debate-se a política monetária, da valorização ou da desvalorização, e os países dividem-se em dois blocos: uns, do bloco-ouro; outros, da moeda desvalorizada. E as consequências dêsses fenómenos são diversas, inesperadas e o mais contrárias possível àquelas que a ciência económica nos ensinara.

Os créditos nalguns Estados congelam-se e o problema assume gravíssimos aspectos.

17 — A questão do ouro como padrão universal de valores

É a altura para se dizer alguma coisa, não obstante o melindre sério da questão, sôbre a importância do ouro como instrumento monetário e padrão geral de valores.

Logo após a guerra de 1914, o problema monetário apresentou-se na sua mais instante solução, mas o desvairamento do momento não permitiu que nesse ponto, como em tantos outros, se conseguisse um estudo racional e profundo que orientasse os governos na sua política.

Os homens da outra guerra não se haviam incomodado em actualizar os seus conhecimentos científicos e, nesta questão, como em tantas outras, apenas viam os clássicos remédios da sua Economia Política. E assim, o primeiro conselho foi o

do regresso ao statu-quo-ante, como se os efeitos da guerra apenas tivessem influído no número dos soldados e nas ruínas das povoações.

Mas a fôrça dos acontecimentos levou as moedas a uma estabilização, segundo novas paridades, consoante as novas exigências da vida económica.

E assim concluíram as Conferências de Bruxelas e Génova, como já referimos, e as moedas foram-se estabilizando nesse sentido: a moeda belga, em 1926, a francesa, a portuguesa e outras mais, até que a depreciação da libra, em 1931, abalou a finança francesa, e, pelo acôrdo tripartido entre o dólar, a libra e o franco, tentou-se um novo alinhamento das três moedas; mas a política da desvalorização monetária era mais forte do que as correntes científicas, e êsse pretendido alinhamento, um resquício da célebre União Latina — que foi criada pela Convenção de 23 de dezembro de 1865, entre a França, a Bélgica, a Itália e a Suíça, logo após as descobertas das minas da Califórnia e da Austrália, e que, adoptando um sistema bimetalista, deu causa a acaloradas disputas entre os bimetalistas e os monometalistas — nada resolveu ou pretendeu resolver.

Nestes últimos anos, porém, as opiniões têm divergido profundamente sôbre as vantagens e as desvantagens do ouro como padrão geral de valores, assacando-lhe muitos economistas a culpabilidade das dificuldades da hora que passa. Apesar de tudo, êle continuou e continua ainda a ser ambicionado por tôdas as nações, mas a verdade é que os argumentos contra o mesmo vão-se acumulando, e a actual Conflagração parece dar, até certo ponto, razão aos seus detractores.

O referido metal precioso, logo ao rebentar da guerra, escapuliu-se conforme pôde para a América do Norte e, ao que aparentemente se verifica, a sua falta não se fêz sentir muito. A Alemanha, vencedora no Continente Europeu, não mostrou grande inquietação pela sua evasão, e um ponto há pelo menos a aceitar insofismàvelmente: que o Império Alemão mantém uma guerra custossíssima e destruidora de poderosas riquezas, sem possuir ouro, ao passo que a Inglaterra e a França, países altamente detentores de ouro, a primeira gastando para cima duns

dez milhões de libras por dia com a guerra, e a segunda vencida, se encontram em graves embaraços financeiros, acrescendo ainda que a França se encontra hoje tentando, num esfôrço inaudito, refazer-se da sua tremendíssima derrota, apesar de terem desaparecido os seus enormes stocks de ouro.

Êste facto, só por si, deve fazer meditar profundamente os Estados grandes detentores de ouro.

É, porém, conveniente também frisar que o prestígio do ouro depende, em muito, do resultado desta guerra. Pois não se concebe que a América do Norte, saindo vitoriosa desta luta gigantesca de imperialismos continentais, destitua o ouro, de que ela é hoje a grande detentora, das suas mais elevadas funções, como seja a de servir de moeda.

A Alemanha, pela voz do seu ministro da Economia, o Doutor Funk, assim como a própria Itália, já traçaram o seu libelo condenatório contra a Magestade do Ouro. E, sem nos importarmos do destino do mesmo, faremos, no entanto, algumas considerações económicas a respeito do ouro, como padrão geral de valores.

Não vamos, por ora, por tal caber noutra parte dêste estudo, traçar as funções da moeda, a sua evolução histórica, os sistemas monetários, as suas oscilações ou a sua natureza económica.

Neste capítulo apenas temos que assentar — fora do tablado da discussão renhida a que êste problema tem dado lugar, desde há muito, mas particularmente após a Grande Guerra — na importância ou necessidade dum padrão geral de valores baseado no ouro.

Se nos lançarmos no estudo da economia monetária, através de qualquer tratado de Economia Política, chegamos ao fim sem compreender bem a função da moeda-ouro, as suas vantagens ou desvantagens. Os clássicos e pré-clássicos, a par das engenhosas teorias do valor e dos preços, construíram outras referentes às funções da moeda e, principalmente, à explicação das suas flutuações e às variações dos preços. Assim, arquitectaram a teoria quantitativa, a teoria do rendimento, a teoria psicológica e, ùltimamente o economista Bento Carqueja, a teoria representativa da moeda, e tantas outras.

De tôdas essas teorias, muitas delas baseadas na lei da oferta e da procura, nos stocks existentes de ouro, portanto, um ensinamento devemos colhêr: Que, não obstante as qualidades intrínsecas do ouro, êste não pôde fugir às constantes flutuações a que as mercadorias, por sua vez, estavam também sujeitas, e daí uma série de teorias tendentes a explicar essas variações do nível geral dos preços.

E ao passo que, umas vezes, se verificava que determinadas variações do nível geral de preços eram devidas às grandes variações dos instrumentos monetários, à circulação, portanto, dêsses meios, outras, porém, eram devidas à oferta e procura das diferentes mercadorias. Mas, a verdade, porém, é que a seguir à Grande Guerra de 1914, os meios de circulação do crédito modificaram-se de tal modo, que os fenómenos monetários oscilavam sob diversíssimas influências, em particular do câmbio, e os teóricos não conheciam ou não quiseram ou não puderam encontrar a explicação dessas variações, construindo as teorias mais consentâneas.

Encontrou-se a diagnose, pois descobriu-se que o curso dos câmbios era determinado pelos saldos desfavoráveis da balança de comércio, pela depreciação da moeda, devida ao desenvolvimento anormal da circulação fiduciária, a factores psicológicos, como a confiança nos governantes, etc. Mas, em tudo isso não se salientou um facto real da vida económica dos Estados: que a crise pesava tão fortemente sôbre os países possuidores do ouro, como naqueles que o não possuíam. E como lição dos nossos dias — enquanto os países de economia assente em avultadas reservas de ouro, por uma tendência avara de entesourização, não souberam ou não puderam armar-se e preparar-se fortemente para a guerra, não obstante todos saberem que a mesma era inevitável, os países desprovidos de ouro gastavam grossas fortunas no seu armamento e, o que é mais de salientar, conseguiram prevenir-se com colossais reservas de matérias-primas tão necessárias numa guerra e um apetrechamento apropriado para uma elevada produção sintéctica que compensasse uma provável escassez de certas matérias-primas. E se através a história do ouro, como padrão geral de valores, para não falar-

mos na prata, se compreendeu sempre que aquêle influenciava extraordinàriamente o valor das mercadorias, ou melhor, o nível geral dos preços das mesmas — o que não deveria resultar das suas qualidades intrínsecas, nem tampouco da oferta e da procura, pois estas deveriam verificar-se concomitantemente com a oferta e a procura das mercadorias e, portanto, os valores deveriam permanecer constantes — é porque outra causa deveria actuar, nessas flutuações tão perniciosas para a vida económica.

Desde que o ouro fôra escolhido para instrumento geral das trocas, a sua produção deveria encontrar-se rigorosamente assente num quantitativo estabelecido internacionalmente. Se o metal era precioso e a sua existência se encontrava em minas possuídas por alguns, êstes de nenhum modo poderiam dar-lhe uma aplicação diferente daquela que a cooperação internacional entendera atribuir-lhe. Os países seus detentores mais não eram do que simples depositários dessa preciosa mercadoria, preciosa em particular, porque o convencionalismo social a escolhera para padrão geral de valores. E o contrário seria abusar da boa-fé de muitos que a aceitavam como tendo um valor que na realidadade não lhe deveria corresponder.

E então o que se passou na realidade das coisas?

Os Estados possuidores do ouro, em stock ou em minas, manejavam-no à vontade, e os preços das mercadorias variavam por vezes, sem se descortinarem as causas. Havia açambarcamento dum metal que, para ser aceite com o valor que lhe haviam concedido, daveria pertencer a todos, na medida da respectiva fortuna real, digamos assim.

Era mais uma causa de desigualdade económica em desfavor de muitos países.

Mas, como sempre acontece, foram êsses Estados seus grandes detentores que mais sofreram com o resultado dessas desigualdades, pois depressa os povos compreenderam que não podiam entregar-se à mercê das conseqüências da falta do ouro, e êste foi-se tornando, à medida que rareava, desnecessário para o comércio interno de muitos países, que passaram à moeda fiduciária, e no comércio externo deixou pelo menos de circular.

Foram êstes imperativos que levaram a Alemanha, e atrás

dela muitos outros povos, a estabelecer no seu comércio com o exterior um regime de compensações recíprocas, que encontrou a sua mais perfeita expressão nos tratados de clearing.

Exposta assim a questão do ouro, apenas diremos que, se o mesmo leva a variações constantes o nível geral dos preços das mercadorias — pois estas deixaram de se trocar conforme os seus respectivos valores, mas antes em relação ao valor duma terceira mercadoria, o que vem a trazer uma desigualdade flagrante que a lei da oferta e da procura nunca conseguiu resolver, parece-nos que o melhor seria banir o ouro das trocas entre os indivíduos do mesmo Estado e até mesmo de diferentes Estados.

É êsse o grande problema, e a Conferência da Paz futura terá que resolvê-lo.

Não nos parece, porém, cedo, abstraindo do tempo que a guerra possa levar ainda, para começar discutindo o assunto, a fim de que os futuros economistas estudem com meditação e profundeza êsse magno problema, sem afectar demasiadamente a estrutura económica do Mundo, já tão abalado, pelos males que há tantos anos o vêm afligindo. Determinada a riqueza dum país, e assente a teoria geral dos valores das mercadorias, há que tratar das trocas das mesmas num plano de inteira compensação baseado essencialmente no factor-trabalho.

E estabelecido assim o valor dos bens, a sua troca poder-se-á fazer consoante um mecanismo que cada povo entenda melhor realizar sem sofrer aquelas oscilações a que o ouro deu causa. Mas esta solução não deverá de modo algum realizar-se à fortiori, fazendo tábua rasa da economia monetária, pois há que estabelecer uma equitativa substituição do valor ouro, de modo a que uma parte da Humanidade, sem qualquer culpa dos erros passados, fique lançada na miséria. O valor-ouro deverá ser aproveitado para medida comparativa dos novos valores, e o título representativo dêsses valores reais deverá ser assegurado àqueles que, fiados na garantia-ouro, viviam apenas da existência do mesmo. Isto, contudo, são apenas conjecturas baseadas no campo puro da teoria, imbuída, no entanto, das doutrinas que vão fazendo Mundo.

A nós, porém, o problema interessa-nos pelo porvir e, muito

em especial, para melhor compreendermos os imperativos que no nosso tempo nos devem lançar na defesa dum novo sistema baseado nas compensações recíprocas.

Não se vá julgar que pretendemos defender uma nova teoria monetária arrojada, ou uma política dissolvente no género daquela que criminosamente se implantou na Rússia em 1917, e que, vinda desde do começo da guerra, lançou por terra a moeda-ouro, substituindo-a por uma inflacção de moeda-papel sem limites e que não terminou mesmo com a reforma monetária de 1924.

O que nós pretendemos é precisamente chamar a atenção dos estudiosos para êsse problema tão transcendente que, decerto, ficará marcando uma época milenária na história da humanidade — se o ritmo desta não continuar na aceleração em que tem vivido — a fim de que se não caia na gravíssima imprudência de substituir violentamente o mecanismo das trocas por intermédio do ouro, pois isso redundaria no suicídio de grande parte da Humanidade.

Julgou-se, durante muito tempo, que a moeda era uma riqueza, criadora, portanto, de outras riquezas, e se esta crença se encontra hoje destituída do campo científico, não deixa, no entanto, de ser aceite na prática da vida dos indivíduos. Quantos indivíduos e quantas nações mesmo, representadas pelos seus altos organismos políticos, não se desfizeram de muitas fortunas reais em troca do ouro, na mira especulativa ou sedutora dêsse metal, absolutamente fiados na sua garantia internacional?!

E não nos parece que, para destronar o ouro, reduzindo-o ao seu próprio valor intrínseco, haja necessidade de lançar por terra, mesmo pela fôrça das armas, a garantia da cooperação internacional. Se após a guerra os povos vencedores tentarem uma política económica pela qual o ouro perca, automàticamente, todo o seu valor como instrumento geral de trocas, o mesmo será que lançar o mundo numa nova guerra, bem mais cruenta que aquela que se desenrolou do Tratado de Versailles de 1919 à eclosão do actual conflito armado.

Não resta qualquer dúvida que, sob o ponto de vista económico, existe uma distinção absoluta entre a fortuna real e a for-

tuna monetária; enquanto a primeira consiste na posse de bens de qualquer natureza, produção do solo, do subsolo, construções, emprêsas, mercadorias, etc., etc., a fortuna monetária consiste nos créditos monetários de qualquer natureza também. Mas, se assim acontece na verdade, muitos dêsses créditos monetários referem em si bens de fortuna que os seus possuidores transmitiram por qualquer forma, em qualquer tempo ou em qualquer situação.

Um país que vendesse antes ou durante esta guerra, à América do Norte, por exemplo, tôda a sua produção de cortiça ou de borracha, e que por essa venda recebesse ouro, decerto que se teria desprovido dum meio de fortuna real em troca dum crédito monetário, baseado numa garantia ouro. Se, acabada a guerra, êsse ouro passasse a não ter o valor que até aí possuía, por deixar de ser um instrumento de troca, o que aconteceria?

Êsse país ficaria empobrecido, pelo menos, por um determinado período, duma considerável riqueza, e numa nova ordem económica êle deixava de se encontrar numa igualdade de situação económica com os outros Estados, pois faltava-lhe a sua cortiça ou borracha, produto do seu solo, para poder trocar com outras mercadorias. E não é êsse o propósito ou o espírito dos tratados de clearing, que estabelecem ou pretendem estabelecer uma recíproca compensação entre os vários países.

Resumindo, poderemos assentar que, se o ouro representa hoje mais do que nunca, devido à sua evasão para o Continente americano, um entrave considerável às trocas internacionais, à cooperação económica internacional, portanto, e se se encontra demonstrado, pelos factos decorridos nos nossos dias, que êle é prescindível, há, portanto, que apresentar uma nova política monetária, que se baseie antes na fortuna real dos Estados, e substituir o ouro como padrão geral de valores, devendo ficar apenas uma moeda subsidiária, para facilitar as trocas no comércio interno, e uma moeda de conta internacional, baseada num padrão fictício. Esta ideia é já velha, mas tem de ser refundida, sem necessidade de voltarmos aos antigos conceitos de Leroy-Beaulieu, Henrys, Dr. Karl Ollner e aos próprios projectos apresentados após a Grande Guerra, como o da Conferência

Inter-parlamentar do Comércio, de junho de 1920. E então, em vez duma moeda-ouro, seria preferível uma moeda-flutuante ou fictícia ligada à economia.

No entanto, para sossegar muitos espíritos no nosso país, temerosos desta discussão sôbre o ouro, devemos acrescentar que, entre todos os países do mundo, Portugal é hoje, mercê duma obra financeira que não tem igualha na Europa —a excelsa mestra da ciência das finanças —o único que nada tem ou poderá vir a ter que recear da queda do ouro, mesmo que venha a ser destronado de padrão geral de valores. É que a ciência das finanças, mercê de várias razões — maior facilidade de observação directa, de dedução e de cálculo—encontra-se estudada com grande exactidão, afora alguns princípios que têm de ser sujeitos a mais profundos estudos, devido à evolução da própria ciência e às novas ideias políticas de que ela tem de depender, e que se encontram já em muitas das suas aplicações no nosso país, e todos êsses princípios clássicos foram inteligentemente impostos e encontram-se já dando os seus salutares frutos na administração pública de Portugal.

O Sr. Doutor António de Oliveira Salazar colocou a política económica do país sôbre as bases dum equilíbrio orçamental, forte e tão forte, que tornou possível a estabilização da nossa moeda, hoje independente das variações de outras moedas, salvando-nos assim das tremendas repercussões da actual incerteza do momento que passa.

De facto, a política do nosso Govêrno, ao desligar o escudo da solidariedade com a libra, foi a mais inteligente previsão que se poderia ter. Se em 1931, Portugal — apesar de ter o seu escudo estabilizado e fixado o seu valor em ouro, há pouco tempo — resolveu solidarizar-se com a política de depreciação da libra, que a Inglaterra então adoptara, isso foi devido às necessidades prementes das nossas relações comerciais com os outros países.

Mas no momento actual, em que as baixas de cotação da libra deixaram de ser uma política de reajustamento dos preços em ouro, para ser antes uma política monetária dirigida pelo Govêrno, consoante as determinantes do seu estado de guerra, seria um contrasenso continuar a manter a solidariedade do escudo com a libra.

E nestas circunstâncias bem andou o nosso Govêrno em declarar no seu ofício de 10 de novembro de 1939, dirigido ao Banco de Portugal: "O Govêrno entende que não se deve nem há motivo para abandonar a moeda portuguesa às oscilações, à depreciação e ao futuro incerto da libra na actual conjuntura internacional".

E desta forma, estabilizados os alicerces da nossa vida política e financeira com a mais absoluta independência, encontramo-nos preparados para receber as imposições duma nova ordem económica, melhor do que qualquer outro Povo.

Quando o ouro deixar de valer como instrumento geral de trocas e as nossas reservas sejam, numa base equitativa e compensadora, trocadas por outros títulos representativos de iguais valores; quando o comércio internacional se voltar a fazer em novas bases recìprocamente compensadoras; e, portanto, quando uma nova ordem económica se estabelecer no Mundo, na base dum equilíbrio orçamental e num correlativo plano anual económico, (1) horizontal—Portugal, mercê duma previdente política financeira e económica e dum regime político assente em princípios corporativos, de elevada moral, encontrará a sua tarefa bem facilitada, e no campo das ideias, particularmente no da nova cooperação económica internacional, deverá assumir um papel de precursor e de mestre sobretudo.

18 — O problema das matérias-primas

Poderá entretanto pensar-se, e freqüentemente tal acontece, que a nova política económica, baseada numa compensação recíproca, será ou representará uma utopia, visto a tendência cada vez mais acentuada de os Estados defenderem internamente uma autarquia económica ou um nacionalismo económico, por vezes totalitário, que estruturalmente é o mais contrário possível à cooperação económica internacional.

---

(1) *Tratado de Economia Corporativa*, do autor.

Sôbre esta suposição já alguma coisa dissemos atrás, mas torna-se conveniente insistir, para melhor se compreender a sua inanidade.

Se a cooperação económica entre as nações diminuiu extraordinàriamente nos últimos anos, deve-se apenas à carência dum espírito de sensatez que compreendesse os novos imperativos da vida económica. Esta deixou de se realizar à sombra de antigos conceitos que dividiram o mundo em Estados industriais ricos e em Estados agrícolas pobres, ou em Estados dominadores de ouro e matérias-primas e em Estados desprovidos de ouro e matérias-primas.

Verifica-se neste período um caso semelhante ao que se verificou no período das grandes descobertas da Terra, dos Portugueses e Espanhóis. Êstes, aliás com maiores razões e direitos, arrogavam-se a supremacia dos mares até aí desconhecidos, e pelo *jus invencionis* defendiam a sua plena soberania sôbre os territórios que, à custa de tantos sacrifícios, haviam descoberto e desbravado.

Nos séculos XIX e XX, os Estados que melhor se encontravam apetrechados na concorrência do mundo económico, senhores duma grande indústria e fautores máximos da ciência que tão bem souberam estudar e amoldar às suas incessantes necessidades, arrogavam-se o direito de continuarem vivendo regaladamente à custa da ruína e das dificuldades económicas dos outros países.

Esqueceram-se, porém, que êsses terrenos, que primeiro do que ninguém aproveitaram, não eram apenas património seu, mas de gerações passadas, e que, pela fôrça da sociabilidade, teriam de legá-los a todos os outros povos. E quando êsses países adormeceram ou descansaram sôbre os seus louros, outros lhes tomaram a dianteira, e o Mundo compreendeu a necessidade da política económica se basear em princípios de igualdade, se não absoluta, pelo menos relativa.

E foi devido a êste entrechocar de dois mundos, de duas ideologias, de dois princípios que a cooperação económica internacional se diluiu.

Mas a sua diluição veio pôr mais a descoberto a impossibilidade de passar sem a mesma. Seria então um paradoxo que,

precisamente no momento em que o domínio da ciência mostrara ao homem o desígnio de tantas coisas e multiplicara extraordinàriamente as necessidades da vida humana, tornando os meios de circulação duma rapidez até aí incalculável, a cooperação viesse a desaparecer!

¿¡Então, no século do avião, da telegrafia sem fios e da televisão, que facilitam o transporte material, o intectual e o da visão quase a um ritmo instantâneo, é que o homem deixaria de se pôr em contacto com os outros homens?!

De modo algum. A cooperação económica internacional tem de ser cada vez mais estreita no encontro de tantas necessidades da vida humana.

E que assim é verificamo-lo no próprio aparecimento dos tratados ou acordos de clearing. Não foram apenas os créditos congelados e, conseqüentemente, o imperativo do degêlo que levaram os Estados a assinarem êsses acordos. Foi antes a necessidade de se procurarem matérias-primas para as suas indústrias e a sua escassez do metal-ouro não lhes permitir obtê-las doutra forma; e, concomitantemente, essas necessidades colocaram mais a descoberto essas desigualdades, levando a impor-se um conjunto de princípios ou de regimes que nós sistemátizamos sob a denominação de compensações recíprocas.

O problema das matérias-primas é, a par da questão da moeda-ouro, um dos mais transcendentes que o mundo terá a enfrentar na futura paz, e muito particularmente a Europa.

É deveras sintomático, nestes tempos calamitosos, lerem-se, por vezes, nos jornais, notícias de origem norte-americana sôbre a insuficiência do auto-abastecimento do continente europeu.

Esta insuficiência da Europa, em produtos alimentares e óleos minerais em especial, talvez se não verifique com aquela certeza e extensão que o ciúme americano pretende fazer supor. A lei da substituição, que preside, até certo modo, a produção sintética, hoje num notável incremento, mais do que outrora, tem-se feito sentir consideràvelmente, e o solo europeu, se se encontra, de facto, enfraquecido, tem ainda a reserva do solo africano, que é indubitàvelmente a sua continuidade, pois a Eu-

ropa não pode ser culpada de que a tivessem desligado do continente que tem e terá de ser a sua continuação.

Se da Europa irradiaram novas civilizações que fogosamente se desenvolveram com maiores facilidades que ela, é justo que se lhe reconheça hoje o direito de se refazer do seu letargo aproveitar-se das lições dos continentes americanos.

É chegada a hora do nosso continente — que prodigalizou e continua a prodigalizar a cultura e o engenho por todo o Universo, o que fêz dizer a Salazar, num dos seus lapidares discursos: "... pois quando a Europa se diminui, é já menor o mundo" — clamar bem alto: A Europa para os Europeus.

E neste princípio não se queira ver um isolamento do resto dos continentes, pois a Europa não pode viver sem a América e a Ásia, como êstes também não podem manter-se sem a Europa; veja-se antes a inabalável vontade de a Europa seguir o sistema político que melhor entender, sem admitir que do outro lado do Atlântico se levantem vozes a querer impor aos Europeus os dogmas das Democracias.

Mas seja possível ou não o auto-abastecimento da Europa, — o que não quere dizer o seu alheamento do resto do mundo ou a sua ausência duma cooperação inter-continental —, a verdade é que o problema das matérias-primas a assoberba, e não será talvez ousadia afirmar que da sua solução depende, e em muito, a existência duma paz duradoura para a Europa. A escassez das matérias-primas, hoje mais do que nunca, asfixia os povos e leva às guerras.

São do conhecimento de todos as queixas sempre formuladas por grandes Estados, como a Alemanha, a Itália, a Polónia, a Roménia e outros, devidas à falta ou insuficiência das matérias-primas.

O continente africano é vasto e, se bem que não possua aquelas condições geográficas que muitos levianamente lhe atribuem, possue, no entanto, um solo exuberante para a produção de imensas matérias e um subsolo ainda inexplorado, mas que decerto deverá ser rico em metais e óleos. Portanto, há que estudar, dentro do sistema das compensações económicas recíprocas, a par do problema do ouro, o das matérias-primas e, como conseqüência disto, a colonização africana.

19 — *A futura colonização da África*

É sempre motivo de inquietações graves e melindrosas, sobretudo desde a conferência de Berlim de 1885, falar um português, ou para portugueses, na questão africana. Para nós, êsse mêdo, se alguma vez houve razão para o ter, entendemos que deve desaparecer na actual conjuntura da nossa situação política na Europa de hoje e, possìvelmente, de amanhã. Longe de calar essa questão, devemos antes agitá-la, na consciência plena da nossa obra, realizada especialmente nestes últimos doze anos.

Não vamos juntar em feixes, para erguer como fachos de glória à Humanidade de hoje, os nossos direitos de descoberta e conquista, os nossos sacrifícios, portanto, nem tampouco os princípios da Conferência de Berlim, da posse efectiva; mas num trabalho desta natureza sôbre a política económica internacional, e sob o capítulo dum sistema económico de compensação recíproca, iremos, sim, estudar as possibilidades da colonização africana, segundo as ideias hoje, mais ou menos asseguradas, sem tentar forçar as previsões sôbre o que vai acontecer.

Se a Europa buscar hoje a sua reorganização política e sobretudo económica em bases de compensação recíproca, em vista a uma maior igualdade perante os outros Continentes, particularmente americanos, decerto que a África, sob o seu domínio, deverá ser não apenas o seu mercado mais vasto, mas essencialmente o seu principal fornecedor de matérias-primas, em vista ao seu auto-abastecimento integral, em face dos outros Continentes.

E se assim tem de ser, a questão africana volta de novo a agitar-se, e melhor será que se procure já nesta hora o estatuto, digamos assim, da futura colonização africana. Em primeiro lugar levantar-se-á um problema político internacional, que deverá resultar da sorte das armas, ou, melhor ainda, da sorte dos ares: uma nova distribuição das colónias africanas. Esta dependerá da Vitória.

E feita a nova remodelação política da África, ou mesmo

antes, a política colonial terá que ser totalmente reconstituída ex novo, a fim de prevenir ou de acabar por completo com as ameaças constantes das reivindicações coloniais.

Estas deverão terminar para que, sossegados os espíritos no continente europeu, não recomecem os desassossêgos no continente negro. Há que contar com duas novas potências coloniais de tômo — a Itália e a Alemanha. Os seus excessos demográficos e a sua escassez de matérias-primas são dois imperativos da sua política, a que não há que fugir.

Antes da Itália conquistar a Abissínia, naquele país agitou-se bem a opinião pública no sentido duma política africana, com um carácter internacional, ou mais precisamente defendeu-se a internacionalização da África. Esta ideia sacudiu a opinião pública dos diversos Estados de forma diferente, com agrado para a Alemanha e Polónia, em particular, e com desagrado para os Estados colonizadores do referido Continente. A obra de Jéan Gondal — "Le Destin de l'Afrique", teve uma certa repercussão na Europa e até na África, onde nessa altura nos encontrávamos, o que nos levou a escrever sôbre o assunto uns artigos no diário de Luanda, a "Província de Angola".

Assustaram-se os espíritos dos países colonizadores com ideias tão subversivas, e talvez se não ande muito longe da verdade afirmando que a internacionalização da África é a política do futuro. Mas, entendamo-nos, não indo ligar à expressão — internacionalização — um meio de todos mandarem no Continente africano, mesmo com o predomínio do mais forte. Não. A África tem-se apresentado, até hoje, um Continente fechado às necessidades da vida internacional, um domínio particular de determinado Estado, uma verdadeira quinta murada dum grande senhor: internacionalização, ou por outra, cooperação económica internacional, só na Metrópole; nas Colónias, apenas uma tímida autorização para certos indivíduos estrangeiros aí se estabelecerem. Esta política antagónica com o movimento internacional entre os Estados civilizados, se por vezes não se opunha ao intercâmbio comercial, irritava pelo menos, aquêles países que não possuíam colónias.

E essa irritabilidade conduziu sempre a uma incerteza polí-

tica e, por reflexo, a um cada vez mais acentuado exclusivismo colonial.

A conferência da paz de 1919, em vez de tentar resolver a questão africana, nos seus domínios político e económico, numa realidade consentânea com os imperativos dessa questão, tomando em conta as ambições expansionistas dos povos, as intrigas políticas e as tentativas secretas para a posse de colónias, veio complicar mais o problema. A paz de Versailles foi uma paz imposta pelo vencedor ao vencido, com o único critério de o enfraquecer política e econòmicamente, substituindo-se-lhe em todos êsses campos. Foi o seu grande êrro, pois não há fôrças humanas que possam desviar a rota dos acontecimentos, a marcha das civilizações. Uma paz de Versailles só seria possível na mentalidade do século de Vestfália, em que os Estados desapareciam com aquela facilidade com que se traçam fronteiras num papel, e em que se ofereciam antigos Estados a outros Estados mais fortes, e isso em nome dum suposto equilíbrio político.

Ninguém reparou que em 1919 a Alemanha perdera a guerra, mas não fôra derrotada na guerra; ninguém se apercebeu que a vitória não fôra de armas, mas sim derivada da asfixia económica; e ninguém, então, descortinou que um Império Alemão, intacto, orgulhoso, forte na sua moral e no conhecimento de si próprio, se levantaria um dia para soerguer a sua voz e dar ao Mundo a lição da sua própria fôrça. E então obrigou-se a Alemanha a aceitar o art.º 119 do Tratado de Versailles, que rezava o seguinte: "a Alemanha renuncia, em favor das potências aliadas e associadas, a todos os direitos e títulos sôbre as suas possessões d'Além-Mar".

E cortou-se, assim, a um povo inteiro a possibilidade de se expandir, de possuir um território para os excedentes da sua população e um meio para se procurar a matéria-prima para a sua incessante indústria. Êste facto haveria que trazer, como trouxe, dificuldades e desconfianças maiores ao Mundo. Era mais uma imprevisão de Versailles e uma falta de senso dos seus negociadores.

Mas, a efectivação dessa cláusula imediatamente levantou entraves de várias ordens, por causa da sucessão dêsses territórios,

pois não se lobrigou desde logo em que princípios jurídicos se haveria de assentar a mesma. O General Smuts, chefe do govêrno sul-africano, no seu esfôrço mental de construir uma grande confederação de Estados sul-africanos, engendrou uma nova modalidade jurídica para enquadrar mais uma forma de aquisição territorial: o mandato.

A ideia foi aceite e o mandato tornou-se um regime ideal para mais umas conquistas de futuro, e em qualquer das classificações em que foram encaixadas as antigas colónias dos vencidos, Alemanha e Turquia — mandatos do tipo A, do tipo B e do tipo C —, a verdade é que, desde logo, os respectivos mandatários se apossaram das mesmas com um espírito de absoluta soberania. A S. D. N., em nome da qual êsses territórios eram administrados, e que tinha o supremo Contrôle, pela respectiva Comissão de Mandatos, era presidida pelas próprias potências mandatárias. E as questões coloniais deixaram de preocupar os Órgãos da mesma Sociedade, reduzindo-se apenas às reuniões da respectiva Comissão Permanente dos Mandatos incumbida de receber e examinar os relatórios anuais dos mandatários e de dar o seu parecer ao Conselho da S. D. N. sôbre a sua execução. E se a própria Assembleia da S. D. N. também exercia o seu contrôle, assim como o Tribunal Permanente de Justiça Internacional, a verdade é que a questão colonial foi sempre tratada pela S. D. N. num particularismo suspeitoso.

E desta forma, deixava de se discutir a claro uma política que passou a ser vista com certo melindre e receio por parte dos Estados colonizadores. Parecia que as consciências coloniais não se sentiam muito em segurança, e os pequenos povos, mesmo grandes colonizadores, sabendo-se os eternos espoliados, referiam a mêdo a questão, apregoando apenas os seus direitos históricos.

Aventava-se, por vezes, o regime do mandato como o regime a aplicar-se a tôdas as colónias, no futuro, o que era uma péssima modalidade da apregoada internacionalização.

Ora, se o continente africano é o prolongamento geográfico da Europa, e se esta hoje luta pelo levantamento da sua incapacidade, visto que como mãe-pródiga foi posta sob tutela

pelos seus próprios filhos, como a América — é imprescindível que o Velho Mundo aproveite ao máximo as suas reservas existentes em África em caudais ainda desconhecidos na sua extensão.

Que política deverá ser imposta para êsse desiderato?

A da sua internacionalização com todos os povos europeus a mandar, ou a desmandar, levantando, a todos os cantos, atritos, incompetências, conflitos, legitimidades, hierarquias?

De modo nenhum.

Em primeiro lugar, têm que se assentar definitivamente as fronteiras políticas da futura África e depois internacionalizá-la, quere dizer, estender às colónias aquêles mesmos princípios internacionais de cooperação política e de compensação económica que vigorarem para as respectivas Metrópoles.

O problema mais complexo não deverá ser, porém, como alguns julgarão, a redistribuição das colónias africanas, mas sim a aplicação do seu novo Estatuto internacional. Não se pode, nem foi nunca de admitir nos nossos dias, uma redistribuição de territórios, fazendo tábua rasa das soberanias que antes os administravam. Não importa, numa determinada altura, por que processo um território teria ido parar a um Estado ou a um outro. Há que atender, sobretudo, aos direitos adquiridos, à efectiva posse e às possibilidades de administrá-lo.

Os economistas e até mesmo os políticos têm, por vezes, arquitetado teses mais ou menos suspeitas para legitimarem interêsses particulares sôbre as causas essenciais para haver colonização e assim correu mundo a ideia de que seria legítima a colonização por parte daquelas nações qne fôssem ricas em homens; outros, porém, como os franceses, defenderam a ideia de que bastaria a riqueza de capitais para tornar possível a colonização.

Nós, sem querermos apoucar estas ideias que, aliás, são verdadeiras quando referem que, para colonizar, são precisos homens e capitais, temos, porém, de mostrar à evidência que qualquer dêsses imperativos não representa a única causa de legitimidade da colonização.

E ser-nos-à fácil demonstrar que nenhum país, com grandes

excedentes populacionais ou com grandes capitais, realizou ainda a obra colonizadora dos Portugueses. Em nenhuma colónia africana existem empregados tantos capitais e tantos homens brancos como nas colónias portuguesas. E então, na plena certeza do que afirmamos, temos de aceitar em absoluto que a colonização não é um simples efeito da soberania que dependa do número de homens e de capitais, mas antes das qualidades dos homens, das qualidades inatas de certos povos.

Visitámos, em África, colónias belgas e francesas, num momento em que uma crise económica atravessava essas colónias como um ciclone. Cidades, alindadas pelas metrópoles, despovoavam-se incessantemente, e os súbditos das metrópoles dominadoras fugiam apressadamente para a Europa. A cidade de Leopoldville assistia ao encerramento de muitas casas comerciais e ruas havia onde deixara de morar gente. E no meio dêsse cataclismo, assistimos a um facto que jamais poderemos esquecer e que, só por si, basta para consagrar um povo colonizador. É que a vida dessas cidades não desaparecia, entretanto. A pé firme, sem se deslocar, enfrentando êsse ciclone económico, como já por várias vezes acontecera, encontravam-se os portugueses, antigos comerciantes e industriais. E no Congo Belga e Congo Francês nunca nos julgámos em território estranho — a nossa língua era quase a língua oficial e, algumas vezes, nos envergonhámos de encetar conversação em língua francesa com brancos e pretos estrangeiros que nos respondiam em português.

Logo, não são os homens e os capitais que hão de manter pollticamente a colonização africana. Esta não será possível sem a colaboração de Portugal.

Mas se esta qualidade inata, que nos fêz grandes colonizadores, que nos fadou para construir no mundo um dos seus maiores Estados, o Brasil, não for razão suficiente para mantermos na sua plenitude as nossas colónias de África, também isso pouco nos importará, porque, na corrente de ideias de hoje, Portugal mantém-se na vanguarda, tendo, dentro dum período de tão grandes crises, apetrechado as suas colónias de um tal modo, que elas se encontram aptas a cumprir a missão que a Europa delas necessita nos tempos que passam. O Acto Colonial é o

reflexo jurídico da expressão máxima do esfôrço realizado no domínio político-administrativo das colónias.

Estas encontram-se hoje numa clarividência política extraordinária —que diríamos divina, se não soubéssemos que qualquer política, assente em princípios de equilibrado senso e de sã moral, se apresenta sempre preparada para tôdas as eventualidades —, numa situação privilegiada para cooperar na futura política europeia, de matérias-primas e de colonização.

Jamais será possível afirmar que o nosso País representa um entrave ao florescimento económico da Europa, ou que se mostra inepto para administrar tão extensos territórios. Neste Sagrado Ano do nosso Duplo Centenário, Portugal mostra ao Mundo que, sem êle, não pode subsistir justiça entre os homens e colonização entre os povos incivilizados.

É cêdo ainda para referir os princípios em que se deverá basear a futura política africana. Os princípios que presidiram à Conferência de Berlim e que foram em parte actualizados na Convenção de Saint Germain-en-Laye, em 10 de setembro de 1919, pela revisão e execução ao art. 1.º do Acto Geral de Berlim, de 26 de fevereiro de 1885, já se não devem coadunar com os tempos e necessidades de hoje. O sistema da porta-aberta, preconizado na Bacia Convencional do Congo, não pode ser aplicado. A política africana ter-se-á que dirigir para uma mais estreita colaboração entre os povos europeus, maiores facilidades de exportação de matérias-primas e uma mais compensadora immigração.

E o sistema das compensações recíprocas terá uma perfeita aplicação à permuta dos seus produtos. E quando todos os Estados se compenetrarem que a soberania política não se coaduna com o isolamento político ou económico, nem tampouco com desigualdades provenientes de situações geográficas, a desconfiança desaparecerá e os recursos patentear-se-ão a todos, pois Deus criou o Mundo não apenas para Adão e Eva, mas sim para todos aquêles que depois dêstes viessem. Cabe ao homem procurar os melhores meios para, dentro de tôdas as épocas e situações, cumprir o mandato divino.

20 — *A evolução do regime das compensações recíprocas*

No capítulo antecedente, ao definirmos os novos princípios de cooperação económica internacional, estudámos em especial o aparecimento dum novo acôrdo que correu mundo sob a denominação de clearing, e que os alemãis traduzem por Ausgleich, ou seja, em língua portuguesa — Compensação.

Esta expressão não era, contudo, innovada, pois já anteriormente existia a compensação normal ou bancária, cujos instrumentos eram os títulos bancários.

O chamado acôrdo de clearing é estruturalmente diferente dêsse, pois refere antes uma compensação contratual, obrigatória, portanto, e diverge essencialmente nos seus fins, pois visa a eliminar por completo as transferências de quaisquer títulos representativos de valores, divisas.

Mas se êsses acordos, como vimos, durante o período atrás estudado, se espalharam pelo mundo, mantendo uma nova cooperação, a verdade é que, devido à sua falta de aceitação geral, à sua recente inovação e à impossibilidade, portanto, de o impor, não se vislumbra desde logo, num mundo ainda tão arreigado a velhos princípios económicos, a sua efectiva sistematização.

O acôrdo de clearing, melhor do que os antigos tratados baseados em cláusulas de diferente natureza, acima do seu significado jurídico, de mero contracto entre Estados, assentou antes em princípios económicos, reveladores dum novo regime, duma nova sistematização.

No seu conteúdo reside o gérmen duma nova finalidade, duma mais completa e possível igualdade económica. E então, apenas há a criar a técnica adaptável às suas variadíssimas modalidades, técnica essa que deverá ser um tanto ou quanto transcendente, pelo menos durante o período preciso para se completar a sistematização das compensações recíprocas.

Êste sistema, se bem que ainda em período de gestação, e agora mesmo, até certo ponto, parado pelos efeitos da guerra,

não se limita, no entanto, a um simples acôrdo bilateral ou mesmo plurilateral.

As suas consequências são mais vastas, e quando traçámos o problema do ouro, o das matérias-primas e o da colonização africana, fizemo-lo já com o objectivo de melhor se compreender a extensão do sistema, e os problemas melindrosos que figuram na sua inteira aplicação.

Se quisermos procurar alguns princípios dêsse sistema, compreendermos a sua actuação e concluirmos, portanto, pela sua plena existência, basta-nos exemplificar com o Convénio de Madrid, que preside nos nossos dias às relações comerciais luso-espanholas. Não foi êsse Convénio ainda publicado nas fôlhas oficiais dos dois Estados, mas o que dêle se sabe, especialmente através dos trabalhos das permutas dos dois Países e das reuniões periódicas da sua Comissão Mixta, é de molde a verificar que o sistema das compensações recíprocas é o que preside a êsse intercâmbio económico luso-espanhol.

Seria interessante, se não quiséssemos estudá-lo noutra parte desta obra, traçar o quadro das nossas relações económicas com a Espanha. Desde sempre, o intercâmbio comercial com a Espanha foi de difícil solução, o que sempre obstou a negociações estáveis. As desconfianças políticas existentes por vezes entre os dois povos, os imperativos da nossa política externa em face dos da Espanha e, sobretudo, o facto de as duas economias serem concorrentes, nunca permitiram que se tentasse resolver definitivamente a questão. Portugal e Espanha viveram sempre como irmãos amigos e por vezes desavindos, procurando-se nas horas difíceis, e encontrando nelas, sempre, os laços de sangue irmão. Mas, infelizmente para as duas nações, nunca, até há três anos, souberam tirar as ilações dos períodos de entendimento comum. Se em 1340 o Salado uniu as duas nações e o islamismo retrocedeu na Península, e nos séculos das descobertas souberam encontrar-se e defender em comum, bastas vezes, os interêsses dos Novos Mundos, já não souberam fazê-lo em 1795, a quando do fim da Campanha do Rossilhão. E quando Napoleão tentou apoderar-se da Península, foi ainda a comunidade de interêsses luso-espanhóis que aproximou os dois Povos

da Península, e de braço dado com a ajuda inglêsa feriram de morte a águia napoleónica. Mas vieram as tristes lutas civis, e Portugal e Espanha deram ao Mundo o espectáculo degradante duma anarquia política sem precedentes. Nesta conjuntura, fomos comparsas duma miserável cena. Nestas circunstâncias as duas economias nunca se poderiam atrair, e no egoísmo infrene do século XIX e primeira parte dêste era impossível qualquer entendimento económico.

Portugal, porém, arripiou caminho em 1926 e começou para si uma nova era de ressurgimento político e económico, que se gravou na História, como a era das Descobertas.

A Espanha só passados dez anos acordava do seu letargo e dava, a bem da Humanidade, o seu glorioso sangue. Mais uma vez a Divina Providência colocava lado a lado, numa fé semelhante de igualdade, os dois Estados da Península.

E o sangue luso-espanhol do século XX foi derramado em holocausto daquêle outro que, no século XIX, se derramara inconscientemente.

Aproximados, polìticamente, num pacto de amizade mais forte e mais tenso do que de aliança política, se fôsse caso disso, as duas potências tinham também de se aproximar econòmicamente.

Com regimes semelhantes, impostos para obviar aos mesmos erros e desmandos, só um sistema baseado numa compensação recíproca seria capaz de resolver as relações económicas entre dois Países de recursos económicos paralelos. Foi êsse o papel do Convénio de Madrid.

Mas a técnica para a sua realização é que teria de ser, e assim tem acontecido, difícil, pois enquanto Portugal goza duma estabilidade que diríamos completa, se não foram os desastres provocados pela actual guerra, a Espanha continua bastante combalida econòmicamente, pelos estragos causados pela guerra que acabou de sofrer.

É cedo, portanto, para salientar mais os resultados dêste Convénio, bastando, por ora, transcrever dos jornais a nota oficiosa, de 12 de dezembro de 1939, a êste respeito, por ser bem elucidativa. "Após detido estudo, estabeleceram-se listas dos

produtos portugueses e espanhóis que poderão permutar-se, no próximo ano de 1940, num volume total muito superior às cifras realizadas nos últimos anos. Estas transacções serão efectuadas a preços aceitáveis para ambas as partes, corrigindo-se o desnível de preços que presentemente se verifica nos dois mercados e evitando-se as deformações cambiais, e que a experiência aconselha a eliminar".

"Para vigiar e orientar êsse intercâmbio, é criada uma Comissão Mixta luso-espanhola que se reunirá, periòdicamente, cada dois meses, com o fim de fixar, de harmonia com as necessidades e possibilidades de momento, os contingentes quantitativos dos produtos que poderão permutar-se nos dois meses subseqüentes e bem assim os limites máximo e mínimo dos preços dentro dos quais poderão efectivar-se as transacções".

"A liquidação destas transacções efectuar-se-á, sem receio de demoras, por intermédio do Banco de Portugal e do Instituto Español de Moneda Estranjera. O novo regime entrará em vigor no dia 1 de janeiro de 1940".

A 6 de janeiro, um telegrama de Madrid, ao noticiar a constituição da Comissão Mixta, informava o seguinte:

"A troca de produtos efectuar-se-á segundo planos temporários. O plano actual aplica-se aos meses de janeiro e Fevereiro e inclui já as quantidades, preços e valores para trocas.

"Assim, o acôrdo funcionará pràticamente sob a forma de 'clearing', sem nunca chegar a ponto morto. A Espanha enviará para Portugal aço, lâminas, barras de ferro e outros metais, e em troca receberá gado porcino e ovino; madeiras, sucata e outros artigos. O acôrdo é considerado como um primeiro passo, ficando uma margem para o tráfego comercial.

"A Espanha poderá utilizar matérias-primas que lhe fornecerão as colónias portuguesas e enviar produtos manufacturados, borracha, tecidos, produtos químicos e farmacêuticos, papel de fumar e outros artigos".

Ora, é esta a técnica, nas suas linhas gerais, a que obedece o sistema das compensações recíprocas.

São já vários os convénios semelhantes a êste, guardadas as modalidades exigidas pela natureza das negociações, que se têm

espalhado pela Europa, em especial, e que devem referir o modêlo das futuras negociações económicas.

As negociações são difíceis, não o negamos, mas delas não provém apenas o estabelecimento duma cláusula, ou uma convenção passageira e instável. As negociações assim realizadas, de duração longa, levam também ao estudo completo do comércio internacional. Essa longa duração reflecte-se no melhor conhecimento dos mercados e das suas necessidades, e garante a cada Estado uma mais perfeita e possível igualdade económica.

As Comissões Mixtas encarregadas de estudar em curtos períodos o mecanismo das trocas verão no futuro os seus trabalhos mais facilitados, principalmente quando se tornar possível, na estabilidade das correntes comerciais, encontrar uma compensação recíproca constante. E êsse desiderato não é impossível de alcançar quando os Estados, conhecedores dos mercados com que se relacionam, souberem aumentar, num plano económico equilibrado com tôdas as necessidades do seu trabalho nacional, o quadro de tôdas as suas actividades.

E o comércio internacional procurará, numa igualdade mais perfeita, a sua incessante evolução a par e passo com a evolução das necessidades das diferentes nações.

Entretanto a questão monetária, com a sua resultante cambial, deixará de apoquentar os negociadores, e os preços das mercadorias serão prèviamente fixados em princípios ainda hoje por determinar, como é óbvio, pois não se assentou ainda na melhor maneira de fixar ou determinar os preços, libertando-os da influência monetária.

E se foi um facto o alastramento do clearing, não só apenas na Europa mas também pelos outros Continentes, nos anos que precederam a actual Conflagração, devido aos créditos congelados em países de contrôle de divisas, ou para provocar uma maior actividade nas relações económicas entre diversos países contratantes ou, e principalmente, para evitar a paralisação das trocas internacionais — a verdade é que o clearing evolucionou de tal maneira, que hoje mal se apercebem os seus efeitos.

Deve-se essa incessante evolução às variações dos constantes imperativos da vida económica, nestes derradeiros anos, a que

o mesmo acôrdo se tem acomodado. A razão dêste facto é fácil de perceber, se atentarmos um pouco em que o seu aparecimento se deu em vistas a uma compensação económica.

E assim, compete a cada Estado procurar todos os meios possíveis para desenvolver o seu comércio com os outros países num mesmo campo de igualdade. E desta maneira, o clearing começou aplicando prémios à exportação e sobretaxas à importação, fixação de câmbios a determinados prazos, estipulação da forma liberatória dos pagamentos, mobilização de créditos, exclusão de certas mercadorias, especificando, por vezes, estas, compras e vendas recíprocas, e por último, a própria fixação de preços e a nomeação de Comissões Mixtas para fixar, periòdicamente, o regime de Clearing a certas mercadorias.

Por esta resenha, fácil é de compreender como o clearing passou a ser uma simples cláusula contratual e nas suas diversas aplicações e princípios originou um verdadeiro sistema de política económica internacional.

A criação de Institutos de Compensação, a nomeação de técnicos e peritos para as suas periódicas negociações, a instituição de várias Comissões Mixtas com carácter permanente, o papel a desempenhar pelas alfândegas, que voltam a exercer em especial a função fiscal para a determinação dos contingentes de mercadorias e natureza específica das mesmas, e tantas outras instituições que a pouco e pouco se vão e hão-de criar, representam insofismàvelmente um novo sistema, que se deverá denominar — o sistema das compensações recíprocas.

E quer a guerra seja ganha por uns ou por outros, a solução da Grande Crise do Mundo do século XX, crise política, moral, económica e social, terá que ser a mesma.

A Vitória deverá caber ao Estado ou Estados que melhor souberem realizar as aspirações da paz dos Povos, e esta só poderá ser duradoira quando se impuser a todos uma justa compensação de interêsses, sem vencedores nem vencidos, na futura cooperação internacional e, particularmente, na reorganização do Grande Continente Euro-Africano.

E nessa futura era de paz ter-se-à que realizar uma nova ofensiva — a ofensiva social — onde se deverão empregar as do-

tações que, até hoje, têm sido empregadas nas guerras, pois não se compreende que se possam gastar milhões de libras e de marcos por dia para matar homens, e não se possa gastar o mesmo para os proteger da miséria ou para elevar o nível da vida humana.

BIBLIOGRAFIA

Portuguesa:

ANSELMO DE ANDRADE — « A evolução da moeda »;

ARMINDO MONTEIRO — « Ensaio de um Curso de Economia Política ».

BENTO CARQUEJA — « Economia Política », 5 tomos; « O Problema Monetário Português ».

CARLOS HERMENEGILDO DE SOUSA — « O Tratado de Methwen na Economia Nacional »; « A Aliança Anglo-Portuguesa ».

CASTRO FERNANDES — « O Corporativismo fascista ».

FRANCISCO ANTÓNIO CORREIA — « Estudos de Política Económica Internacional ».

GONÇALVES PEREIRA — « As Novas Tendências da Administração Colonial ».

LINO NETO — « Elementos de Economia Política ».

LÚCIO DE AZEVEDO — « Épocas de Portugal Económico ».

MARNOCO E SOUSA — « A Troca e o seu Mecanismo »; « Tratado de Economia Política ».

MARQUES GUEDES — « Estudos de Política Económica Internacional; Para uma Nova Economia ».

MOSÊS AMZALAK — « História das Doutrinas Económicas Portuguesas ».

Francesa:

A. AFTALION — « Monnaie et Industrie; Monnaie, Change et Prix ».

A. DE TARLÉ — « La Préparation de la lutte économique par l'Allemagne ».

ANDRÉ COLLIEZ — « Trusts, cartels, corners ».

ANDRÊ SIEGFRIED — « La Crise Anglaise au XXe Siècle ».

AUGIER — « La France et les Traités de Commerce » — Paris 1906.

BERTRAND THOMPSON — « Méthodes américaines d'établissement des prix de revien en usines ».

BASDEVANT — « La Clause de la Nation la plus favorisée » (1919).

BAUDIN — « La Monnaie et la formation des prix ».

BROTTIER — « La Guerre et la Politique commerciale de la Grande-Bretagne »

CHARLES GIDE — « Cours d'Économie Politique », 2 tomos;

CHARLES GIDE E CHARLES RIST — « Histoire des doctrines économiques ».

CHARLES D'HARRISSON — « Autarchie, économie complexe, politique commerciale rationelle ».

COURCELE SENEUIL — « Traité d'Économie Politique ».

DELVIGNE — « La Crise Mondiale » (1931).

DIDIER — « Les Principales Puissances Économiques du Monde ».

DOMERGUE — « Libre Échange ou protection », (1907).

D. CRICK — « Le procès du libre-échange en Angleterre ».

EDWARD A. FILENE — « Le Problème Européen et sa Solution ».

FERDINAND GRUNIG — « Le Circuit économique ».

FIRMIN OULÈS — « Le Problème du Commerce International ».

FONTANA RUSSO — « Traité de Politique Commerciale ».

FRIEDLANDER-PAECHTL — Le Tournant Économique ».

GEORGES BONNET — « Les Expériences monétaires contemporaines ».

GEROLAMO BARSANI — « La Politique Économique du Corporativisme fasciste ».

GIGNOUX — « L'Après-Guerre et la Politique Commerciale ».

GIRAUD — « Vers une Internationale Économique ».

GIRAUD — « Principes de Colonisation ».

GONNARD — « Histoire des Doctrines Économiques ».

GUYOT — « Le Libre-Échange international ».

G. PIRON — « La Politique Monétaire de la France depuis la Guerre ».

HAUSER — « Les Méthodes d'Expansion Allemande » ; « La Paix Économique ».

HENRI GERMAIN MARTIN — « De la prétendue faillite des lois économiques depuis 1914 ».

H. LANFENBERGER — La Nouvelle Structure Économique du Reich ».

JEAN BRUNHES ET CAMILLE VALLAUX — « La Géographie de l'Histoire ».

J. B. SAY — « Économie Politique ».

J. RAMBAND — « Histoire des Doctrines Économiques ».

KOBATSCH — « La Politique Économique Internacionale ».

LEGUEU — « Essai sur la politique commerciale de l'Allemagne, depuis 1914 » — Paris, 1923.

LICHTENBERG — « L'Allemagne Nouvelle ».

LUCIEN BROCARD — « Économie Nacionale et Internationale »

MANOILESCO — « Le Siècle du Corporatisme ».

MARTIN DE SAINT-LÉON — « Histoire des Corporations de Métiers ».

NOGARO — « La Vie Économique ».

OUALID — « Les Nouvelles téchniques de la Politique Commerciale ».

PARANAGUÁ — « Politique Commerciale Internationale ».

PAUL ROSIERS — « Les Industries monopolisées aux États — Unis ».

PERNOT — « L'Expériense Italienne ».

PIERRE ANGELINE — « La Politique du Contingentement des importations » (1932).

P. CLERGET — « Manuel d'Économie Commerciale ».

REBOUD — « Précis d'Économie Politique ».

REYNAUD — (B) « La Vie Économique Internationale ».

RICHARD RIEDL — « La Clause de la Nation la plus favorisée ».

ROBBINS — « Économie Planifiée ».

STANLEY JEVONS — « La Monnaie et le Mécanisme de l'Échauge ».

TARDE — « La Psychologie Économique ».

VIALLATTE — « L'Impérialisme économique et les relations internationales pendant le dernier demi-siècle », (1920).

VICTOR CAMBON — «L'Industrie Organisée d'après les méthodes américaines».

VON BECHARAT — « La Politique Industrielle du National-Socialisme ».

WALRAS (Léon) — « Éléments d'Économie Politique Pure (1874-1877) »; Théorie mathématique de la richesse sociale (1883) »; « Théorie de la Monnaie ».

Publicações da Sociedade das Nações:

« Accords de Clearing ».

« La Situation Économique Mondiale ».

« Le Cours et les phases de la dépression économique mondiale ».

« Revue de la Situation Économique Mondiale ».

Inglêsa:

ADAM SMITH — « Wealth of Nations ».

ASHLEY — « Economic History of England » (1893); « Economic Organization of England » (1914).

CAIRNES — « Some Leading Principles of Political Economy » (1874).

DAVID RICARDO — « The Principles of Political Economy and Taxation ». (1903).

GOTTFRIED-VON HABERLER — « The Theory of International Trade ».

HOBSON — « The New Protectionism » (1916).

JACOB VINNER — « Studies in the theory of international trade ».

MALTHUS — « Principles of Political Economy » (1820).

Italiana:

CABIATI — « Principii di Politica commerciale ».

FONTANA-RUSSO — « Trattato di Politica Commerciale ».

GARINO-CANINA — «Lezioni di Politica Economica».

UGO SPIRITO — «Il Fondamenti Della Economia Corporativa ».

Esta obra acabou de
se imprimir em Novem-
bro de 1940, na "Grá-
fica Aveirense, L.da"
AVEIRO